

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUILHERME HENRIQUE SIMIONATO DOS SANTOS

**A POLARIDADE SOB A PERSPECTIVA DOS CONCEITOS OPERACIONAIS: O
CASO DO A2/AD E DA AIR-SEA BATTLE**

Porto Alegre

2015

GUILHERME HENRIQUE SIMIONATO DOS SANTOS

**A POLARIDADE SOB A PERSPECTIVA DOS CONCEITOS OPERACIONAIS: O
CASO DO A2/AD E DA AIR-SEA BATTLE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2015

GUILHERME HENRIQUE SIMIONATO DOS SANTOS

**A POLARIDADE SOB A PERSPECTIVA DOS CONCEITOS OPERACIONAIS: O
CASO DO A2/AD E DA AIR-SEA BATTLE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à República Federativa do Brasil que, através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Faculdade de Ciências Econômicas, concedeu-me um ensino superior gratuito e de excelência. Estendo meus agradecimentos ao corpo docente e de servidores, cuja dedicação forneceu as bases do ambiente acadêmico de qualidade.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins que, além de ter servido como fonte de motivação e de instrução desde o primeiro semestre da faculdade, ensinou-me a importância da autonomia intelectual. Devo-lhe agradecimento, ainda, no que tange à noção de construção coletiva do conhecimento, materializada na Oficina de Estudos Estratégicos, cujos participantes contribuíram de forma essencial à minha formação, inclusive na presente monografia. Por isso, minha gratidão a todos que por lá passaram. Agradeço a ajuda de Humberto Carvalho, Luís Rodrigo e Giovana Zucatto nessa monografia.

Aos colegas da Turma 08 de Relações Internacionais, meus agradecimentos a cada um pelos 5 anos incansáveis de discussões de alto nível: se há alguma verdade na ideia de que uma universidade de excelência é resultado da qualidade de seus alunos, não há melhor exemplo do que vocês. Me orgulha, ainda, fazer parte do corpo discente do curso de Relações Internacionais da UFRGS, cujo trabalho a nível de pesquisa e, principalmente, de extensão é referência para as universidades públicas do país. Aproveito para agradecer a todos que estiveram trabalhando sem descanso para que os projetos de extensão do curso pudessem retribuir à sociedade uma pequena parcela de tudo que nos foi investido.

Agradeço ainda aos amigos de perto, Ana, Bruna, Giordano, Giovana, Henrique, João Arthur, João Gabriel, Júlia, Marília, Mirko, Renata e Willian, que me fizeram crescer não só intelectualmente, mas também enquanto pessoa e se tornaram minha família em Porto Alegre. Aos amigos de longe, agradeço pelo companheirismo e pela irmandade que ignora a distância. Não poderia deixar de agradecer à pessoa que me acompanhou durante todo o ano, cujo companheirismo e carinho forneceram momentos de calma durante esse semestre turbulento: à minha namorada Helena, meus mais sinceros agradecimentos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família: meus pais, Fátima e Fernando, minha irmã Gabriela, e minha avó Odaíra. Certamente, sem o apoio incondicional de vocês não apenas esse trabalho não seria possível, como também qualquer etapa da minha formação acadêmica. Portanto, devo-lhes a minha eterna gratidão pelo esforço incansável para me propiciar um estudo de qualidade mesmo que isso implicasse na minha ausência frequente, pela qual peço desculpas.

RESUMO

O presente trabalho trata da relação entre os conceitos operacionais e a polaridade. Especificamente, da relação entre os conceitos de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD), de *Air-Sea Battle* e de inexpugnabilidade, entendido aqui como um dos alicerces da polaridade. A inexpugnabilidade é dada pela capacidade de um país, neste caso, a China, manter a sua soberania frente a qualquer agressão externa. Adicionalmente, analisa-se a capacidade chinesa de ação no seu entorno estratégico. Entende-se que, em contrapartida a essas capacidades de antiacesso e negação de área do país, gestou-se nos Estados Unidos o conceito de *Air-Sea Battle*, cujo objetivo é garantir seu acesso à região do Leste e Sudeste Asiático a despeito do A2/AD. Os objetivos do trabalho são três: (1) analisar as esferas do planejamento da guerra e relacionar com o conceito de inexpugnabilidade; (2) investigar as orientações estratégicas chinesas e a composição de seu inventário sob a perspectiva do A2/AD; (3) avaliar o conceito operacional de *Air-Sea Battle* e suas consequências para o equilíbrio internacional. Argumenta-se que, enquanto (i) a China, beneficiando-se da digitalização, instrumentaliza as estratégias de antiacesso e de negação de área como sustentáculo de sua soberania nacional e da influência sobre seu entorno estratégico, a (ii) *Air-Sea Battle* busca uma estratégia não-declarada de primazia, pois surge em um vácuo estratégico e prega a destruição da rede informacional e de mísseis da China, negando-lhe a possibilidade de retaliação. O debate, portanto, diz respeito à conformação da China enquanto polo do sistema internacional e de como a recomposição hegemônica se dará: se através da guerra total sob os auspícios da primazia, como prevê o *Air-Sea Battle*, ou através de alternativas cooperativas, como é o caso do *Offshore Control*.

Palavras-chave: Segurança Internacional. Estudos Estratégicos. Relações Internacionais. Estados Unidos. China.

ABSTRACT

This research deals with the relationship between operational concepts and polarity. Specifically, two concepts are the main focus of it, the Anti-Access and Area Denial (A2/AD) and Air-Sea Battle concepts and their relationship with one of polarity's foundations, the idea of inexpugnability. The last is given by a country's capability, in our case, China, to retain its sovereignty in spite of any external aggression. As for the Chinese case, we also deal with its capacities concerning Asia-Pacific strategic environment. It is understood that, in contrast to these A2/AD capabilities, nurtured in the United States the concept of *Air-Sea Battle*, which aims to ensure access to South and Southeast Asia Sea. The objectives are threefold: (1) to analyze the levels of war its relationship with the concept of inexpugnability; (2) to investigate the Chinese strategic guidelines and the composition of its inventory from the A2/AD perspective; (3) to evaluate the operational concept of Air-Sea Battle and its consequences for the international balance. We have argued that while (i) China, benefiting from the digitalization, exploits the A2/AD strategies as the basis of its national sovereignty and influence over its strategic environment; the (ii) Air-Sea Battle, pursuing an undeclared strategy of primacy emerged after a strategic vacuum, seeks the disrupt of China's informational network and missiles, nullifying its second strike capability. The debate, thus, is related to China's conformation as a new pole in the international and how its incorporation will occur: if through total war under the auspices of primacy, as provided by Air-Sea Battle, or through cooperation-based alternatives, as is the case of Offshore Control.

Keywords: International Security. Strategic Studies. International Relations. United States. China.

RESUMÉN

Este trabajo trata acerca de la relación entre los conceptos operacionales y la polaridad. Específicamente, entre los conceptos operacionales de Antiacceso y Negación de Área (A2/AD), de Air-Sea-Battle y de inexpugnabilidad, entendido aquí como una de las bases de la polaridad. La inexpugnabilidad es dada por la capacidad de un país – en ese caso, de China – mantener su soberanía frente a cualquier agresión externa. En el caso chino, se analiza también su capacidad de acción en su entorno estratégico. Se supone que, en contrapartida a las capacidades de Antiacceso y Negación de Área de ese país, fue creado en los Estados Unidos el concepto de Air Sea Battle, con el objetivo de garantizar su acceso a la región del Este y del Sudeste Asiático, a pesar de la implementación del A2/AD. Los objetivos de este trabajo son 3: (1) analizar las esferas del planeamiento de guerra y relacionarlo con el concepto de inexpugnabilidad; (2) investigar las orientaciones estratégicas chinas y la composición de su inventario bajo la perspectiva del A2/AD; (3) evaluar el concepto operacional de Air-Sea Battle y sus consecuencias para el equilibrio internacional. Se argumenta que mientras (i) China se beneficia de la digitalización, instrumentalizada en sus estrategias de antiacceso y negación de área como sustentáculo de su soberanía nacional y de la influencia sobre su entorno estratégico, el (ii) Air-Sea-Battle busca una estrategia no declarada de primacía, porque surge en un vacío estratégico y predica la destrucción de la red informacional y de misiles de China, le negando la posibilidad de retaliación. Por lo tanto, el debate dialoga con la conformación de China como un polo del sistema internacional y con como la recomposición hegemónica ocurrirá: si a través de la guerra total basada en la primacía, como prevé el Air-Sea-Battle, o a través de alternativas cooperativas, como es el caso de *Offshore Controle*.

Palabras clave: Seguridad Internacional; Estudios Estratégicos; Relaciones Internacionales; Estados Unidos; China

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: As Esferas da Guerra.....	17
Figura 2: Área Operacional da Defesa de Alto Mar	41
Figura 3: Alcance dos Novos Mísseis Balísticos da China	46
Figura 4: Camadas de Defesa da República Popular da China	48
Figura 5: Alcance dos SAMS e de outros sistemas relacionados à defesa aérea	54
Figura 6: Bases EUA e Saturação de Mísseis Balísticos/Cruzadores da Segunda Artilharia do ELP	55
Figura 7: As capacidades necessárias à Air-Land Battle	62
Figura 8: NIA-D3 como núcleo da <i>Air-Sea Battle</i>	65
Figura 9: Custos Programados de Aquisição para Sistemas de Armas (2003-2015)	68
Figura 10: Bloqueio Naval por Mísseis Baseados em Terra	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – MELP: Aeronaves e Mísseis Cruzadores Antinavio (ASCM).....	49
Tabela 2 – MELP: Submarinos de Ataque e Mísseis Antinavio (ASCM).....	51
Tabela 3 – ELP: Sistema Integrado de Defesa Aérea (IADS)	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. OPERACIONALIZANDO CONCEITOS E CONVENCIONANDO TERMOS	16
2.1 As Esferas da Guerra	16
2.2 Polaridade e Poder Militar: indicadores e mecanismos causais	18
2.3 Indicadores de Emprego da Força Militar	24
2.3.1 Estratégias Militares Dominantes	24
2.3.2 Implicações.....	28
2.4 Considerações Parciais.....	29
3. A BUSCA PELA INEXPUGNABILIDADE: O ANTIACESSO E A NEGAÇÃO DE ÁREA NA CHINA	30
3.1 Orientações Estratégicas do Exército de Libertação Popular (ELP)	31
3.1.1 Defesa Ativa e Guerra Popular	32
3.1.2 Interpretações Chinesas sobre as Guerras do Século XX	34
3.1.3 Guerra Local em Condições de Informatização	36
3.1.4 O Exército de Libertação Popular e a Guerra no Mar	39
3.2 O Conceito de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD)	45
3.2.1 A2/AD e o Perfil de Força da RPC.....	47
3.3 Considerações Parciais.....	57
4. A BUSCA PELO ACESSO OPERACIONAL IRRESTRITO: A <i>Air-Sea Battle</i> NOS EUA.....	59
4.1 O Conceito Operacional de <i>Air-Land Battle</i>	60
4.2 O Conceito Operacional de <i>Air-Sea Battle</i>	63
4.2.1 A Ideia Central: NIA-D3.....	65
4.2.2 <i>Air-Sea Battle</i> : Requisições Técnicas sobre o Perfil de força	66
4.2.3 <i>Air-Land Battle</i> e <i>Air-Sea Battle</i> em Perspectiva Comparada	69
4.2.4 Uma Possível Alternativa: o Caso do <i>Offshore Control</i>	73
4.3 Estratégia e Equilíbrio Internacional: Perspectivas e Cenários	76
4.4 Considerações Parciais.....	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE A – AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS-OPERACIONAIS.....	94
ANEXO A – MÍSSEIS CRUZADORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....	99

1. INTRODUÇÃO

O presente esforço de pesquisa trata da capacidade chinesa de manter a sua soberania frente a qualquer agressão externa (inexpugnabilidade), ao mesmo tempo que mantém a capacidade de ação no seu entorno estratégico. Além disso, trata-se aqui da resposta estadunidense ao surgimento da China enquanto polo do sistema internacional, especificamente no que diz respeito às suas capacidades militares.

Na década de 90, o sistema internacional presenciou a *Pax Americana*, período em que os Estados Unidos, pela primeira vez em sua história como grande potência, não vislumbravam rivais capazes de contestar suas ações globalmente. Se isso ficou representado pela ascensão neoliberal economicamente, em termos securitários, a unipolaridade estadunidense se materializou nas Guerras do Golfo e do Kosovo. A supremacia tecnológica parecia possibilitar que os EUA derrotassem países de relevância regional em questão de horas e com perdas humanas insignificantes. Ficou evidente a sua capacidade de agir unilateralmente, ou mesmo de fazer valer a sua vontade sem contestação por parte dos outros atores (KISSINGER, 2015).

Essa capacidade de acessar todas as regiões do globo, segundo Silverstone (2014), vem sendo o principal objetivo estratégico dos EUA nos últimos 100 anos. Operacionalmente, Barry Posen (2003) a justificou pelo “comando dos comuns”. Em síntese, os EUA detinham o controle das rotas oceânicas, do espaço aéreo acima de 5.000 km e do espaço-sidereal. Isso garantia a capacidade de projeção de força global, simbolizada pela utilização constante dos porta-aviões e de seu grupo de batalha como instrumentos de dissuasão. É o caso da Crise dos Estreitos de 1996 entre China e Taiwan, “resolvida” após Washington enviar dois porta-aviões para a região.

No entanto, os anos 2000 assistiram a crescente erosão da *Pax Americana*, simbolizada, primeiro, pelos fracassos militares de estabilização do Iraque do Afeganistão e, segundo, pela sua incapacidade de conduzir os rumos da política internacional por completo – caso da Guerra da Geórgia, da Ucrânia e da Síria, onde a Rússia fez-se valer como ator internacional.

Simultaneamente, ocorreu uma verdadeira transformação na China: boom econômico e industrial, inserção no comércio internacional e crescente relevância política. O país entrou na era da digitalização e da microeletrônica, não só exportando produtos de alto valor agregado, mas também modernizando suas capacidades militares e desenvolvendo uma indústria de defesa relevante em um período de tempo curto (SHAMBAUGH, 2013). Regionalmente, o crescimento chinês levou boa parte dos países a orbitá-la, criando uma esfera de influência relativamente sólida, principalmente devido a sua relevância econômica.

Os Estados Unidos, por sua vez, interpretaram a modernização militar chinesa como um meio de estabelecer uma zona de influência no Leste e Sudeste Asiático. Nessa região, a China supostamente teria a capacidade de contestar a livre circulação dos bens globais pelas linhas marítimas de comunicação (SLOCS), detendo controle sobre boa parte do comércio internacional. Diante disso, os Estados Unidos caracterizaram as capacidades militares da China como de antiacesso e de negação de área (A2/AD): antiacesso se refere às ações e capacidades de longo alcance (+1,800 km) que buscam evitar que as forças do oponente entrem na área de operações; já o conceito de negação de área é caracterizado pelas capacidades e ações de curto alcance que visam limitar a liberdade de ação do oponente no teatro de operações (DOD, 2012).

Em virtude disso, o acesso operacional a todas as regiões do globo já não é dado como certo pelos próprios estadunidenses. Eles consideraram que, em breve, os EUA teriam que lutar para obter acesso a essas regiões ou para restaurar a liberdade de navegação nos comuns. Isso levou ao surgimento do conceito operacional de *Air-Sea Battle*. Segundo esse conceito, a única forma realista de obter acesso aos espaços contestados, seria realizando ataques em rede e integrados buscando desabilitar os satélites inimigos e destruir os seus centros de lançamentos de mísseis. Esse ataque deveria ser feito em profundidade, pois os mísseis estariam no interior do território chinês, devidamente protegidos pelos seus sistemas antiaéreos (DOD, 2012).

O contexto político em que isso se desenvolveu é importante, inserindo o *Air-Sea Battle* em uma estratégia mais abrangente de contenção da China. Com o objetivo de retomar o papel de destaque dos EUA na Ásia, em 2009 é anunciado o rebalanceamento para a região e, em 2011, a então Secretária de Estado Hillary Clinton declara o retorno do país para a Ásia, reconhecendo-a como prioridade em seus investimentos, diplomacia e presença militar.

Nesse sentido, o presente esforço de pesquisa busca responder uma questão principal: qual o papel dos conceitos operacionais de A2/AD e *Air-Sea Battle* para a polaridade? A fim de responder essa pergunta, tem-se três questões específicas: (1) O que a esfera operacional pode nos dizer sobre a polaridade? (2) Como e com quais meios a China pretende utilizar a força a fim de garantir sua condição de inexpugnabilidade? (3) Como os EUA buscam garantir o seu acesso à zona contestada do entorno estratégico chinês?

Acredita-se que, para responder esses questionamentos, deve-se cumprir três objetivos: (1) analisar as esferas do planejamento da guerra e relacionar com o conceito de inexpugnabilidade; (2) investigar as orientações estratégicas Chinesas e a composição de seu inventário sob a perspectiva do A2/AD; (3) avaliar o conceito operacional de *Air-Sea Battle* e suas consequências para o equilíbrio internacional.

Primeiramente, parte-se do pressuposto que os conceitos operacionais são partes centrais na doutrina de emprego da força dos países e demonstram indícios da orientação de sua política externa e de segurança (PES). A hipótese central divide-se em duas interfaces: (i) a China, beneficiando-se da digitalização, instrumentaliza as estratégias de antiacesso e de negação de área como sustentáculo de sua soberania nacional e da influência sobre seu entorno estratégico; a (ii) *Air-Sea Battle* busca uma estratégia não-declarada de primazia, pois surge em um vácuo estratégico e prega a destruição da rede informacional e de mísseis da China, negando-lhe a possibilidade de retaliação.

Considera-se que a polaridade está intrinsicamente relacionada à capacidade de manter a soberania frente a qualquer agressão externa (inexpugnabilidade), ao mesmo tempo que mantém sua capacidade de ação no seu entorno estratégico (CEPIK, 2013). Nesse sentido, argumenta-se que esse processo é condicionado pelo ambiente operacional e pela distância (poder parador da água), pelo método de emprego da força, pelo tamanho da força e pelo nível tecnológico da força (BIDDLE, 2004; MEARSHEIMER, 2007).

O foco é a China e seus objetivos de negação do uso do mar e do acesso ao seu entorno estratégico. Busca-se evitar as “duas tentações” quando se analisa o país, segundo Finkelstein (2005): caracterizar a modernização chinesa com base na soviética ou caracterizar a modernização chinesa com base na dos EUA. Nesse sentido, considera-se que o ELP não é o Exército Soviético com características chinesas, nem o Exército Chinês com características estadunidenses. Na verdade, o ELP é o Exército Chinês com características chinesas que agrega elementos externos, adicionando suas abordagens particulares (FINDELSTEIN, 2005).

Então, argumenta-se que há indícios, no pensamento estratégico chinês, de conceitos operacionais análogos ao A2/AD, embora não adquirindo a centralidade reconhecida pelos defensores de tal conceito nos EUA. O perfil de força, no entanto, encaixa-se notadamente no descrito como necessário para a negação de área, na medida que tenta conciliar uma quantidade massiva de mísseis de curto alcance ou de vasos leves, mas com poder de fogo elevado, ao mesmo tempo que desenvolve sistemas de longo alcance voltados para alvos de alto valor, caso de mísseis balísticos antinavio e antissatélite (BLASKO, 2014; LI, 2014). O conjunto desses sistemas com as orientações estratégicas parece garantir a inexpugnabilidade ao país.

Por fim, buscando responder a isso, a *Air-Sea Battle* ao assumir como certa a confrontação com a China, pode gerar uma espiral de insegurança, levando a China e os outros países a se prepararem para a guerra. Seu caráter ofensivo e de aniquilação não deve contribuir com a estabilidade da região. No entanto, esse caminho não é inevitável: existem alternativas que buscam uma recomposição hegemônica pacífica em um sistema internacional multipolar,

talvez seja o caso do *Offshore Control* ou de outras estratégias baseadas no balanceamento externo e no abandono da primazia (HAMMES, 2012).

O trabalho justifica-se academicamente por contribuir com a análise de RI no país a partir da esfera operacional da guerra, qual seja, o nível intermediário entre a tática (batalha) e a estratégia (uso da força e fins políticos), envolvendo planejamento, condução e sustentação das campanhas. Entende-se que, quando se reduz o poder militar a dados absolutos (e.g. gastos em defesa), acabamos limitando a análise política. O que está no nível intermediário, ou seja, de aplicação prática da política, é considerado algo que ocorreu de forma quase automática, sem ter exigido planejamento prévio. Kennedy (2014, p. 16) reconhece que "é raro que nos debruçemos de maneira aprofundada sobre a mecânica e a dinâmica do êxito ou do fracasso".

Socialmente, o trabalho se justifica ao corroborar com a reflexão sobre a nossa própria condição geoestratégica, bem como sobre o que pensamos e o que esperamos de nossas forças armadas. A importância do planejamento das batalhas e das campanhas, bem como do entendimento do debate securitário contemporâneo, reside basicamente em três fatores: (1) na escolha do perfil das forças armadas do Brasil, consequentemente do Complexo Militar-Acadêmico-Industrial; (2) no desenvolvimento de uma estratégia que guie os conceitos operacionais para atingir os objetivos explicitados na Estratégia Nacional de Defesa (2008) e no Livro Branco de Defesa Nacional (2012); e (3) nos meios necessários para a concretização desses objetivos tão caros ao desenvolvimento nacional – caso da transição tecnológica.

As técnicas de pesquisas aqui adotadas consistem na revisão bibliográfica sobre os três objetivos: (i) esferas da guerra, linhas de abordagem, emprego da força, tecnologia e polaridade; (ii) orientações estratégicas, A2/AD e o inventário da China; e (iii) a *Air-Sea Battle*. A fase seguinte consiste na análise dos dados e na aplicação dos conceitos operacionais para analisar a inexpugnabilidade chinesa e a resposta estadunidense. A terceira fase consistirá de um balanço das fases anteriores e da sua projeção sobre a esfera da estratégia, analisando como o equilíbrio internacional poderá ser afetado. Para isso, serão traçados cenários a fim de contribuir com a apreensão das relações entre as variáveis.

O trabalho está dividido em três partes além dessa introdução e da conclusão ao final. Na primeira parte, serão apresentados os conceitos básicos utilizados no trabalho, bem como serão destacados a importância do poder terrestre e o efeito da digitalização a fim de contribuir com análise da polaridade. Na segunda parte, investigaremos como a China pretende utilizar a força nesse contexto e garantir sua inexpugnabilidade. Por fim, é analisado o conceito de *Air-Sea Battle*, e suas implicações para o nível da estratégia e do equilíbrio internacional.

2. OPERACIONALIZANDO CONCEITOS E CONVENCIONANDO TERMOS

O principal objetivo do capítulo é realizar uma revisão bibliográfica de modo a contribuir com o esforço de instrumentalização da esfera operacional da guerra como ferramenta de análise em segurança internacional, especialmente na questão da distribuição de poder militar – entendida aqui como base da polaridade (CEPIK, 2013). Nesse sentido, procura-se responder a pergunta: o que a esfera operacional pode nos dizer sobre a polaridade? Argumenta-se que a última está diretamente ligada à capacidade de manter a sua soberania frente a qualquer agressão externa (inexpugnabilidade), ao mesmo tempo que mantém a capacidade de ação no seu entorno estratégico. A criação dessa zona contestada é condicionada por pelo menos três fatores: o (i) método de emprego da força; (ii) o tamanho da força; e (iii) o nível tecnológico da força (BIDDLE, 2004). O sucesso da projeção de força de um agressor frente à essa zona contestada, por sua vez, dependeria: (a) da dimensão e da qualidade dos exércitos; (b) de uma força aérea capaz de apoiar as forças terrestres; e (c) da capacidade de projeção para transpor grandes distâncias marítimas (MEARSHEIMER, 2007).

Nesse sentido, primeiramente serão feitos alguns esclarecimentos conceituais no que tange às esferas da guerra (tática, operações e estratégia). Em seguida, analisar-se-á o debate sobre os indicadores do poder militar com destaque para aqueles que se situam na esfera operacional da guerra. Então, apresentar-se-ão as ferramentas propriamente ditas das operações que servirão de base para a análise do emprego da força, utilizando-se, para isso, da contribuição dos teóricos da guerra.

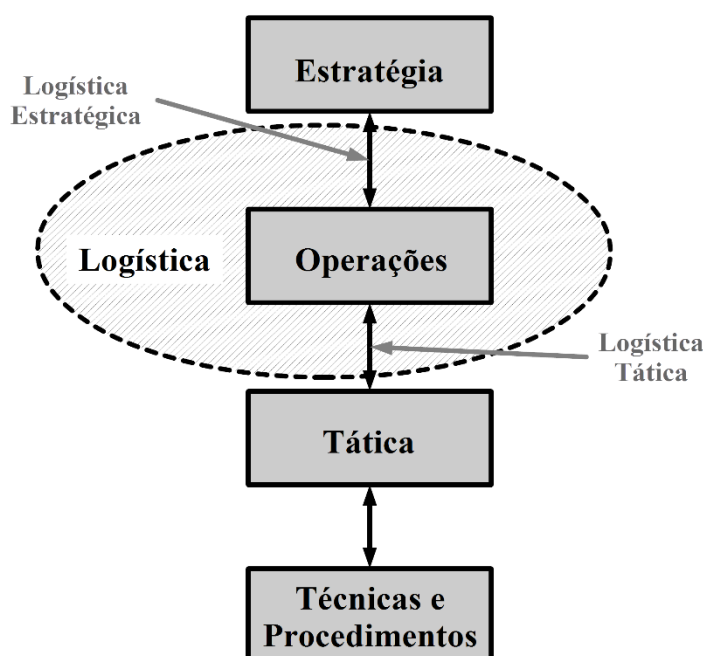
2.1 As Esferas da Guerra

Segundo a doutrina oficial do Exército dos Estados Unidos, os três níveis da guerra são: estratégia, operações e tática. (i) A estratégia militar emprega as forças armadas de uma nação a fim de garantir os objetivos da política nacional. Ela define as condições fundamentais para as operações. (ii) O nível operacional da guerra coordena os recursos militares para atingir os objetivos estratégicos dentro de um teatro de guerra. Em suma, lida com unidades maiores e abrange o planejamento e a condução das campanhas. As campanhas, por sua vez, são uma série de batalhas simultâneas e sequenciais destinadas a derrotar uma força inimiga em um espaço de tempo especificado. A disposição das forças e de sua logística, a seleção de objetivos e as medidas tomadas para explorar ganhos táticos são parte do nível operacional da guerra. (iii) A tática, nesse sentido, é o nível onde unidades menores empregam técnicas específicas

para ganhar as batalhas que perseguem os objetivos operacionais. A tática envolve o movimento e posicionamento de forças no campo de batalha em relação ao inimigo, a prestação de apoio de fogo, e com o apoio logístico das forças antes, durante e depois dos compromissos com o inimigo (US ARMY, 1982).

O escalão operacional começa a ser delineado na Alemanha, ao final do século XIX, a partir da crítica da focalização das definições da tática e da estratégia em cima da batalha e da negligência das ações baseadas no movimento. O teórico-militar russo Svechin é considerado como um dos gestores da esfera operacional. Segundo ele, a estratégia ditaria as operações através do desenho da arte operacional; está, por sua vez, planejar a batalha através do desenho da tática (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Figura 1: As Esferas da Guerra



A inovação conceitual soviética parece ter passado despercebida nos países ocidentais, com exceção da Alemanha dos anos 1930. A arte operacional implantou-se no vocabulário estadunidense apenas com Edward Luttwak no início dos anos 1980. O Exército dos EUA adotou o nível operacional da guerra como separação entre a Tática e a Estratégia em 1982, a Marinha adotou oficialmente a separação apenas em 2007. Em documento oficial, esta última afirma: "as opções estratégicas têm por propósito quebrar a vontade do inimigo ou modificar as suas intenções"; "as opções operacionais atacam a infra-estrutura do inimigo, os componentes militares e civis, no setor industrial, que permitem às suas forças combater eficazmente"; "as opções táticas têm por objetivo vencer as forças militares do inimigo no campo de batalha" (USN, 2007).

Nesse sentido, um conceito operacional seria o instrumento a guiar o emprego dos meios militares no nível operacional da guerra, ou seja, no nível do planejamento das campanhas. Mais especificamente, envolveria o reconhecimento e a instrumentalização das linhas de abordagem¹ de determinado teatro de operações² a fim de suprir a força e projetar as capacidades. Por conseguinte, um conceito operacional também influenciaria o desenho da composição das forças armadas da nação, adaptando-a conforme a natureza do ambiente operacional em tela e conforme as capacidades do adversário. Portanto, a arte operacional é “fundamentalmente 'inter-forças': no escalão exército ou grupo de exércitos, é imperativo prever a coordenação das forças terrestres e aéreas, ou aéreas e navais.” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p 106).

Aqui, utiliza-se a esfera operacional como categoria analítica. Entende-se que a condução da guerra, no entanto, deve abranger todos os níveis, sempre subordinados ao objetivo político. Essa noção é essencial, na medida que cada vez mais é perceptível o que Milevski (2014) chamou de “fetichização” da esfera operacional no planejamento de guerra. Segundo o autor, vê-se frequentemente em conceitos operacionais (especialmente nos planos de campanha) a desconsideração sobre fatores políticos intrínsecos a qualquer menção ao uso da força. Adotando uma postura clausewitziana, Milevski destaca o perigo da separação entre planejamento militar no nível da tática e no nível da estratégia: isso levaria, em última instância, a uma autonomia dos meios militares, onde o objetivo seria simplesmente a derrota militar do inimigo, não algum ensejo político entre sociedades.

2.2 Polaridade e Poder Militar: indicadores e mecanismos causais

Na tentativa de definir poder militar, Mearsheimer (2007) defende duas ideias fundamentais para discussão sobre a distância e a projeção de força³. A primeira diz respeito às

¹ **Linhas de abordagem** (ou de operação) – Podem ser interiores ou exteriores e definem a abordagem direcional de uma força em relação a um inimigo, conectando sua base de operações com seu objetivo estratégico. Linhas interiores divergem desde a base de operações até o teatro de guerra, ou seja, desenvolve-se uma abordagem concentrada e direta, mais característica do ambiente terrestre. Linhas exteriores, por sua vez, convergem até o inimigo, mas descrevem uma abordagem indireta, seja por imposições geográficas (e.g. água) ou por opção (e.g. manobra) (JFSC, 2000). Ambas buscam o centro de gravidade inimigo, que, por sua vez, é definido como o núcleo das forças de um Estado, fonte da moral e da força física, da liberdade de ação, ou de vontade de agir (DoD, 2014, 33). Alguns conceitos relacionados são as linhas marítimas de comunicação (SLOCS), linhas de abordagem, corredores de mobilidade, avenidas de abordagem e linhas celestiais de comunicação (TILL, 2004; KLEIN, 2012).

² **Teatro de operações** – Conceituado como a área operacional definida para a condução e sustentação de uma operação militar específica, o teatro de guerra é definido como a área (ar, terra, mar) que está, ou que poderá vir a estar, diretamente envolvida no combate (DOD, 2014, p.267).

³ **Projeção de força** – Segundo a própria definição do Pentágono, é “a habilidade de projetar instrumentos militares do poder nacional a partir do país de origem ou de outro teatro, em resposta aos requerimentos das operações militares” (DOD, 2014, p. 99). A forma mais convencional de projeção de força é através dos meios marítimos,

linhas interiores: o poder terrestre é considerado por ele como a forma dominante de poder militar, uma vez que “o poder de um estado está fundamentalmente firmado no seu exército e nas forças aéreas e navais que apoiam essas forças terrestres” (MEARSHEIMER, 2007, p. 93). Essa posição se justifica porque o poder terrestre é central para conquista e domínio de território – o objetivo político supremo num mundo de estados territoriais (MEARSHEIMER, 2007; CORBETT [1911] 1999). Já a segunda diz respeito às linhas exteriores: Mearsheimer (2007) credita às grandes massas de águas o poder de limitar fortemente as capacidades de projeção de poder das forças terrestres, chamando essa condição de “poder parador da água” (MEARSHEIMER, 2007, p. 93-142). Esse seria o fator principal a impedir a existência de um ator hegemônico no sistema internacional: por maior, mais bem treinado e equipado que seja um exército, sua capacidade de se projetar globalmente é limitada pelo poder parador da água (MEARSHEIMER, 2007).

Decorrente dessa lógica, é a noção de poder militar de Mearsheimer (2007), sendo função de três fatores: (1) estimativa da dimensão e da qualidade dos exércitos; (2) força aérea capaz de apoiar as forças terrestres; e (3) capacidade de projeção para transpor grandes distâncias marítimas. Portanto, Mearsheimer (2007) considera as linhas interiores elementos centrais para consolidação do poder militar, ao passo que as linhas exteriores são insuficientes para a projeção de força global irrestrita.

Em contraposição a essa noção de poder militar centrada no poder terrestre, Barry Posen (2003) apresenta uma abordagem centrada nas linhas exteriores. O autor defende que, dado o perfil das capacidades convencionais de suas forças armadas, a hegemonia americana poderia ser sustentada através de uma grande estratégia baseada na manutenção da supremacia estadunidense nos *global commons*: espaços que não pertencem a nenhum país, mas são fundamentais para a segurança de todos. Ou seja, teria sido fundamentalmente o domínio das linhas exteriores, materializadas no comando dos oceanos, do espaço sideral e do espaço aéreo acima dos 5 mil km⁴ que permitiu a capacidade de projeção de força dos Estados Unidos e, consequentemente, a manutenção de sua hegemonia global.

Pelas linhas exteriores fluem boa parte dos bens comerciais do planeta, bem como é responsável por sustentar os sistemas informacionais e de guiagem através dos satélites.

especialmente pela sua grande capacidade de tonelagem. Nesse sentido, projeção de poder marítimo é a projeção de força no ambiente marítimo e a partir dele, incluindo um amplo espectro de operações militares ofensivas buscando destruir as forças inimigas ou seu apoio logístico ou ainda evitar que ele se aproxime o bastante para ameaçar as forças aliadas (TILL, 2012, p. 133; DOD, 2014, p. 163).

⁴ Provavelmente, o autor considerou o teto dos *Man Portable Air Defense Systems* (MANPADS), embora o teto do próprio FIM-92 Stinger estadunidense utilizado na Guerra do Afeganistão na década de 80 seja o dobro.

Quando se fala em conflagrações entre potências oceânicas e potências continentais, boa parte da batalha pode ser resumida no esforço de guerra da potência continental em cortar as linhas de comércio e suprimentos da potência naval, especialmente através dos submarinos (DUNNIGAN, 2003). Foi assim na II GM, onde a Alemanha empregou seus famosos submarinos U-Boats no Atlântico a fim de cortar o apoio dos EUA à Grã-Bretanha e URSS.

Nesse sentido, a marinha é responsável por mobilizar e proteger as embarcações civis em tempos de guerra. Esse conjunto é necessário para mover e sustentar as forças terrestres, aéreas e navais, bem como para prover os materiais essenciais para a manter a indústria de guerra do país (DUNNIGAN, 2003). Esse processo foi chamado por James Dunnigan (2003) de "Tonelagem da Guerra", sendo um fator essencial a ser considerado quando se pensa no emprego da força, na medida que a guerra, cada vez mais, depende da manutenção das linhas marítimas de comunicação (SLOCS). Qualquer operação que precise de mais do que uma pequena Divisão de tropas por mais do que algumas poucas semanas estará sujeita às dificuldades de se transportar, proteger e descarregar embarcações através de longas distâncias (DUNNIGAN, 2003, p. 588).

A maior dificuldade, de acordo Mearsheimer (2007), é que projeção de força, em última instância, envolve projeção de poder terrestre. Isso implica não só transportar e proteger os comboios, mas também realizar o assalto anfíbio sobre uma região protegida: a tarefa mais complicada em qualquer guerra (KENNEDY, 2014). Por isso é essencial a presença de bases aliadas próximas ao teatro de operações, onde as linhas exteriores podem se conectar com as linhas interiores sem contestação.

O próprio Posen (2003) reconheceu esses limites da projeção de força, englobados na sua ideia de zonas contestadas. São arenas do combate convencional onde adversários mais fracos podem causar dano real às forças combatentes dos EUA (POSEN, 2003, p. 22). Os exemplos de zonas contestadas encontradas pelos EUA na época foram em combates contra o Irã, a Sérvia, a Somália e a Operação Anaconda, que estava em curso no Afeganistão.

Os principais motivos para o estabelecimento das zonas contestadas são: (1) os interesses políticos dos atores locais, o que dá a estes atores maior resistência ao sofrimento (a noção clausewitziana da defesa como mais forte que o ataque); (2) o maior suprimento de homens em idade de combate que o exército de voluntários dos EUA; (3) o conhecimento do terreno; (4) o estudo por soldados estrangeiros da maneira como os EUA fazem a guerra; (5) o armamento no combate aproximado, tanto em terra, no ar a baixas altitudes e no mar, na zona litorânea; (6) os armamentos para o combate aproximado estão sendo constantemente refinados.

No entanto, o autor ressalta que o surgimento das zonas contestadas implica necessariamente na derrota estadunidense, mas antes na predição de adversidade (POSEN, 2003, p. 24).

Além de um instrumento político de pressão sobre a formação da grande estratégia americana, a análise realizada por Posen (2003) deixou em aberto algumas questões fundamentais para a compreensão da segurança internacional no período pós Guerra Fria, a quais também são objeto de análise desse capítulo. A principal delas diz respeito à escolha dos indicadores mais adequados para medir o poder militar de um Estado.

Então, por ora, tem-se os propostos por Mearsheimer (2007): (1) estimativa da dimensão e da qualidade dos exércitos; (2) força aérea capaz de apoiar as forças terrestres; e (3) capacidade de projeção para transpor grandes distâncias marítimas. Acredita-se, no entanto, ser necessário complementar essa visão com indicadores de como um Estado planeja usar essas capacidades militares. Além de analisar o inventário militar de um país, devemos atentar para os responsáveis por conduzir esses meios até os fins estratégicos.

Nesse sentido, Stephen Biddle (2001; 2004) nos oferece uma contribuição importante: para o autor, o poder militar não seria determinado apenas pelas capacidades absolutas, mas sim pela maneira que um país vai empregar a força. Essas escolhas seriam definidas no nível da estratégia, da logística e da doutrina, sendo determinadas não só por considerações militares, mas também políticas e organizacionais (BIDDLE, 2001).

Então, Biddle (2001) adota como unidade de análise a esfera das operações. Sua variável dependente, ou seja, o objeto a ser estudado, é resultado dos combates. As causas desse processo são as variáveis independentes (em ordem de importância): (a) o emprego da força (*force employment*), envolvendo as opções defensivas (se a defesa é em profundidade, em linha, com um grande corpo de reservistas de alta rotatividade, móvel, etc) e ofensivas (aniquilamento, mobilidade, direta, indireta, etc); (b) o tamanho da força (razão da força atacante pela defensora); e (c) a tecnologia (BIDDLE, 2001).

As chances do agressor prevalecer são determinadas, em primeiro lugar, pelo emprego da força e, em segundo lugar, pela quantidade das forças; a tecnologia não define diretamente, mas influencia na escala da vitória ou da derrota. Quando o defensor adota a defesa em profundidade ou com um grande corpo de reservistas de alta rotatividade, uma ofensiva rápida é praticamente inviável. Por outro lado, se a defesa for em linha ou móvel, a vitória rápida é possível, desde que o atacante não se exponha exageradamente. Variações numéricas podem alterar isso, mas só em casos extremos (BIDDLE, 2001).

Biddle, um realista defensivo, destaca a importância não se incorrer no erro de resumir tudo à tecnologia; afirmando que ela não pode ser vista a partir de correntes deterministas. A

tecnologia, na visão dele, seria importante, mas não *per se*: depende exclusivamente de como será empregada (*force employment*). Biddle, juntamente com outros teóricos realistas como Stephan van Evera e Jack Snyder, considera ser possível, na maioria dos casos, separar as capacidades ofensivas das defensivas:

Particularmente, quanto maior a mobilidade do sistema ou sua blindagem, maior é a sua contribuição relativo às capacidades ofensivas. Quanto maior o poder de fogo (ou menor a sua mobilidade ou blindagem), maior é sua contribuição com as capacidades defensivas. O tanque, por exemplo, é visto como promotor da ofensiva porque sua blindagem e sua mobilidade permitem que ele sobreviva enquanto avança sobre o território inimigo. A infantaria, por outro lado, é vista como promovendo a defensiva porque não possui essas características, enquanto a artilharia é vista também promoveria a defensiva porque seu poder de fogo serviria para bloquear a mobilidade ofensiva do inimigo (BIDDLE, 2001, p. 745).

Aqui, no entanto, prefere-se inserir essas características num contexto mais amplo. De fato essas características no nível da tática geralmente se verificam. Grosso modo, é o caso da diferença entre vasos pesados e vasos leves, os primeiros sendo vistos geralmente como ferramenta de projeção de força pela sua grande autonomia e o segundo como ferramenta mais de negação de área, pois sua baixa autonomia restringe sua utilização próxima ao entorno do país. Outro exemplo é o porta-avião, visto em geral como instrumento de projeção de força. Então, a princípio, pode-se diferenciar perfis de força mais voltadas para projeção de força intercontinental e daqueles com mobilidade além-teatro mais limitada. No entanto, no nível estratégico, existe uma grande zona cinzenta sobre esse debate, é o caso das defesas antimísseis, por exemplo: defensivas no nível da tática, mas podendo servir para fins agressivos e ofensivos (MARTINS & CEPIK, 2014; SIMIONATO *et al*, 2015).

Então, importa considerar as variáveis a partir da perspectiva estratégica e tática, sendo o nível intermediário, qual seja, a esfera operacional, uma ferramenta importante para isso. Nesse sentido, Biddle (2001) também reconhece que, além dessas características intrínsecas aos sistemas, adicionam-se outras variáveis, como as geográficas, onde, por exemplo, um terreno que facilite o movimento (e.g. planícies) favoreceria a ofensiva e, ao contrário, uma topografia montanhosa a dificultaria – contribuindo com a defensiva. Adicionalmente, outras variáveis são o tamanho da força defensiva e sua posição (e.g. se possibilita a manobra, favorece a ofensiva) e as opções de grande estratégia – balanceamento favorecendo a defensiva e *bandwagoning* a ofensiva por exemplo (BIDDLE, 2001, p. 746).

De modo a contribuir para a interpretação das capacidades e da forma como elas serão empregadas, um último conceito essencial para a análise que se pretende fazer no presente trabalho é o de inexpugnabilidade. Segundo Cepik (2013), na era digital, o poder militar determina o status de grande potência a partir de três características: (1) a capacidade de uma

potência retaliar nuclearmente em caso de sofrer um ataque nuclear (capacidade de segundo ataque); (2) o comando do espaço, entendido como “a capacidade de um país garantir por meios próprios o seu acesso e uso do espaço em tempos de paz e de guerra, bem como a habilidade de impedir um adversário de lhe negar tal proveito” (CEPIK e MACHADO, 2011, p. 114); e, finalmente, (3) a inexpugnabilidade frente a ataques convencionais. Essa última se configura pela instrumentalização de capacidades convencionais no sentido de tornar “impossível para qualquer outro país sustentar uma invasão territorial e a derrocada da soberania do Estado” (CEPIK, 2013, p. 311).

Em um primeiro momento, nota-se que, para Cepik (2013), a tecnologia adquire um papel mais importante do que para Biddle (2004), materializando-se no comando do espaço, mas determinando em boa medida tanto o primeiro ponto quanto o segundo, tendo em vista a centralidade do espaço para guiagem de armas, para consciência de situação e para toda a estrutura da guerra centrada em rede (MARTINS, 2008). No entanto ambos os autores convergem na crítica às interpretações excessivamente revolucionárias sobre a tecnologia (BIDDLE, 2004; MARTINS e CEPIK, 2014). Por exemplo, quando define inexpugnabilidade, Cepik (2013) reconhece a digitalização⁵ favorecendo a defensiva, visualizando diferenças não apenas intrínsecas entre capacidades ofensivas e defensivas, mas também na forma como são empregadas. Portando, a tecnologia parece estar inserida num contexto maior, englobando doutrina de emprego e um inventário correspondente, bem como motivações finais político-estratégicas.

Nesse sentido, a máxima de Mearsheimer (2007) quanto ao poder parador da água e à centralidade das linhas interiores não pode ser facilmente superada pela tecnologia. Por isso, adota-se aqui uma postura crítica às visões que superestimam o papel revolucionário da tecnologia, na medida que as inovações tecnológicas, em perspectiva histórica, apresentam mais continuidade do que mudança em relação ao equilíbrio entre capacidades ofensivas *versus* capacidades defensivas (BIDDLE, 2001; 2004; KENNEDY, 2014; PORTER, 2015). Ou seja, ao mesmo tempo que a digitalização encolhe o tempo e o espaço fornecendo vantagem à ofensiva – uma vez que facilita a transposição de obstáculos geográficos e materiais –, ela também empodera a defesa através da difusão e horizontalização das capacidades – materializados no avanço dos sistemas relacionados à inexpugnabilidade, servindo

⁵ **Digitalização** – Processo pelo qual um determinado dado (imagem, som, texto) é convertido para o formato de dígito binário para ser processado por um computador. No plano militar, a digitalização diz respeito à confluência entre o radar, o infravermelho, o laser e as micro-ondas de alta potência. Na guerra, a digitalização diz respeito ao surgimento de novas armas de destruição massiva e a uma nova configuração da cadeia de Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Suprimentos. (MARTINS, 2008, p. 7).

paradoxalmente para dilatar o tempo e o espaço (MARTINS, 2008; KAPLAN, 2012; PORTER, 2015).

2.3 Indicadores de Emprego da Força Militar

De modo a compreender quais são as possibilidades de emprego da força, a primeira coisa a ser feita é compreender a grama de opções em nível de estratégias militares. Para isso, alguns clássicos da teoria da guerra serão revisados brevemente, de modo a nos guiar durante o resto do trabalho. Essa opção busca complementar a argumentação desenvolvida na seção anterior, dando conta de alguns problemas de investigação sobre a doutrina de emprego da força, mas também quanto ao equilíbrio entre ataque e defesa, suas consequências na formulação de doutrinas e na política.

2.3.1 Estratégias Militares Dominantes

Utiliza-se aqui a tipificação do General Meira Mattos (1986) para distinguir o pensamento estratégico militar contemporâneo em cinco tipos-puros: a (i) estratégia de ação direta, representada pelos pensadores clausewitzianos; a (ii) estratégia de ação indireta, tendo como referência o historiador e estrategista inglês Liddell Hart; a (iii) estratégia de dissuasão nuclear, formada após a Revolução Nuclear e tendo como principal teórico o General Francês Andre Beaufre; a (iv) estratégia revolucionária, baseada em Mao Tse-Tung e Lênin; e (v) a Estratégia Espacial (MATTOS, 1986).

Embora existam diversas tipologias que buscam definir o pensamento estratégico militar, a escolha das definições de Meira Mattos (1986) se justifica pela abordagem parcimoniosa, sendo suficientemente abrangente e, ao mesmo tempo, concisa para fins de se compreender o tom geral das opções em termos de pensamento militar. Nesse sentido, além de ser útil para a reflexão, também é atual, na medida que existe uma tendência de traduzir de modo excessivamente cartesiano e finalista a evolução doutrinária e tecnológica (ideia das gerações da guerra, de caças, dentre outros), como se fosse uma sucessão linear. No Meira Mattos, esse tipo de abordagem não conta com apoio, uma vez que se precisa acompanhar as evoluções antecedentes para avançar as fases de desenvolvimento, mas não se deve abrir mão das outras. Nesse sentido, chamam-se estratégias ‘dominantes’, pois nunca um aporte de tecnologia neutraliza o legado precedente. Aquela que é dominante, reorganiza a guerra à sua imagem e semelhança, mas não abole a outra. O passado continua diluída no futuro, projetando-se a frente de seu tempo: adota-se, portanto, uma percepção não-linear do tempo.

Focar-se-á aqui nas três primeiras estratégias, na medida que se aproximam mais de tipos-puros, visto que as duas últimas, especialmente a espacial, afeta em grande medida todas as outras, pois está relacionado ao processo de digitalização e, portanto, será tratada de forma conjunta. O entendimento dessas escolas permite compreender a fundamentação teórica e metodológica dos conceitos operacionais, uma vez que eles podem ser identificados em grande medida com uma escola, facilitando o entendimento das decorrências e implicações em todos os níveis da análise.

A primeira escola, a da **(i) estratégia de ação direta** é baseada nas ideias de Clausewitz e dita que o objetivo político da guerra é destruir as forças militares do inimigo e conquistar o seu território⁶. O meio para isso seria exclusivamente através da batalha (CLAUSEWITZ, 2007). Para Clausewitz, a guerra era um instrumento da política, não tendo sentido fora do mundo político. Para ele, a guerra é constituída por uma trindade paradoxal e indissociável, composta por governos, forças armadas e povo. Clausewitz coloca o combate no centro da guerra, rejeitando as teorias que colocam o movimento e o envolvimento no centro das vitórias. Ele destaca a centralidade do atrito, característica intrínseca da guerra, materializada na ideia de fricção, fenômeno que permeia as decisões, planos e até as mais simples ações militares, fazendo com que o avanço das forças seja progressivamente dificultado, onde os “esforços normais não produzem os efeitos esperados; [sendo] desproporcionais para as coisas mais simples” (PROENÇA et al, 1999, p. 82). Nesse sentido, a defesa seria a forma mais forte de guerra, seja pelo conhecimento prévio do terreno por parte do defensor ou pela proximidade em relação às suas bases e linhas de suprimento, contrapondo-se, nesse sentido, a Jomini e sua ofensividade.

Nesse sentido, como princípios estratégicos da estratégia direta encontramos: "concentrar as forças e lançá-las contra a massa principal do inimigo, de sorte a chegar à decisão pela batalha, se possível em uma só ação e um só momento" (MATTOS, 1986, p. 10). Destaca-se o papel das linhas e centros logísticos nessa visão, seja conduzindo os avanços do atacante ou a própria defesa (lutar sobre suas linhas suprimento) ou mesmo como um dos focos do ataque. Entretanto, no nível tático, o autor prussiano não descarta a importância da manobra, da

⁶ Segundo o General Meira Mattos (1986, p. 22), “Clausewitz distingue cinco elementos de natureza diferente na Estratégia: elementos morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos. ... (1) o elemento moral se manifesta na vontade dos chefes, qualidades das tropas e no apoio nacional à causa e objetivo da guerra; (2) o elemento físico relaciona-se com a quantidade, composição, equipamento e importância relativa das forças; (3) o elemento matemático diz respeito à forma geométrica das operações, função da forma geográfica e posição do objetivo ou objetivos que resulta em certa importância no tocante à facilidade ou dificuldade em concentrar ou dispersar meios; (4) o elemento geográfico é relativo ao teatro de operações terrestre ou marítimo, terreno, sua extensão, forma, natureza, pontos dominantes, regiões-chave; (5) o elemento estatístico refere-se à capacidade de mobilização de efetivos, mobilização industrial, provimento logísticos das operações”.

capacidade de concentração rápida, das fintas de diversão sobre o inimigo para obter a surpresa e aplicar, com a maioria das forças, o golpe decisivo sobre o centro da gravidade do dispositivo inimigo (MATTOS, 1986, p. 29).

A segunda escola, a da **(ii) estratégia de ação indireta**, tem como fundador o historiador-estrategista britânico Basil Henry Liddell Hart e é fortemente influenciada pelos estudos clássicos do francês Antoine-Henri Jomini (MATTOS, 1986). Este último pode ser considerado como opositor teórico de Clausewitz, na medida que ignora questões político-filosóficas e, a partir de estratagemas simples, desenvolve sua teoria, tendo como foco a manobra, o envolvimento e a mobilidade (JOMINI, 2007). Para Jomini, a chave da guerra é a estratégia [militar operacional], sendo esta controlada por princípios científicos universais. Sua conclusão geral é de que a vitória decorre da ação ofensiva que concentre forças contra o inimigo no ponto decisivo, simbolizado por uma batalha decisiva. Jomini também afirmava que os assuntos militares deveriam ficar restritos aos profissionais do ramo, excluindo-se lideranças políticas civis, visto que o mundo militar está sujeito às suas próprias leis (PROENÇA et al, 1999, p. 60-69).

Liddell Hart, a partir disso, propõe a abordagem da estratégia de ação indireta (LIDELL HART, 1967). Segundo ele, uma disputa pode, idealmente, ser vencida sem o enfrentamento, apenas com a manobra e o envolvimento, que, ou colocaria em cheque as forças inimigas, ou alcançaria a vitória com pouco combate – situação possibilitada pela manobra (LIDELL HART, 1967). Segundo Meira Mattos (1986),

A estratégia de ação indireta, assim exposta, procura tirar o máximo proveito da mobilidade, da velocidade e da surpresa oferecidas pela tecnologia militar moderna para desequilibrar a estrutura do dispositivo inimigo. E, numa quase obsessão de virtuosidade estratégica, imagina até derrotar as forças militares inimigas pela simples manobra estratégica (MATTOS, 1986, p. 12).

A terceira escola, a **(iii) da Dissuasão Nuclear**, tem como patrono o francês Beaufre, e baseia-se na paralização do inimigo, pois o mesmo temeria ser destruído pela represália nuclear (MATTOS, 1986). Segundo Meira Mattos (1986, p. 17), “como o objetivo político da guerra é a vitória e não a autodestruição, aí se encontra o efeito paralisante da Estratégia de dissuasão nuclear do General Beaufre”. Dando como exemplo a Guerra Fria, este último explica que a dissuasão nuclear, na medida em que paralisa o conflito bélico, permite uma margem relativamente pequena de liberdade de ação estratégica, tendo como exemplo as ações soviéticas alternativas, envolvendo política e economia, utilizando-se de movimentos revolucionários e conflitos locais que procuravam “escapar à paralisia imposta pela dissuasão nuclear” (BEAUFRE apud MATTOS, 1986, p. 17).

Para complementar a tipologia de Meira Mattos (1986), é importante ainda a definição de duas duplas de conceitos mais específicos: (1) estratégias de aniquilamento vs. desgaste e (2) estratégias de destruição vs. interdição⁷. Operacionalmente, a aniquilação é baseada numa sequência de ações interdependentes, onde apenas quando o primeiro objetivo é atingido que pode-se passar ao seguinte – é preciso penetrar a primeira linha de defesa antes de se atacar a segunda. Já a estratégia de desgaste/atrito, tem métodos mais cumulativos, onde o resultado é obtido por uma massa de pequenas ações mais ou menos independentes uma das outras (COUTAU-BEGÁRIE, 2010, p. 276 e 277).

A estratégia de aniquilamento procura a destruição do inimigo em sua totalidade pela exterminação sistemática (seja da população ou das forças armadas); a de desgaste, justamente por reconhecer sua incapacidade de derrotar o adversário em um só golpe através da ação decisiva, busca o enfraquecimento gradual do adversário através da acumulação de resultados parciais (seja ofensivos ou defensivos). Pode-se dizer, então, que esta última também se trata de uma estratégia de destruição, porém de menor intensidade: o desgaste (atrito) é mecânico, como resultado de uma estratégia de destruição progressiva. É nesse sentido que a ideia de desgaste se modifica, é baseada não na destruição, mas na imobilização do inimigo. O objetivo é tirar-lhe a sua capacidade de ação, pela imobilização de suas forças ou pela neutralização de seus centros vitais. Dessa forma, o inimigo não é destruído, mas torna-se incapaz de agir: o desgaste é dinâmico, resultante de uma estratégia de interdição (COUTAU-BEGÁRIE, 2010, p. 278).

A estratégia de aniquilamento, segundo Coutau-Bégerie (2010), seria essencialmente uma estratégia direta, pois seu objetivo é a destruição do inimigo dentro de suas forças vivas. No entanto, a estratégia de desgaste teria caráter dual, podendo ser direta ou indireta: direta, quando visasse a força principal do inimigo e o seu enfraquecimento através dos golpes sucessivos; e indireta quando fosse empregada contra as forças secundárias ou em teatros periféricos (COUTAU-BÉGERIE, 2010)⁸.

⁷ A fim de ilustrar as decorrências táticas dessas opções estratégicas-operacionais, o **Apêndice A – AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS-OPERACIONAIS** do presente trabalho apresenta alguns organogramas baseados na tipologia de Coutau-Bégerie (2010). Busca-se facilitar a diferenciação entre estratégias baseadas no ataque daquelas baseadas na defesa, bem como as exigências táticas, procedimentais e em nível de sistemas (pesquisa, desenvolvimento e produção). A tipologia apresentada pelo autor serve de complemento ao arcabouço teórico desenvolvido na primeira seção do capítulo, bem como ao exposto por Meira Mattos (1986).

⁸ Embora essas estratégias tenham sido desenvolvidas exclusivamente para o poder terrestre, pode-se identificar forte ligação tanto na teoria do poder naval quanto aéreo. Pelo lado da aniquilação e da manobra, fortemente influenciado por Jomini, o principal representante seria teórico do poder naval Alfred Thayer Mahan. Essa vertente também se verificou no poder aéreo, especialmente com o italiano Giulio Douhet. Já com uma visão mais clausewitziana, influenciado fortemente pela noção de desgaste e atrito, tem-se o britânico Sir Julian Stafford Corbett.

2.3.2 Implicações

Segundo o Snyder (2009), o culto às estratégias ofensivas (baseadas na aniquilação e na mobilidade) teria deflagrado a Primeira Grande Guerra. Muitos reconheciam a superioridade da defesa sobre o ataque (tecnologia da época favorecia a defesa – linhas de trens e sistemas de armas), mas ainda assim subestimaram a primeira, desafiando-a parcialmente. Posen (2009) afirma que as organizações militares preferem as doutrinas ofensivas, pois são melhores para fazer cenários e negam a oportunidade do adversário ter um cenário padrão previamente conhecido, planejado e treinado. Ainda, a incapacidade dessas organizações calcularem a vontade nacional do adversário faz elas não gostarem das doutrinas dissuasórias, visto que se desenvolvem no nível das percepções morais e psicológicas. Nesse sentido, nos antecedentes da Primeira Guerra, todas as grandes potências possuíam suas relações civis-militares exacerbadas à ofensiva, seja porque a falta de controle civil permitiu o seu crescimento descontrolado ou porque o nível altíssimo de conflito civil-militar intensificou a necessidade por uma ideologia com tendências a insular o planejamento militar (SNYDER, 2009).

O autor ainda afirma que a assunção de uma hostilidade extrema por parte de um adversário favorece a noção de que uma operação decisiva e ofensiva é necessária para acabar com a guerra. Desarmar o inimigo completamente, para essa visão, seria a única forma de fazê-lo parar com os ataques. Além disso, a ofensiva é preferida pois "estrutura" a batalha, seguindo um roteiro planejado, pela questão da iniciativa (SNYDER, 2009).

Esse foi o caso do Plano Schlieffen nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Tomando como certa a confrontação com o Reino Unido, França e Rússia, a Alemanha projetou uma campanha ofensiva, desenhada para tomar a iniciativa, aproveitar as oportunidades passageiras e alcançar a vitória pela rápida aniquilação das forças inimigas (SNYDER, 2009). O Plano Schlieffen não possuía legitimidade dentro da diplomacia alemã, porém não foi contido por ela. Snyder (2009) afirma que os civis alemães aceitariam qualquer plano operacional que os militares achassem preciso.

No nível sistêmico, isso gerou uma espiral de insegurança, onde a ofensividade de um dos atores produziu ainda mais ofensividade no sistema internacional. As estratégias ofensivas foram exportadas de país para país, ocorrendo um reforço mútuo desse comportamento (SNYDER, 2009). O “Culto à Ofensiva”, como chamado por Snyder (2009), deu-se não apenas no campo do planejamento, mas também na adoção de políticas agressivas. Por exemplo, a

agressividade alemã na crise de Agadir⁹ (1911) levou a França a concluir que a guerra era certa e se preparar para a conflagração (SNYDER, 2009).

2.4 Considerações Parciais

Em suma, a forma como um país empregará a força pode ser central para analista. A análise quantitativa do inventário é importante, mas também o são as considerações qualitativas – i.e. sua função na estratégia. Geoffrey Till (2012), em busca de uma definição de corrida armamentista, atenta que não é apenas a mera aquisição rápida de armas que define uma relação competitiva entre dois ou mais países, mas sim o tipo das armas que são adquiridas e o pensamento doutrinário dentro das forças armadas que estão por trás dessa dinâmica – que, por sua vez, também são influenciados pelas percepções sobre a natureza da guerra e sobre o comportamento e as capacidades do adversário.

Quanto à díade linhas exteriores e linhas interiores, tende-se aqui a concordar com Mearsheimer (2007) e Porter (2015) sobre as limitações à projeção de poder de estados insulares – caso dos EUA, de certo modo, mesmo com as evoluções tecnológicas. Estas estão em constante processo de horizontalização, cada vez mais acessíveis aos outros países pelo processo de difusão (GILPIN, 2002; PORTER, 2015), gerando uma expansão das zonas contestadas de Posen (2003), baseadas nas linhas interiores, em uma velocidade não prevista por ele. Este processo é materializado no caso Chinês estudado a seguir.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica e conceitual realizada no presente capítulo apresentou algumas ferramentas úteis para analisarmos o comportamento dos atores no sistema internacional e que serão utilizadas no estudo de caso a seguir. O esforço de pesquisa busca realizar a apreensão das perspectivas em termos de relações securitárias e de equilíbrio entre China e Estados Unidos. De tal maneira que a pergunta que guiará a análise é: qual o papel de dois conceitos operacionais, quais sejam, o de Anti-Acesso/Negação de Área (A2/AD) e de Air-Sea Battle, nas relações de segurança e defesa entre China e Estados Unidos? Então, os dois próximos capítulos estão reservados cada um para um conceito e seus respectivos contextos histórico e político.

⁹ **Crise de Agadir (1911)** – Conflito político entre Alemanha e França, ocorrido quando a segunda enviou tropas ao Marrocos para sufocar uma revolta popular contra o sultão, levando a Berlim, temendo uma anexação por parte de Paris, a enviar uma canhoneira para o porto marroquino de Agadir – o mais importante da região. Tal evento quase culminou em um conflito armado entre ambos, ocasionado a I GM três anos antes (SONDHAUS, 2013).

3. A BUSCA PELA INEXPUGNABILIDADE: O ANTIACESSO E A NEGAÇÃO DE ÁREA NA CHINA

As últimas décadas presenciaram uma verdadeira transformação na República Popular da China (RPC), principalmente na sua capacidade de transitar em direção à digitalização de sua indústria (SHAMBAUGH, 2013). Como é recorrente no sistema internacional, esse processo de modernização se refletiu diretamente nas suas capacidades militares (O'ROURKE, 2015). No entanto, há particularidades tanto no desenvolvimento da doutrina militar chinesa, quanto no seu próprio perfil de força. Essas capacidades, em conjunto com a doutrina chinesa, foram classificadas pelos analistas de segurança ocidentais como capacidades de Negação de Área e Antiacesso (A2/AD), onde a China buscaria ser capaz de infringir tamanhos danos a um potencial atacante que o mesmo seria dissuadido a recuar em uma ofensiva ou simplesmente se manter distante¹⁰ (KREPINEVICH *et al*, 2003; TOL, 2010; DOD, 2012; TANGREDI, 2013).

Essa classificação das capacidades da China transborda o nível analítico, na medida que é utilizada pelos outros países como base para o desenvolvimento de meios e estratégias para lidar com a questão. Por conseguinte, o debate sobre qual a verdadeira estratégia da China se intensificou nos últimos anos. Uma série de especialistas contesta a visão do A2/AD, na medida que não encontra nos documentos e ações do país indícios que confirmem a adoção do conceito como base para as ações em política externa e de segurança da RPC¹¹ (WISHIK, 2011; FRAVEL e TWOMEY, 2015).

Nesse sentido, a pergunta central do capítulo é: como e com quais meios a China pretende utilizar a força a fim de garantir sua condição de inexpugnabilidade? Espera-se verificar se o país é capaz de manter sua soberania mesmo frente à alguma tentativa de agressão. Para isso, algumas perguntas que guiarão a pesquisa são: Quais são as orientações estratégicas da RPC? O A2/AD condiz com a doutrina e o perfil de força do país? Quais são os indícios práticos que motivaram o desenvolvimento do conceito? Como ele se verifica na visão chinesa?

O objetivo primário não é analisar o poder militar da China como um todo, mas apenas uma de suas faces, referente a um objetivo operacional específico, qual seja, a negação do uso do mar e do acesso ao seu entorno estratégico. Como já destacado, busca-se evitar duas

¹⁰ De acordo com o Pentágono, capacidades ou ações de antiacesso buscam prevenir que uma força adversária entre em determinada área operacional, por isso são normalmente de longa distância; enquanto que capacidades ou ações de negação de área não buscariam manter uma força adversária distante, mas sim limitar sua liberdade de ação dentro de determinada área operacional, sendo, então, normalmente de curto alcance (DOD, 2012, p.6).

¹¹ Esses autores argumentam que não há qualquer menção à negação de área, antiacesso ou estratégias de contra intervenção (outro sinónimo conhecido de A2/AD). Adicionam, ainda, que todas as menções sobre ações minimamente condizentes com esse tipo de estratégia são apenas uma entre várias orientações estratégicas do país, não prevalecendo sobre todas as outras como afirmam os teóricos do A2/AD (WISHIK, 2011; FRAVEL e TWOMEY, 2015).

tentações: caracterizar a modernização chinesa com base na soviética ou caracterizar a modernização chinesa com base na dos EUA (FINKELSTEIN, 2005). Argumenta-se que há indícios, no pensamento estratégico chinês, de conceitos operacionais análogos ao A2/AD, embora não adquirindo a centralidade reconhecida pelos defensores de tal conceito nos EUA. O perfil de força, no entanto, encaixa-se notadamente no descrito como necessário para a negação de área, na medida que tenta conciliar uma quantidade massiva de mísseis de curto alcance ou vasos leves, mas com poder de fogo elevado, ao mesmo tempo que desenvolve sistemas de longo alcance voltados para alvos de alto valor, caso de mísseis balísticos antinavio e antissatélite. Nesse sentido, o capítulo divide-se em duas partes, o primeiro explora o pensamento estratégico chinês, enquanto o segundo apresenta o conceito de A2/AD e procura indícios no perfil de força do país juntamente com referências à doutrina apresentada na primeira parte.

3.1 Orientações Estratégicas do Exército de Libertação Popular (ELP)

Como a China não publica um documento unificado de doutrina¹², os princípios fundamentais e impositivos que condicionam o uso da força devem ser entendidos como a combinação de diversos documentos e orientações nos mais diversos níveis de comando político-militar (CORDESMAN e KLEIBER, 2006, p. 8). Segundo Finkelstein (2007), o instrumento mais importante a guiar as forças armadas da China são as chamadas Orientações Estratégicas Militares (*junshi zhanlüe fangzhen*), cujo núcleo fornece a base para a análise dos fins, caminhos e meios da estratégia nacional de defesa do país (FINKELSTEIN, 2007, p. 84).

As orientações são moldadas, em síntese, por cinco fatores: (i) base político-ideológica; (ii) avaliação do ambiente internacional e seu impacto para a segurança da China; (iii) os objetivos gerais de segurança nacional do país e a relação entre os objetivos militares e outros objetivos nacionais; (iv) o modelo mais aproximado de conflito que o ELP deve se preparar para enfrentar; (v) indicação abrangente de como o ELP deve se preparar, reformar-se ou se ajustar para enfrentar os desafios da nova situação (FINKELSTEIN, 2007). Nas seções subsequentes, tratar-se-ão rapidamente dessas questões a fim de ilustrar o modo chinês de empregar a força. A abordagem será de cima para baixo, qual seja, do nível mais amplo para o mais específico. Começemos, por ora, com os dois conceitos mais abrangentes presentes na

¹² Na verdade, a própria palavra ‘doutrina’ não é utilizada pelo ELP, mesmo quando se refere à ‘doutrina’ Russa ou Americana, utiliza-se expressões que tangenciam o termo: fala-se em “Teoria Militar Russa” ou “Teoria Militar-Operacional Americana” (FINKELSTEIN, 2005, p. 22)

estratégia da RPC desde a sua fundação, o conceito de Defesa Ativa e de Guerra Popular (*People's War*) (CORDESMAN e KLEIBER, 2006; BLASKO, 2014; LI, 2014; TWOMEY, 2014).

3.1.1 Defesa Ativa e Guerra Popular

A Defesa Ativa e a Guerra Popular são dois conceitos interligados que se baseiam nos escritos de Mao Tsé-Tung durante as guerras contra o Kuomintang (KMT) e o Império Japonês na década de 1930 (BLASKO, 2014, p. 82). É importante destacar que ambos devem ser vistos não como a orientação estratégica propriamente dita, mas sim como ideias que orientam e moldam as orientações estratégicas em um determinado período de tempo (FRAVEL, 2005, p. 87-88).

Dessa perspectiva, Defesa Ativa, um conceito abrangente que se aplica a todos os ramos das forças armadas, indica que a China não deve iniciar guerras a fim de atingir objetivos estratégicos, comprometendo-se a utilizar a força apenas com propósitos de defender sua soberania nacional (CORDESMAN e KLEIBER, 2006, p. 8-9). No entanto, essa postura defensiva não significa passividade, por isso seria uma Defesa Ativa, na medida que, mesmo baseada na premissa de atacar apenas após o inimigo ter atacado, compreende a necessidade de se empregar “operações ofensivas em todos os níveis da guerra e em todos os estágios do conflito” (BLASKO, 2014, p. 81). Nas palavras de Mao (apud BLASKO 2014), “a defesa ativa é também conhecida como defesa ofensiva, ou defesa através de engajamentos decisivos [...] a única defesa real é a defesa ativa, a defesa com o propósito de contra-atacar e, então, tomar a ofensiva” (BLASKO, 2014, p. 84-85). Dessa perspectiva, a dissuasão seria o método preferido de se atingir objetivos estratégicos, o combate propriamente dito só viria caso ela falhasse.

Já a Guerra Popular, por sua vez, muitas vezes é reduzida a estratégia operacional específica de empregar a força ao estilo maoísta, qual seja, a utilização de grandes massas de pessoas e sistemas de baixa tecnologia, praticamente uma mistura de guerra de movimento e guerra de guerrilha. No entanto, embora tenha cumprido exatamente essa função durante boa parte do período de formação da RPC, mais especificamente entre meados da década de 30 até final da década 1979¹³, a ideia da Guerra Popular extrapola o nível estratégico-operacional que define uma fase específica do modo chinês de fazer a guerra. Inclusive, o conceito está presente em todas as orientações estratégicas da RPC – vide a totalidade dos Livros Brancos de Defesa

¹³ Exemplo dessa prática é a vitória de Mao na Guerra Civil, culminando na Revolução de 1949, durando até a ascensão de Deng Xioping e suas reformas militares a partir da experiência nas Guerras da Indochina.

do país desde o início da publicação sistemática dos mesmos em 2002 –, indicando que a Guerra Popular não está confinada às guerras de baixa tecnologia (BLASKO, 2014).

Portanto, assim como a Defesa Ativa, a Guerra Popular representa uma perspectiva recorrente que é adaptada conforme as exigências tecnológicas-organizacionais definidas pela RPC na guerra contemporânea. Na guerra moderna, descrita a partir da visão chinesa nas próximas seções, a Guerra Popular cumpre a função central de criar aderência entre os elementos da trindade de Clausewitz (2007) (população, governo, forças armadas) e o desenvolvimento e a soberania do país. Sobre a Guerra Popular, no Livro Branco de Defesa de 2002, por exemplo, consta:

Em face das novas mudanças na guerra moderna, a China persiste em se basear no povo para construção da defesa nacional, em aflorar a sensibilidade do povo sobre a defesa nacional, em instituir forças armadas que combinam estruturas menores porém adequadas com uma reserva de força poderosa; assenta o princípio de combinar forças para tempos de paz e para tempos de guerra, unindo o exército com o povo, e tendo uma reserva entre o povo, melhorando os mecanismos de mobilização com um escopo de mobilização expandido, e estabelecendo um sistema nacional de mobilização para defesa nacional condizentes com a guerra moderna; e adere a aplicação flexível de estratégias e táticas, criando novos modos de lutar a fim de aproveitar ao máximo a força da Guerra Popular (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2002).

Os princípios da Guerra Popular, são evidentes na distribuição de pessoal entre os serviços do ELP, no inventário de equipamentos, na estrutura de comando (e.g. no nível dos Distritos Militares e abaixo) e na contínua ênfase na mobilização do povo e da economia em apoio às forças armadas (BLASKO, 2014). Essa última função é identificada, inclusive, como um dos elementos mais importantes de dissuasão e inclui a mobilização da “indústria, agricultura, comunicações, transportes, telecomunicações, ciência e tecnologia, serviços médicos e de saúde, construção urbana, trocas comerciais e finanças” (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2002) – todos os aspectos da sociedade.

Em síntese, Blasko (2014, p. 82-83) aponta que os três grandes princípios contidos na Defesa Ativa e na Guerra Popular que perduram são: (1) a postura estrategicamente defensiva conferida a uma China em ascensão; (2) a necessidade da mobilização nacional a fim de atingir os objetivos políticos e militares; e (3) a lealdade das forças armadas ao Partido, considerando este último como representante do povo.

Essas definições no nível dos conceitos estratégicos contribuem para a análise da estratégia da China. No entanto, segundo Fravel (2005), “a estratégia propriamente dita é criada através da aplicação das ideias estratégicas no contexto e no padrão estratégico predominante” (FRAVEL, 2005, p. 86). Então, enquanto ideias estratégicas, como a Defesa Ativa e a Guerra

Popular, perduram através das gerações, suas implicações para o planejamento militar dependem de um contexto específico (FRAVEL, 2005).

Nesse ponto, a literatura costuma separar as fases do pensamento estratégico-operacional chinês em (i) Guerra Popular (1935-1979), (ii) Guerra Popular em Condições Modernas (1979-1985), (iii) Guerra Local (1985-1993); (iv) Guerra Local em Condições de Alta-Tecnologia (1993-2004) e (v) Guerra Local em Condições de Informatização (2004-presente) (CORDESMAN e KLEIBER, 2006; DIAKIDIS, 2009). Como visto, essas fases representam a visão chinesa sobre a natureza da guerra contemporânea e, além disso, contém um conjunto de orientações estratégico-operacionais para seu próprio emprego da força nessas condições. Nesse sentido, a análise contemporânea do ELP demanda o entendimento mais aprofundado das duas últimas fases citadas. Destaca-se que, assim como a Guerra Popular transcendeu sua fase e se projetou sobre o pensamento militar geral da RPC, essa tipologia não deve ser vista como absoluta, uma vez que a passagem de uma fase para a outra não implica na negação completa da anterior, mas sim na incorporação, evolução e adaptação de seus preceitos. Antes de analisarmos as duas fases referidas, no entanto, devemos compreender o contexto responsável pela sua formação, especificamente a partir da visão chinesa da guerra dos outros povos.

3.1.2 Interpretações Chinesas sobre as Guerras do Século XX

A China observou atentamente a Guerra das Malvinas para formular seu pensamento estratégico e o desenvolvimento dos meios necessários para atingir os fins políticos (GOLDSTEIN, 2008; YUNG, 2011). Isso se deu por pelo menos três motivos. O primeiro, e mais óbvio, é pelo fato de que a China não possui grande experiência própria de combate moderno, especialmente nas dimensões naval e aérea. Segundo, pela natureza assimétrica da conflagração entre Argentina e Grã-Bretanha: é comum nas análises chinesas a visão de que o país geralmente é desafiado por adversários mais poderosos (mentalidade originada principalmente pelo “século da humilhação”); é natural, portanto, olhar para as Malvinas como uma luta entre as grandes potências imperialistas e o terceiro mundo (GOLDSTEIN, 2008). Terceiro, e mais importante, é a analogia com o caso das Malvinas e o de Taiwan: ambas são ilhas próximas a costa de um importante ator regional que reivindica soberania sobre elas; ambas também sendo alvo de disputas onde uma grande potência extrarregional fornece proteção como forma de garantia à autonomia/independência. Assim como a Guerra das Malvinas, uma conflagração por Taiwan envolveria combates aeronavais e anfíbios, colocando

frente-a-frente uma grande potência e uma potência regional, mais frágil, porém ascendente (GOLDSTEIN, 2008).

Em suma, da Guerra das Malvinas a China tirou as seguintes lições: (i) as dificuldades logísticas podem inviabilizar uma operação projetada além-mar, surgindo a necessidade de se ter bases avançadas; (ii) as principais capacidades para a função de negar o uso do mar, impedindo a liberdade de ação de um inimigo nas suas águas territoriais, são os mísseis antinavio, sejam eles baseados em aeronaves ou em vasos de superfície, e os torpedos baseados em submarinos; (iii) a capacidade de mobilização da indústria nacional em pouco tempo também pode ser crucial no resultado das guerras locais – a massa importa; (iv) a necessidade do estabelecimento de uma doutrina prévia e de um planejamento de guerra realista e abrangente; e, por fim, (v) a importância da integração entre as forças, especialmente em missões antinavio (YUNG, 2011, p. 76)

As lições tiradas da Guerra das Malvinas pela China implicaram na adoção de políticas que podem ser separadas em quatro linhas gerais. (1) O mais importante diz respeito a defesa dos mares próximos do país: desde então, a China procura adquirir ou desenvolver boa maturidade quanto aos seus submarinos convencionais de ataque (diesel-elétricos), vasos modernos de combate de superfície, aviação marítima baseada em terra ou mar, mísseis cruzadores antinavio, mísseis balísticos antinavio e capacidades de monitoramento e observação para rastrear e adquirir alvo sobre embarcações no seu entorno estratégico marítimo (YUNG, 2011, p. 76).

Quanto à doutrina, os chineses consideram que a Argentina falhou em reconhecer as vulnerabilidades do sistema logístico britânico, deixando escapar a oportunidade de atacar esses pontos fracos. Além disso, a doutrina de emprego de poder aéreo também foi fortemente influenciada pelos sucessos argentinos quanto a sua aplicação antinavio, interpretados, no entanto, como sub-ótimos, principalmente pela rápida escassez dos meios em uma indústria de guerra limitada (YUNG, 2011, p. 93).

Em suma, as influências doutrinárias mais importantes estão relacionadas à centralidade do controle do mar. O próprio Livro Branco de 2008 do país reconhece que, para isso, é preciso buscar o controle tanto na superfície, quanto no ar e em águas submarinas. Isso reflete a dificuldade que os argentinos encontraram em integrar os diferentes ramos de suas forças armadas, o que foi central para a derrota da Argentina. No mesmo documento, inclusive, a China argumenta que suas campanhas navais devem envolver a integração entre operações no ar, no mar e em terra. Enfatiza-se a importância de sistemas de alta tecnologia, alta precisão e grande alcance, reconhecendo a centralidade do uso dos mísseis antinavio Exocet pela Força

Aérea argentina – vide afundamento da embarcação pesada britânica HMS *Sheffield* (YUNG, 2011).

Na Guerra do Golfo, por sua vez, o aprendizado foi: (i) o conceito de guerra local combinado com o emprego de sistemas de alta tecnologia em microeletrônica e satélites; (ii) o papel da guerra de informação e de opinião pública; (iii) a necessidade de apoio político das elites e do povo como centro de gravidade; (iv) o papel fundamental da opinião pública e da legislação; (v) a incorporação do nível operacional da guerra – campanhas são centrais no planejamento de operações futuras; e, por fim, (vi) os três ataques e as três defesas – atacar com mísseis cruzadores, aeronaves furtivas e helicópteros de ataque, defender-se de ataques de precisão, interferência eletrônica e reconhecimento e vigilância inimigos (YUNG, 2011; GAUTAM, 2013).

As Guerras do Golfo (91 e 2003) e do Kosovo (1999) refinaram a visão do PLA sobre guerras locais. A primeira gerou na China o conceito de Guerra Local em Condições de Alta Tecnologia, enquanto que as duas últimas avançaram ainda mais nesse sentido, criando a Guerra Local Condições de Informatização. Isso reflete a percepção da alta tecnologia no nível dos sistemas – munição guiada de precisão, radares e computadores embarcados, dentre outros – e as chamadas três guerras – guerra de informação, guerra legal e guerra de opinião pública (YUNG, 2011; GAUTAM, 2013), que estão relacionadas especialmente à legitimidade do governo e a manutenção da trindade de Clausewitz.

3.1.3 Guerra Local em Condições de Informatização

Com a incorporação da esfera operacional da guerra a partir de meados da década de 1990, o ELP entrou na fase de Guerra Local em Condições de Alta Tecnologia, definida como um conflito com objetivos políticos e escopo geográfico limitados, travado sobre reivindicações territoriais, disputas econômicas ou rivalidades étnicas, curto em duração mas podendo atingir alto grau de intensidade e escala, tendo, por isso, resultados estratégicos decisivos (CORDESMAN e KLEIBER, 2006, p. 8-9). Adicionalmente, no Livro Branco de 2004, reconhecendo o paradigma da digitalização, definiu-se que o ELP deve desenvolver uma força informatizada, aprofundando suas reformas em termos tecnológicos e organizacionais, dedicando-se à inovação para melhorar a qualidade de suas capacidades, buscando vencer uma Guerra Local em Condições de Informatização (BLASKO, 2014, p. 90)¹⁴.

¹⁴ Em ambos os casos, como já destacado, enfatizam-se as ideias estratégicas de Defesa Ativa e Guerra Popular. O Livro Branco de 2006, e.g., em diversas citações reitera a necessidade de manter a postura de Defesa Ativa e de se adaptar o conceito de Guerra Popular, coordenando, assim, esforços militares, políticos, econômicos,

A mudança de foco para a guerra local se dá a partir da conclusão que as maiores ameaças à RPC não vêm de guerras totais, mas de conflagrações limitadas geograficamente (FRAVEL, 2005). A nova geração de orientações, encontrada em documentos da segunda metade da década de 1990, tem por objetivo conceber operacionalmente a vitória em Guerras Locais em Condições de Alta Tecnologia; unificar o pensamento operacional em todo o PLA; assimilar as experiências em guerras locais das guerras de outros povos e ajustá-las aos conceitos operacionais prévios do PLA; servir de guia para campanhas e batalhas em todos os níveis e escalas; e, finalmente, destacar a importância da logística. O documento ensejou reformas abrangentes, envolvendo as três áreas da modernização chinesa (sistemas de armas, doutrina e instituições), indo desde treinamento, ajustes na estrutura da forma, reforma da educação militar profissional até o desenvolvimento de novos sistemas (FINKELSTEIN, 2005, p. 15).

Entretanto, não modificou-se a estratégia militar geral chinesa, permanecendo os preceitos da Defesa Ativa e da modernização militar em curso. Isso se dá porque as mudanças foram essencialmente no nível operacional (como fazer) e não no nível estratégico (quando e sob que condições fazer). Nesse sentido, passou-se a perseguir mudanças significativas na condução das campanhas em matérias como comando e controle (integração, coordenação e arquitetura), gerenciamento do espaço de batalha (*battle space management*), estrutura de força, relação entre os serviços, sustentação, sequência operacional e "guiagem para as circunstâncias ótimas em que se deve empregar as variadas capacidades de ponta" (FINKELSTEIN, 2005, p. 16). Em suma, trata-se da primeira tentativa significativa de pensar as operações da China de maneira conjunta.

Essas visões estão detalhadas em duas séries de documentos importantes do final da década de 90, chamados de Ciência da Estratégia Militar (*zhanlüexue*) e Ciência das Campanhas (*zhanyixue*)¹⁵, onde são analisadas em detalhes as melhores opções estratégico-operacionais frente a esses desafios (FRAVEL, 2005). Em síntese, ambos demonstram um reconhecimento sobre a necessidade de, no nível tático e operacional, combinar ações ofensivas com defensivas para tomar a iniciativa em guerras locais e da importância de se desenvolver operações

diplomáticos, legais e culturais mesmo na guerra local. Inclusive, no Livro Branco de 2008, fala-se em “Guerra Popular em Condições de Informatização”, uma espécie de inclusão da milícia do povo no próprio paradigma da digitalização (BLASKO, 2014).

¹⁵ Tomados em conjunto, podem ser vistos como o equivalente mais próximo dos Manuais Operacionais de Campo do Exército dos EUA – JP 3-0 *Doctrine for Joint Operations* (FRAVEL, 2005), antigamente conhecidos como FM 100-5 *Operations* e que instituiu a esfera operacional da guerra nos EUA.

integradas¹⁶ – i.e. múltiplos ramos das forças armadas operando de forma conjunta e permanente a fim de realizar missões específicas (CHENG, 2005; FRAVEL, 2005). A seguir serão descritos alguns preceitos operacionais contemporâneos contidos nesses e em outros documentos, no entanto, por ora, destaca-se que eles representam um ponto de inflexão nas orientações estratégicas do país, uma vez que incorporam orientações ao nível das operações.

“Combinar a ofensiva e a defensiva para tomar a iniciativa” (*fanggong jiehe, zhengqu zhudong*). A análise demonstra que em um campo de batalha limitado e de alta tecnologia, a importância das operações ofensivas aumentou substancialmente, conferindo vantagens decisivas para o detentor da iniciativa. Nesse sentido, percebe-se que as operações ofensivas terão um papel maior no planejamento militar do ELP, levando alguns analistas a apontar uma suposta nova postura preemptiva do país (KREPINEVICH, 2010; TOL, 2010; FISHER, 2012). Na verdade, segundo Fravel (2005), o “Culto à Defensiva” ainda predomina: mantêm-se a Defesa Ativa, que, em termos estratégicos, defende o ataque ao oponente apenas após ter sofrido o primeiro ataque. Entretanto, no nível operacional e tático, isso não significa esperar passivamente o adversário se mobilizar no teatro de guerra e efetuar a ofensiva para, só então, revidar. Entende-se que, se houver violação da soberania ou da integridade territorial da RPC por qualquer país ou organização, o ELP reserva-se no direito de atacar para: (i) repelir os invasores para fora do território; (ii) lançar ataques proporcionais no território inimigo; (iii) atacar as bases militares estrangeiras do agressor, bem como seus dispositivos marítimos e aeroespaciais (FRAVEL, 2005, p. 93-94; BLASKO, 2014, p. 102-103).

Por conseguinte, a ênfase nas operações ofensivas se dá em um cenário em que o combate em uma guerra local já começou. Deixa-se explícito que a decisão de aderir à luta em primeiro lugar é uma atitude política e que está fora do escopo da estratégia operacional (FRAVEL, 2005). Portanto, essas conclusões estão mais relacionadas à incorporação das novas tecnologias ligadas à digitalização que tornam o combate mais fluído e demandam reações imediatas em todos os níveis do que propriamente uma inclinação na direção da preemptividade e da ofensividade. Em síntese, a análise demonstra que guerras locais com possibilidades de invasão ainda devem ser vistas com cautela, respeitando a defensiva estratégica e todos os cuidados de uma guerra total; além disso, a opção por operações ofensivas e rápidas é política e orientada pela ideia de utilizá-las em contra-ataques (FRAVEL, 2005). Este último, é ainda

¹⁶ Segundo a série da Ciência das Campanhas (*zhanyixue*), exemplos de operações integradas seriam “campanhas de bloqueio, campanhas anfíbias ou de desembarque geral, campanhas antiaéreas; campanhas para conter ofensivas nas fronteiras; campanhas de desembarque aéreo, campanhas de contenção a ataques anfíbios” (CHENG, 2005, p. 102). Tudo isso, incluiria não apenas a integração dos espectros terrestre, naval e aéreo, mas também o espaço-sideral, ciberespaço e espectro eletromagnético (CHENG, 2005, p.113-114).

responsável por fortalecer a principal ferramenta de segurança nacional do país, qual seja, a dissuasão convencional.

“Operações integradas visando ataques nos pontos chave” (*zhengyi zuozhan, zhongdian daji*). Na guerra local moderna, a vitória só pode ser alcançada através de ataques sistematizados e integrados diretamente nos pontos chave do inimigo – entendido como análogo ao centro de gravidade (FRAVEL, 2005, p. 94). Além disso, “Busque a decisão rápida, mas se prepare para uma conflagração prolongada” (*lizheng sujue, zhunbei chijiu*); a série Ciência da Estratégia Militar (*zhanlüexue*) reconhece que, na guerra local, existem quatro maneiras de assegurar a vitória sobre um inimigo superior: (i) ater-se sempre ao objetivo da guerra local, (ii) manter-se atento às mudanças no campo de batalha e buscar a ocasião decisiva, (iii) centralizar as forças em uma direção a fim de mudar a correlação de forças e atingir a superioridade local a despeito da assimetria geral, (iv) organizar campanhas e batalhas cuidadosamente a fim de controlar a situação e o progresso da guerra a fim de minimizar os riscos e manter a iniciativa (FRAVEL, 2005, p. 95).

“Planejamento abrangente a fim de obter a vitória através de esforços coordenados” (*quanmian yunchou, heli zhisheng*). Planejamento abrangente significa utilizar todos os aspectos do poder nacional, não apenas os meios militares, para fazer a guerra local – só assim o estado mais fraco pode vencer o mais forte¹⁷. Esse ponto específico da formulação chinesa demonstra ainda, segundo Fravel (2005), a visão de que embora a guerra local seja limitada em escopo, da perspectiva política, diplomática e econômica (dentre outros) o escopo é bem maior: o sistema internacional contemporâneo, torna cada vez mais difícil contar apenas com os meios militares para atingir os fins últimos da guerra local (FRAVEL, 2005, p. 95). Por fim, para tornar isso possível, a Ciência da Estratégia Militar (*zhanlüexue*) destaca a importância de se manter uma “Liderança unificada, [e um] comando centralizado” (*tongyi lingdao, jizhong zhihui*) (FRAVEL, 2005).

3.1.4 O Exército de Libertação Popular e a Guerra no Mar

A literatura costuma separar a estratégia naval da RPC em três fases: (1) “defesa da costa próxima” (-1980); (2) “defesa ativa dos mares próximos” (-2000); e (3) “operações nos mares distantes” (2000-) (DORNELLES, 2012). Em síntese, a primeira refletia a preocupação do país com ataques vindos de Taiwan e envolvia majoritariamente forças terrestres de defesa costeira. A segunda visa salvaguardar os recursos marítimos da China, proteger suas linhas de

¹⁷ Aqui se mostra a transcendência da Guerra Popular na esfera operacional.

comunicação marítima, contestar territórios marítimos perdidos ou disputados, “reintegrar Taiwan ao domínio da China continental, impedir agressões estrangeiras pelo mar, e manter uma sólida dissuasão nuclear” (DORNELLES, 2012, p. 156). A terceira, por sua vez, busca desenvolver capacidades de ação além de sua região, sendo condizente com uma China em ascensão.

No entanto, embora essas fases até sejam úteis para se observar algumas inflexões estratégicas gerais, elas devem ser vistas com cautela. Especialmente porque geram análises reducionistas, na medida que descrevem as fases como etapas já superadas. Por exemplo, com base nessa tipologia, o analista poderia concluir que atualmente a China desenvolve uma marinha de águas azuis, tendo em vista que a partir do ano 2000 adota a defesa ativa nos mares distantes, o que não se confirma na realidade.

Na prática, as capacidades de defesa costeira, nos mares próximos e nos mares distantes se desenvolvem simultaneamente, com mudanças de enfoque conforme as lideranças no poder. Como será visto, embora capacidades relacionadas à ação nos mares distantes tenham sido desenvolvidas a partir da década passada, as de alcance mais limitado não só não foram relegadas a um segundo plano, como sofreram melhora ainda mais substantiva (LI, 2014).

Portanto, utilizaremos aqui três conceitos para analisar o comportamento da Marinha do Exército de Libertação Popular (MELP). Um mais estratégico, sendo visto como o componente naval da Defesa Ativa, chamado de Defesa de Alto Mar (*Offshore Defense*). Além de dois centrados na esfera operacional, o conceito de Sistemas Informativos baseados em Sistemas de Sistemas (*Information systems-based system of systems operations* ou ISSSO) e o conceito de Estratégia[-Operacional] Tradicional de Defesa Ativa (*Traditional Active Defense Strategy* ou TADS).

3.1.4.1. Defesa de Alto Mar (*Offshore Defense*)

Aprovada em 1985, a Defesa de Alto Mar segue os preceitos gerais da Defesa Ativa e busca adequar os objetivos estratégicos às necessidades de uma China em modernização. Dentre eles, os principais consistem em (i) garantir a segurança energética a partir da proteção das linhas marítimas de comunicação (SLOCS); (ii) aumentar a profundidade estratégica para defesa marítima do país em consonância com o deslocamento do centro de gravidade econômico chinês do interior para a costa; e, em consonância com o direito do mar, (iii) defender os recursos marítimos em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e nas áreas marítimas contestadas (GLOBAL SECURITY, 2011; BLASKO, 2014).

Desde o início, a Defesa de Alto Mar é considerada uma estratégia de limite regional e de caráter defensivo, focando na primeira e na segunda cadeia de ilhas. Embora não haja oficialmente distâncias mínimas e máximas associadas ao conceito, algumas análises consideram que o alcance operacional do conceito se dá pela capacidade de projeção de força além-mar a partir de suas linhas interiores. Mais especificamente, é função do alcance das aeronaves baseadas em terra do ELP e das capacidades antissubmarino da MELP (GLOBAL SECURITY, 2011; BLASKO, 2014, p. 106). A principal aeronave com função antinavio baseada em terra da China são os H-6D/G/K, cujo raio de combate é 1.800 km. As capacidades antissubmarino, como será visto mais a frente, são mais escassas, baseadas em grande parte em helicópteros cujo alcance é reduzido (HEGINBOTHAM, 2015). As poucas novas corvetas do Tipo 056 possuem maior alcance – tem raio de combate estimado em 1.500 km. Além disso, as aeronaves da classe Gaoxin-6, com, raio de combate estimado em 2.500 km, estão em fase de produção – apenas uma já foi comissionada. Portanto, a partir disso, pode-se definir a aérea operacional da Defesa de Alto Mar com um alcance seguro de aproximadamente 1.800 km.

Figura 2: Área Operacional da Defesa de Alto Mar



Como se pode ver na Figura 2, a Defesa de Alto Mar baseia-se em uma marinha de alcance regional. Segundo Li (2014), os responsáveis pela estratégia naval chinesa dividem as marinhas do mundo em três categorias: as do tipo ofensivas voltadas para grandes distâncias, as do tipo regionais (ofensivas e defensivas) e as de defesa costeira. Os EUA pertenceriam à primeira, enquanto a segunda seria o lugar da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia e Índia, todas as outras pertencendo ao terceiro nível. Nesse sentido, o objetivo principal

da modernização naval chinesa é desenvolver uma marinha do tipo regional, inserindo-se na segunda categoria. Esse tipo de marinha pode operar efetivamente na sua própria região, ao mesmo tempo que mantém a capacidade de projetar poder ocasionalmente além do seu entorno estratégico – é o caso, por exemplo, das recentes passagens de vasos de combate do MELP na região do mediterrâneo ou do Golfo de Áden para missões contra pirataria. No entanto, estes últimos são exceções ao conceito e, pelo menos por enquanto, estão relacionados mais a missões não-tradicionais (*military operations other than war*¹⁸) do que de combate convencional propriamente dito (LI, 2014; BLASKO, 2014).

3.1.4.2 Sistemas Informacionais baseados em Sistemas de Sistemas (ISSSO)

Ainda, dois conceitos auxiliam a entender como a China pretende conduzir as operações no seu entorno estratégico. Inserindo-se na ideia de Defesa em Alto Mar, tem-se (i) a ideia de Sistemas Informacionais baseados em Sistemas de Sistemas (ISSSO) e (ii) a ideia de Estratégia[-Operacional] de Defesa Ativa (TADS) (LI, 2014).

O conceito ISSSO parece incorporar o equivalente chinês da Guerra Centrada em Rede¹⁹. Ele defende que a única maneira de derrotar um adversário de primeira grandeza é através da integração entre todos os serviços e todos os sistemas. Dessa perspectiva, os serviços não devem ser pensados de forma individual, mas sim em torno de um “sistema de sistemas” (LI, 2014). Isso seria possível graças às novas tecnologias informacionais, instaladas em todos os sistemas e integradas em uma grande rede interconectada capaz de dar transparência no campo de batalha em tempo real, “reduzindo o tempo de reação e permitindo ataques mais

¹⁸ **Operações Militares Além da Guerra** – Operações militares que abrangem um vasto leque de atividades, onde o instrumento militar de poder nacional é utilizado para fins além das operações de combate em larga escala, normalmente associadas com a guerra. Estas operações são muitas vezes conduzidas fora do território nacional e incluem apoio militar para autoridades civis, podendo envolver ou não o uso ou a ameaça de força. Operações Militares Além da Guerra envolvem elementos militares tradicionais, tais como ar, terra, mar, espaço e forças de operações especiais, bem como outras agências governamentais e organizações não-governamentais. (EUA, 2001, p. xiv) Oficialmente, o uso de forças militares em tempo de paz procura a manter as tensões entre nações ou grupos abaixo do limiar de um conflito armado e manter influência em terras estrangeiras. Estas operações, por definição, não necessariamente envolvem combate, mas as forças militares sempre precisam estar preparadas para se proteger e responder a uma mudança de situação (EUA, 2001, p. viii). Entre as atividades definidas como Operações Militares Além da Guerra incluem-se: controle de armamentos, combate ao terrorismo, apoio a operações antidrogas, assistência nacional, operações de evacuação de não-combatentes, operações de apoio civil, operações de paz e apoio a insurgências (EUA, 2001, p. v-6).

¹⁹ **Guerra Centrada em Rede** – Conceito operacional baseado em computadores e tecnologia de comunicação em rede para fornecer uma consciência compartilhada do campo de batalha. Como teoria, a Guerra Centrada em Rede propõe a aplicação dos conceitos da era da informação para acelerar as comunicações e aumentar a consciência situacional através de redes, melhorando tanto a eficiência quanto à eficácia das operações militares. A Guerra Centra da em Rede se destina a aumentar a colaboração e sincronização através do livre fluxo de informações através do campo de batalha, de modo que os dados adquiridos por sensores em rede sejam compartilhados, processados em informações e, em seguida, fornecidos rapidamente para a unidade ou sistema que fará uso deles (WILSON, 2007, p. 2-3).

precisos; criando, assim, condições para a aplicação da força de forma mais dispersa e mais aguda, mas com poder de fogo concentrado” (LI, 2014, p. 272).

Além disso, o conceito também implica alguns preceitos normativos importantes. Nesse sentido, dois tipos de alvos decisivos no campo de batalha são reconhecidos. O primeiro envolve o sistema informacional do inimigo, particularmente suas capacidades de aquisição de informação e transmissão, processamento e utilização da informação. Isso envolveria ataques pesados e precisos de guerra eletrônica e ciberguerra em pontos nodais da rede inimiga a fim de neutralizar permanentemente sua capacidade informacional (LI, 2014). Adicionalmente, o segundo tipo de alvos decisivos são os que podem causar um desequilíbrio da rede de sistemas inimiga. Por isso, o foco deve ser o centro de gravidade da rede de sistemas do inimigo, buscando romper seu fluxo de informação, de energia e de equipamentos – e.g. aeronaves de alerta antecipado, distribuição e processamento de dados, porta-aviões e vasos pesados (LI, 2014).

Esses ataques serão diretos, tendo um momento e um local relativamente previsíveis. Segundo Li (2014), é justamente essas características, somadas à inexistência de vantagens comparativas ou superioridade do ELP em tais engajamentos frontais, que preocupa uma parcela importante dos estrategistas chineses. Estes “argumentam que o ISSSO pode ajudar o ELP a desenvolver vantagens comparativas no campo de batalha no longo prazo”; no entanto, como no curto prazo o ELP será o lado inferior, deve-se empregar a Estratégia Tradicional de Defesa Ativa (TADS) para engajar um oponente mais poderoso (LI, 2014, p. 275).

3.1.4.3 Estratégia Tradicional de Defesa Ativa (TADS)

Segundo Liu (2014), a premissa central do TADS é que o ELP será o lado relativamente mais fraco em uma eventual conflagração. Condizente com os preceitos gerais da Defesa Ativa, deve-se adotar uma estratégia defensiva baseada nas linhas interiores. No nível operacional e tático, no entanto, a postura deve ser ativa, implicando em diversos movimentos rápidos e ofensivos pelas linhas exteriores (LI, 2014).

Uma característica central da TADS é o movimento constante, uma vez que muitas situações requerem manobras a fim de evitar o confronto frontal com os pontos fortes do inimigo, buscando dividir, dispersar ou isolar as forças adversárias (LI, 2014). Mais importante ainda é necessidade de identificar as fraquezas do adversário para concentrar os ataques a fim de desenvolver superioridade local e temporária sobre o oponente, procurando derrotá-lo em diversas etapas. Essa série de vitórias no nível tático possui um efeito cumulativo importante,

pois pode causar uma mudança gradual no equilíbrio das forças no campo de batalha, permitindo, eventualmente, ofensivas no nível estratégico (LI, 2014).

Existe um elemento geográfico importante incorporado no TADS: a questão do poder parador da água de Mearsheimer (2007). O conceito reconhece que devido às linhas marítimas extremamente alongadas de um possível adversário, juntamente com a inevitável dispersão de suas forças, aparecerão necessariamente uma série de vulnerabilidades a serem exploradas. Nesse sentido, embora inferiores materialmente, as forças chinesas serão superiores em massa, bem como terão o suporte de suas linhas interiores, podendo concentrar as forças rapidamente e projetar força sobre o inimigo a partir de distâncias mais reduzidas, aumentando a letalidade do ataque (LI, 2014).

O objetivo, no entanto, não é engajar-se em grandes batalhas de atrito simultâneas, mas sim transformar diversas pequenas batalhas sequenciais em grandes vitórias (LI, 2014). Enquanto um provável adversário externo provavelmente preferirá operações rápidas e decisivas a partir de sistemas de informatizados superiores, o ELP deve buscar operações decisivas prolongadas a fim de acabar com a vontade de lutar inimiga, retomar o controle da guerra e forçar o oponente a ceder (LI, 2014).

Portanto, como visto, os conceitos ISSSO e TADS fornecem dois modelos diferentes para o entendimento de como a China planeja usar a força. Em síntese, no nível operacional, enquanto um envolve grandes batalhas frontais focadas no centro de gravidade da rede adversária, o outro é mais dinâmico, baseando-se em uma postura mais assimétrica e indireta que visa uma série de pequenas batalhas sobre os pontos fracos do inimigo. Segundo Li (2014), no curto prazo, o TADS permanecerá dominante na condução das operações do ELP. O ISSSO certamente pode influenciar o planejamento de guerra no longo prazo, mas “dependerá em quão bem sucedido a integração dos sistemas informacionais se dará, e se a assimetria em favor de um adversário superior e poderoso pode ser amenizada por essa integração” (LI, 2014, p. 280).

De fato, embora de maneira desigual, ambos descrevem uma parte do planejamento de guerra chinês. Nesse sentido, embora não sejam totalmente antagonistas, representam pensamentos diferentes dentro do pensamento estratégico-operacional chinês. Como será visto, isso fica evidente nas recomendações de cada um sobre o perfil de força e como empregá-lo no campo de batalha. Alguns preceitos importantes do ISSSO estão sendo incorporados, como os análogos à guerra centrada em rede, bem como o reconhecimento da importância em se atacar os sistemas centrais da rede inimiga. Ao mesmo tempo, a TADS parece justificar o esforço de

modernização do país em sistemas de saturação capazes de gerar grande poder de fogo em pouco tempo.

Nesse sentido, embora incompatíveis em diversos níveis – como na escolha dos alvos prioritários –, os conceitos coexistem e, muitas, vezes complementam-se: há uma mistura de capacidades/estratégias simétricas e assimétricas, cujo equilíbrio baseia a forma como a China planeja utilizar sua força. Parece ser esse fato paradoxal a gênese do que a literatura chama de A2/AD.

3.2 O Conceito de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD)

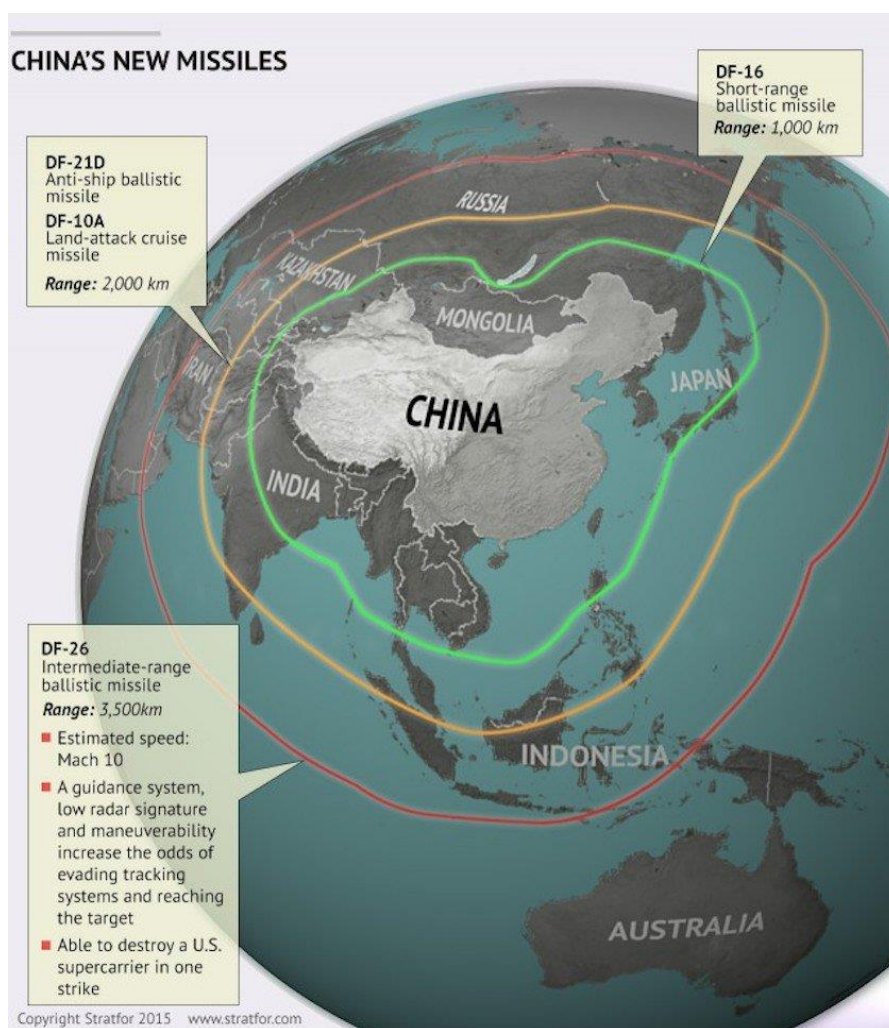
O conceito de A2/AD foi elaborado por analistas estadunidenses a partir de observações do programa de modernização militar chinês, iniciada em meados da década de 1990 (O'ROURKE, 2015). Em geral, o desenvolvimento das capacidades militares da China foi pautado por uma estratégia assimétrica, que busca compensar a fraqueza de um país frente a outro através de uma estratégia defensiva de desabilitação da rede informacional do inimigo enquanto se sustenta a sua própria. Como visto anteriormente, nos documentos oficiais de doutrina da China, embora não haja nenhuma menção aos conceitos de antiacesso e negação de área, existem conceitos que expressam diversos princípios importantes dessa estratégia – caso do ISSSO e do TADS, por exemplo. Além desses, o equivalente mais próximo pode ser encontrado nas operações de “Contra-ataques Estratégicos Ativos em Linhas Exteriores” (ASCEL, sigla em inglês), inserindo-se na ideia de combinar a ofensiva e a defensiva para tomar a iniciativa dentro da lógica da Defesa Ativa (WISHIK, 2011, p. 37).

O acrônimo A2/AD (*anti-access & area denial*) é baseado na combinação de dois conceitos: Antiacesso e Negação de Área. O antiacesso se refere às ações e capacidades de longo alcance (+1.800 km) que buscam evitar que as forças do oponente entrem na área de operações. Já a negação de área é caracterizada pelas capacidades e ações de curto alcance que visam limitar a liberdade de ação do oponente no teatro de operações (DOD, 2012). Embora exista essa diferença entre os dois conceitos, eles são fases de uma mesma estratégia. O escopo geográfico do A2/AD está demonstrado na Figura 3, onde o míssil balístico antinavio DF-21D simboliza a separação entre os sistemas de negação de área e antiacesso.

De acordo com esta visão, a estratégia chinesa de A2/AD teria duas fases. Primeiramente, a China lançaria um ataque contundente a posições estadunidense no teatro de operações do leste do Pacífico. Em seguida, adotar-se-ia uma postura mais defensiva (KREPINEVICH *et al*, 2010, p 15; TOL, 2010).

Este ataque inicial serviria para: (i) desabilitar a capacidade operacional estadunidense no espaço, da qual as Forças Armadas são altamente dependentes para seu sistema de C4ISR e guiagem de armas; (ii) ameaçar as bases dos EUA e aliados no Pacífico, destruindo aeródromos com mísseis balísticos e cruzadores; (iii) desabilitar os sistemas de navegação e comunicação dos porta-aviões, forçando seus grupos de ataque a recuarem para fora do teatro de operações; (iv) impedir a operação de submarinos em áreas litorâneas; (v) utilizar de artilharia antiaérea, mísseis superfície-ar e caças de quarta geração para dificultar o acesso ao espaço aéreo da área de operações, e (vi) conduzir ciberataques para desabilitar as capacidades de comunicação, logística e controle dos EUA (TOL, 2010). Nesse ponto, os EUA seriam forçados a aceitar o fato e sentar à mesa de negociações ou seguir lutando apesar dos custos excessivamente elevados.

Figura 3: Alcance dos Novos Mísseis Balísticos da China



Fonte: STRATFOR, 2015.

No entanto, tal concepção passa por um entendimento duvidoso do conceito de “Maça Assassina” (shashoujian), presente na doutrina militar chinesa. Entendido pelos analistas de defesa estadunidenses como uma alegoria a um golpe contundente e surpresa contra um

oponente. No entanto, na doutrina chinesa oficial o conceito se refere à utilização de sistemas de armas de forma assimétrica, não implicando em preemptividade (BRUZDZINSKI, 2004). Como visto, tradicionalmente o país reconhece a possibilidade de tomar a iniciativa na esfera das operações e da tática, contudo, apenas após o adversário ter tomado a iniciativa no nível estratégico.

3.2.1 A2/AD e o Perfil de Força da RPC

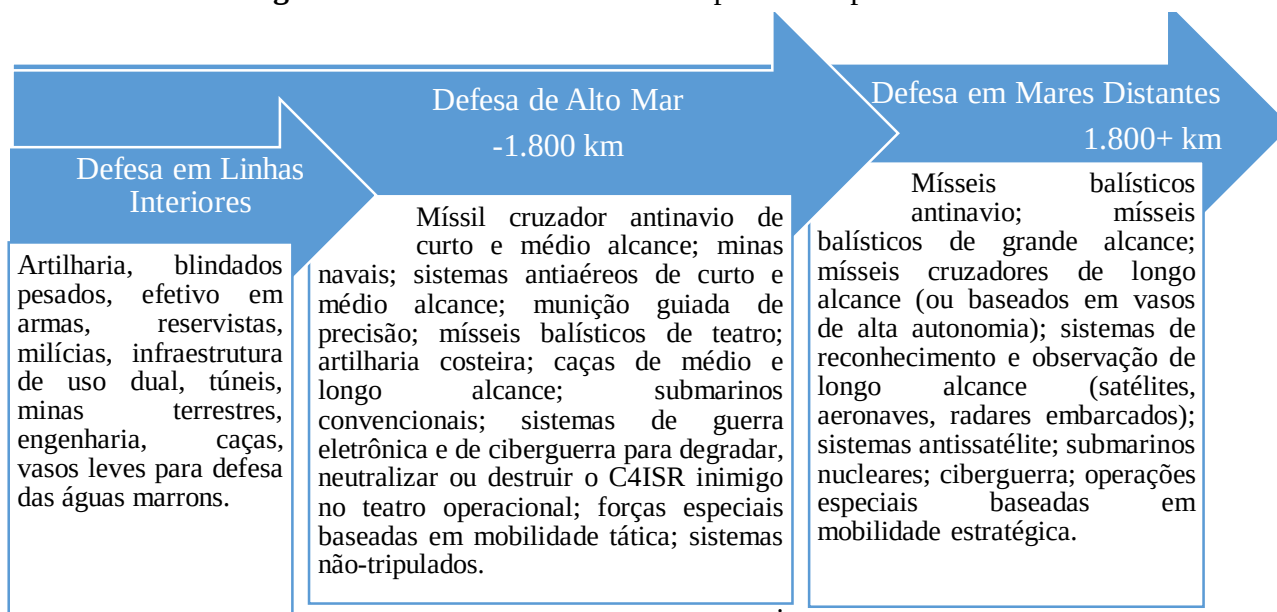
A partir da análise das orientações doutrinárias da RPC feita na primeira seção do capítulo juntamente com a noção externa de A2/AD, apresenta-se aqui um modelo particular para entender o escopo de ação das forças armadas da China. Ele é composto por três camadas: (i) Defesa em Linhas Interiores; (ii) Defesa em Alto Mar; e (iii) Defesa em Mares Distantes. Acredita-se ser um modelo mais realista de se analisar o emprego da força do país face a uma ameaça externa, na medida que substitui a visão de etapas de expansão do MELP pela noção das camadas – as quais possuem densidade diferente, como será visto. Além disso, incorpora noções contidas nas orientações estratégicas do país, especialmente a ideia de Defesa em Alto Mar, o núcleo de sua estratégia marítima.

No entanto, a noção de A2/AD não é descartada, pelo contrário, é agregada na tipologia, visto que representa uma importante ferramenta analítica a fim de entender a inexpugnabilidade chinesa, o objetivo principal do capítulo. Essa incorporação é possível pelo fato de que o limite da Defesa em Alto Mar é 1.800 km, coincidindo com a separação entre o escopo dos sistemas de negação de área e dos de antiacesso. Portanto, entende-se a Defesa em Alto Mar como abrangendo a negação de área, ao passo que o antiacesso está contido na ideia da Defesa em Mares Distantes. Pode-se visualizar essa separação tanto na Figura 2, quanto na Figura 3 – alcance do míssil DF-21D.

Uma estratégia específica é lastreada na aquisição e desenvolvimento de sistemas de armas que garantam as capacidades operacionais necessárias para sustentar tal estratégia. Em síntese, no caso chinês, destacam-se os mísseis balísticos antinavio (ASBMs), mísseis cruzadores antinavio (ASCMs), submarinos de ataque de propulsão nuclear e convencional e vasos de superfície como destróiers, fragatas, corvetas e navios de patrulha fortemente armados (O’ROURKE, 2015). Utilizar tais sistemas de armas para desabilitar ou dificultar o uso de sistemas muito mais custosos, como um porta-aviões estadunidense, permite fazer frente às capacidades de um oponente superior em um cenário de guerra local, como um confronto travado por Taiwan ou nos Mares do Leste ou do Sul da China.

Nesse sentido, em consonância com a tipologia referida, a análise do perfil de força será dividida em três partes: (i) sistemas relacionados à Defesa em Linhas Interiores; (ii) sistemas relacionados à Defesa em Alto Mar; e (iii) sistemas relacionados à Defesa nos Mares Distantes. Em síntese, os tipos de sistemas relacionados à cada uma das categorias estão demonstrados na Figura 4.

Figura 4: Camadas de Defesa da República Popular da China



2.1.1.1 Defesa em Linhas Interiores

O poder terrestre é o principal sustentáculo da dissuasão chinesa. O país possui o maior exército do mundo, contando com 2,3 milhões de homens em armas e mais de 4 milhões em forças paramilitares; detém a maior força de blindados pesados de combate (MBTs) do mundo (6.540), com mais que o dobro do segundo lugar; mais de 13 mil peças de artilharia, a maior do mundo; e, apoiando seu poder terrestre, possui quase 500 caças de ataque ao solo e 150 helicópteros de ataque (IISS, 2015).

Em termos de infraestrutura, o país “tem promovido um *boom* na construção de dutos, rodovias e aeroportos, que se conectarão com a infraestrutura externa, podendo vir a garantir estabilidade interna para o país”, melhorar a questão da segurança energética e facilitar o movimento das forças em um eventual conflito (ZUCATTO, *et al.*, 2013, p. 39). Especificamente, no entanto, um importante ponto para a manutenção da inexpugnabilidade e da capacidade de retaliação nuclear da China é a sua rede de túneis fortificados. Chamados de “a Grande Muralha Subterrânea”, em referência ao papel de protetor máximo que a muralha original possuiu. A rede possui mais de 5.000 km em túneis fortificados e climatizados, capazes

de abrigar todo o arsenal nuclear do país e garantir não só a sua sobrevivência a um ataque nuclear, mas também a sua capacidade de proteger, posicionar e disparar como retaliação (KARBER, 2011).

3.2.1.2. Defesa em Alto Mar

O componente central da estratégia chinesa é negar a liberdade de movimento às forças do adversário no teatro operacional. Para isso, três tipos de sistemas são essenciais: (i) mísseis antinavio (AShM), (ii) mísseis antisubmarino (ASW) e seu (iii) sistema integrado de defesa aérea (IADS).

As capacidades (i) antinavio chinesas são divididas entre as lançadas de aeronaves, de vasos de superfície, de terra e de submarinos²⁰. Quanto às lançadas do ar, tem-se essencialmente 30 bombardeiros H-6G, cada um capaz de disparar 4 mísseis antinavio, 24 caças de quarta geração SU-30MK2 e 120 caças de terceira geração JH-7A, cada um capaz de disparar 2 mísseis antinavio, totalizando 174 aeronaves com função antinavio. O raio de combate de todos varia entre 1.500 e 1.800 km. Além disso, espera-se que, em 2017, entrem em serviço 24 J-16, a versão endógena do SU-30MK2 (HEGINBOTHAM, 2015; IISS, 2015).

Tabela 1 – MELP: Aeronaves e Mísseis Cruzadores Antinavio (ASCM)			
Sistema	Quantidade	Raio de Combate	ASCM
H-6G	30	1.800 km	4xYJ-83
JH-7A	120	1.650 km	2xYJ-82K
SU-30MK2	24	1.500 km	2xYJ-82K
Fonte: adaptado de HEGINBOTHAM, 2015, p. 175.			

Os sistemas de superfície são o ponto forte da capacidade antinavio chinesa. Eles se baseiam em destroyers, fragatas, corvetas e catamarãs do tipo FAC (*Fast Attack Craft*). Há uma diversificação nas capacidades, gerando uma rede de sistemas que são complementares em diversos pontos, mas redundantes na sua função antinavio e capazes de saturar as defesas de qualquer adversário no teatro operacional. Esses sistemas possuem uma complexidade crescente, alguns dotados de radares de arranjo físico no estado da arte, como os destroyers Tipo 052C e 052D²¹, bem como de mísseis antinavio modernos e produzidos endogenamente

²⁰ O Erro! Fonte de referência não encontrada. contém informações sobre todos os mísseis cruzadores disponíveis o inventário da RPC.

²¹ O Tipo 052D, por exemplo, é equipado com o novo míssil de lançamento vertical YJ-18, um ASCM supersônico e de longa distância, capaz de manobrar em acelerações superiores à 10G a fim de evitar ser interceptado pelos sistemas antiaéreos inimigos (HEGINBOTHAM, 2015, p. 179).

como o YJ-83 e YJ-62. Além de radares de arranjo fásico, vários deles são dotados de radares OTH²², como o Tipo 956/956EM, Tipo 052B, Tipo 052C, Tipo 052D, Tipo 051C, Tipo 054A, formando uma rede de consciência de situação abrangente e capaz de fornecer informação em tempo real sobre toda a aérea operacional da Defesa de Alto Mar (HEGINBOTHAM, 2015).

Além disso, destacam-se os vasos de combate leves, como as corvetas e as FACs. Embora sejam relativamente leves – a corveta Tipo 056 (Jingdao) desloca apenas 1.500 tons, enquanto o FAC Tipo 022 (Houbei) 220 tons –, são capazes de disparar mísseis antinavio pesados ao ponto de ameaçar embarcações 10 ou 30 vezes mais pesadas²³. O Tipo 056 pode carregar 4 mísseis YJ-83 com peso de 190 kg e alcance de 250 km, enquanto que o Tipo 022, a despeito de seu peso baixíssimo, consegue suportar 8 YJ-82 com peso de 165 kg e alcance de 120 km (O'ROURKE, 2015). Devido ao seu tamanho reduzido, ambas também compõem uma importante parcela da defesa dos rios (águas marrons) do país. Além disso, formam a rede de sistemas complementares, podendo, por exemplo, localizar e adquirir alvos a partir de informações de radares baseados em vasos mais pesados (LI, 2014). A China atualmente possui 20 un. do Tipo 056 e 83 un. do Tipo 022, sendo que começaram a ser produzidas em 2012 e 2004 respectivamente (IISS, 2015). Ou seja, ao mesmo tempo que oferecem um poder de fogo considerável próximo à costa, essas duas classes podem ser produzidas em quantidades elevadas em um curto período de tempo.

Quanto aos sistemas submarinos antinavio, a China possui 66 submarinos táticos, sendo 60 com propulsão convencional e 5 movidos à energia nuclear. Desses 60, 15 deles possuem propulsão AIP (*air-independent propulsion*), cuja autonomia é notadamente maior do que aqueles com propulsão diesel-elétrica. A despeito disso, essa composição indica um perfil de força de alcance limitado, tendo como função primária a negação do uso do mar. Submarinos convencionais são substancialmente mais silenciosos (i.e produzem menor ruído sobre os radares inimigos), sendo que os últimos submarinos da classe Kilo (636) e o Yuan (Tipo 041) estão entre os mais silenciosos do mundo, o que, combinado com os mísseis antinavio SS-N-27 e YJ-82, garante uma capacidade de negação do mar apropriada (O'ROURKE, 2015; HEGINBOTHAM, 2015).

²² **Radar Além-do-Horizonte (OTH)** – Um sistema de radar com a capacidade de detectar alvos a distâncias muito longas, tipicamente de centenas a milhares de quilômetros, para além da linha de horizonte do radar, que é o limite de distância para um radar comum. Radares Além-do-Horizonte usam várias técnicas para "ver" além desse limite, a mais comumente utilizada sendo sistemas de ondas curtas que refletem seus sinais na ionosfera para detecção de longo alcance (LAURIE, 1974, p. 420).

²³ Isso é possível pela assimilação da tecnologia de disparo a frio.

Tabela 2 – MELP: Submarinos de Ataque e Mísseis Antinavio (ASCM)				
Classe	IOC	Tons.	Quantidade	ASCM
Romeo (Tipo 033)	1962	1.830	-	
Ming (Tipo 035)	1971	2.113	19	
Kilo (877)	1995	2.350	2	N/A ¹
Kilo (636)	1997	2.350	2	N/A ¹
Song (Tipo 039)	1999	2.250	13	YJ-82
Kilo (636) ¹	2005	2.350	8	SS-N-27
Yuan (Tipo 041)	2006	N/A	12	YJ-82
Han (Tipo 091) ²	1980	5.550	3	YJ-82
Shang (Tipo 093) ²	2006	6.000	2	YJ-82
Shang (Tipo 093A) ²	2016 (?)	6.000		YJ-82 ou YJ-18
¹ Apenas os últimos 8 (de 12) submarinos russos da classe Kilo são capazes de empregar o ASCM SS-N-27 “Sizzler”, no entanto, diversas fontes sugerem que os 4 restantes serão reformados para empregá-lo também. ² Submarinos nucleares de ataque.				
Fonte: adaptado de HEGINBOTHAM, 2015, p. 181.				

Por fim, as capacidades antinavio ainda contam com mísseis cruzadores baseados em terra, é o caso do russo 3M-54 *Klub* (SS-N-27), e do equivalente endógeno YJ-18 (na versão terrestre), cujo alcance é de 300 a 500 km. Além disso, há versões terrestres do míssil cruzador subsônico YJ-83 com alcance de até 200 km, bem como do YJ-8 com alcance entre 120 e 200 km (IISS, 2015). Essas adaptações, juntamente com o ASCM principal de defesa costeira da China – o YJ-62, com alcance de 280+ km e 120 unidades em serviço –, tornam a densidade da última camada da Defesa em Alto Mar elevadíssima, garantindo que os vasos adversários não interceptados pelos outros sistemas permaneçam a uma distância de pelo menos 300 km da costa chinesa (GORMLEY, ERICKSON e YUAN, 2014).

Já os sistemas de guerra (ii) antissubmarino representam o ponto mais fraco da defesa chinesa. Baseiam-se em helicópteros (Z-8 e Z-9C) e aeronaves de patrulhamento marítimo (SH-5 e Y-8X), o primeiro tendo um alcance reduzido, dependendo de vasos de superfície para alcançar distâncias maiores ao preço de diminuir sua segurança, enquanto as aeronaves são escassas – apenas 3 de cada tipo estão em serviço (IISS, 2015). Alguns esforços para melhorar essa condição, no entanto, estão em andamento, como o próprio comissionamento acelerado das novas corvetas Tipo 056 e o desenvolvimento da aeronave Guaxin-8 (equivalente ao P-3

Orion estadunidense) – especula-se que uma unidade já esteja operacional (HEGINBOTHAM, 2015, p. 208-210).

Por fim, o terceiro componente central da Defesa em Alto Mar são os (iii) sistemas integrados de defesa aérea (IADS) do ELP, especificamente os mísseis superfície-ar (SAM), os radares de alerta antecipado e as aeronaves de interceptação. Além de, como visto, perseguir o desenvolvimento de sistemas capazes de negar o uso do mar e de bases avançadas a adversários que eventualmente desejem projetar força sobre o país, a China busca aprimorar sua defesa aérea a fim de negar a superioridade aérea a um possível inimigo²⁴ (HEGINBOTHAM, 2015).

Tabela 3 – ELP: Sistema Integrado de Defesa Aérea (IADS)			
Sistema		Quantidade	Alcance*
Aeronaves de alerta antecipado (AEW)			
KJ-2000		4	500 km ¹
KJ-200		4+	500 km ¹
Aeronaves de interceptação			
J-7 (MiG-21)	3ª geração	528	850 km
J-8 (Finback)	3ª geração	168	1.000 km
J-10	4ª geração	294	550 km
J-11/ Su-27	4ª geração	340	1.500 km
J-16/Su-30 MKK	4ª geração	97	1.600 km
J-15	4ª geração	5	1.000 km
Mísseis superfície-ar (SAMs)			
HQ-2 (SA-2)		300+	35 km
S-300 PMU (SA-10C)		32	100 km
S-300 PMU-1 (SA-20A)		64	150 km
S-300 PMU-2 (SA-20B)		64	200 km
HQ-12 (KSA-1)		24	50 km
HQ-9		32+	200 km
S-400 (SA-21) ²		16 ²	400 km
*Para os interceptadores, o alcance considerado é o raio de combate. ¹ Alcance aproximado do radar. ² Recém comprados da Rússia, entrarão em serviço nos próximos meses.			
Fonte: adaptado de HEGINBOTHAM, 2015, p. 101.			

²⁴ É só a partir da superioridade aérea em um teatro de operações que operações de projeção de força, seja diretamente do mar para a terra ou através de operações anfíbias, podem se realizar. Por isso, o país que detém a superioridade aérea, tem muito mais facilidade em conduzir as operações no teatro de batalha.

Nas últimas décadas, a China vem melhorando substancialmente sua capacidade de alerta antecipado, seja através de sensores baseados em terra, seja com radares embarcados em aeronaves. A China possui 18 aeronaves de alerta antecipado (AEW), estando atrás apenas de EUA (108) e Rússia (22) nesse quesito (IISS, 2015). Dos 18, 4 são KJ-2000 munido de radar de arranjo fásico (AESA²⁵) endógeno e supercomputador embarcado de última geração e outros 4 são KJ-200 também com AESA (HEGINBOTHAM, 2015). Considerando que cada um desses radares cobre a área de um círculo com raio aproximado de 500 km, as aeronaves de AEW chinesas podem cobrir uma parte relevante da área operacional da Defesa de Alto Mar²⁶.

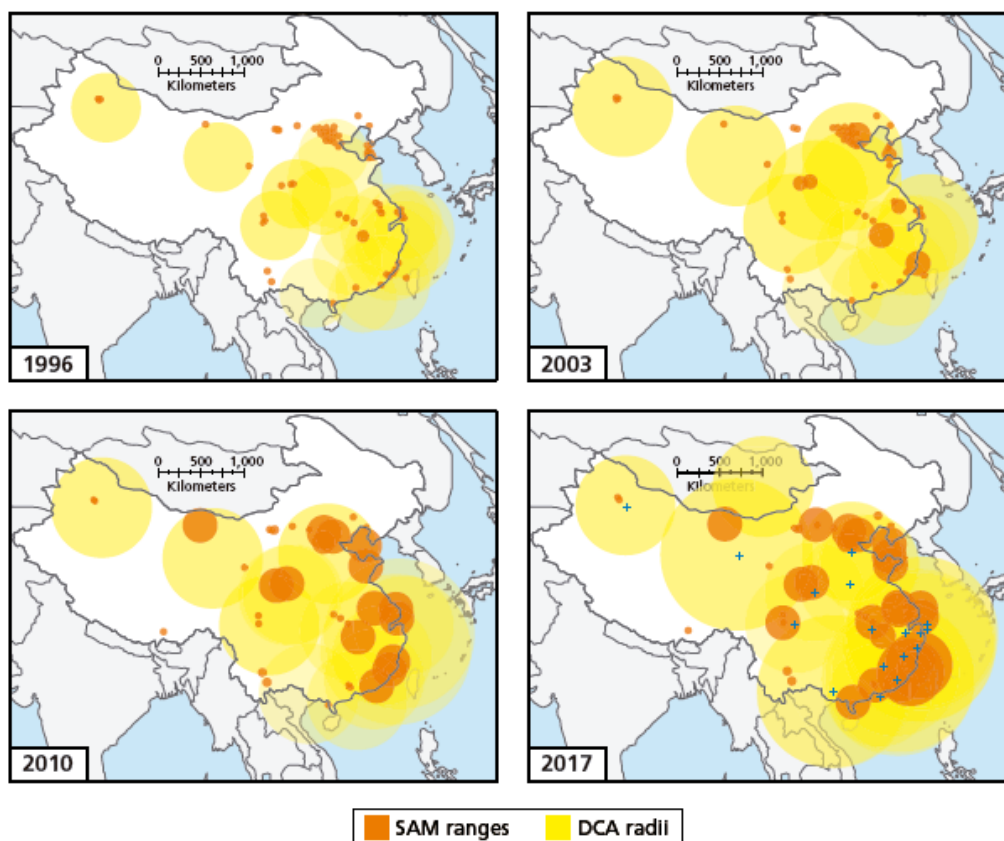
Segundo Kopp (2008), os sistemas de defesa área da China vêm se transformando nos últimos anos, como se pode ver na Figura 5, indo de uma força estática e inflexível em uma rede baseada em sistemas no estado da arte, altamente motorizados e capazes de ser alocados rapidamente por todo o país (KOOP, 2008). Nesse sentido, enquanto o HQ-2 continua numericamente significativa, o sistema foi modernizado, tem-se o mais moderno HQ-12, com radar, alcance e eletrônica aprimorados. O sistema S-300PMU foi adquirido da Rússia em grandes números, assimilado, modernizado e produzido endogenamente na forma do HQ-9. Além disso, o país recentemente comprou o sistema S-400 também da Rússia, considerado por muitos o estado da arte em SAM; o sistema inclui um radar de arranjo fásico AESA e é capaz de engajar aeronaves, mísseis cruzadores e mísseis balísticos a altitudes de mais de 400 km e velocidades de 4,8 km por segundo (HEGINBOTHAM, 2015).

Há também uma parte importante dos SAMs chineses embarcados em vasos de superfície da MELP. Destaque são os Tipo 052C e Tipo 052D, capazes de carregar aproximadamente 50 células do SAM HQ-9 cada. Além disso, vasos mais leves como o Tipo 053H3, Tipo 054 (ambos HQ-7) e o Tipo 054A (HQ-16), possuem importante função de cobertura aérea (O'ROURKE, 2015).

²⁵ **Radar AESA** (*Active Electronically Scanned Array*) – Um radar de arranjo de varredura eletrônica ativa, também conhecido como radar de arranjo fásico ativo, é um tipo de radar cujas funções de transceptor (transmissor e receptor) são compostas de numerosos Módulos de Transmissão/Recepção (TRMs) de alta tecnologia. Cada módulo emite ondas de rádio separadamente, que interferem construtivamente em certos ângulos em frente da antena. Os avançados radares AESA são um aprimoramento dos antigos radares PESA (*Passive Electronically Scanned Array*), sendo capazes de distribuir suas emissões de sinal através de uma banda de frequências, o que dificulta sua detecção em relação ao ruído de fundo, permitindo que navios e aviões transmitam poderosos sinais de radar enquanto ainda permanecem relativamente furtivos. Devido à redundância de múltiplos TRMs, radares AESA são resistentes a tentativas de interferência e possuem um consumo elétrico de reduzida voltagem (KOPP, 2002)

²⁶ Se considerarmos que a área operacional da Defesa em Alto Mar necessária para cobrir o Índico, Mar do Sul e do Leste é de 6.782.400 (2/3 de 10.173.600 km, i.e. área total quando o raio é 1.800 km – $A=\pi r^2$), a utilização de 8 aeronaves com um raio de 500 km cobriria 6.280.000 km (785.000 x 6) ou 92,59% do total.

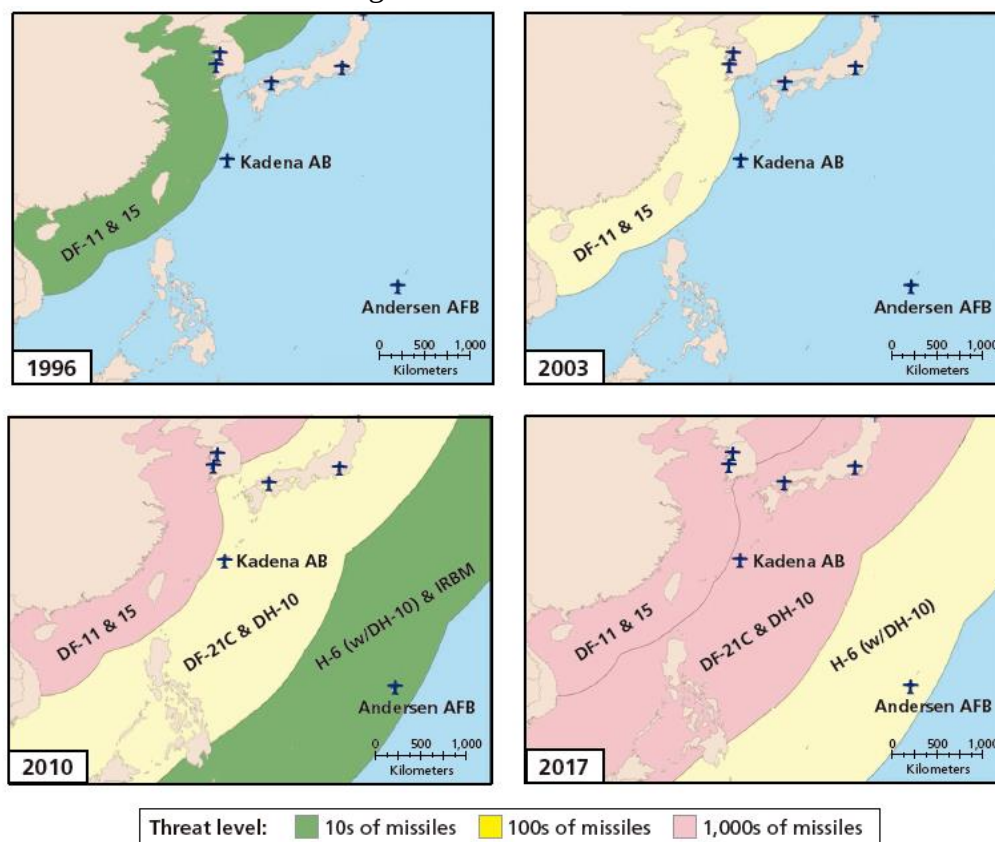
Figura 5: Alcance dos SAMS e de outros sistemas relacionados à defesa aérea



Fonte: HEGINBOTHAM, 2015, p. 109.

Encerrando os sistemas de negação de área, tem-se dois tipos de sistemas importantes para a função: os mísseis balísticos de teatro e as minas. Os primeiros servem para ameaçar os aeródromos adversários na área operacional, buscando inviabilizar a capacidade de decolar e pousar aeronaves e contestar a superioridade aérea do inimigo (TOL, 2012). Alguns exemplos seriam a base de Kadena (Okinawa/Japão), Yokota (Japão), Owan e Kunsan (Coreia do Sul). O principal sistema seria o míssil balístico de curto alcance DF-15, tendo um alcance de 600 km e carregando uma ogiva de 500 kg. As versões mais modernas do DF-15B possuem uma margem de erro de 5-10 m. Devido às grandes quantidades do míssil em inventário (400+), somadas às 750+ unidades do DF-11A, com alcance de 350 km e ogiva de 500 kg, voltado para alvos mais próximos, como Taiwan, o país pode saturar qualquer defesa antiaérea da região, inviabilizando a utilização das bases mais próximas pelo adversário (HEGINBOTHAM, 2015). Isso fica evidente na Imagem Figura 6, a qual demonstra a evolução da saturação desde 1996. Percebe-se que atualmente as duas cadeias de ilhas (englobando Japão e Coreia do Sul) estão no alcance de mais de 1.000 mísseis balísticos, ao passo que mesmo Guam (base Andersen) está em vias de ficar no alcance de centenas de mísseis.

Figura 6: Bases EUA e Saturação de Mísseis Balísticos/Cruzadores da Segunda Artilharia do ELP



Fonte: HEGINBOTHAM, 2015, p. 51.

As minas, por sua vez, são componentes importantes do A2/AD, na medida que podem limitar o movimento ou fechar estreitos com um preço relativamente barato. Segundo Erickson *et al* (2009), em 2007, estimava-se que o ELP possuísse entre 50.000 e 100.000 minas, as quais podem ser despejadas por submarinos, artilharia de foguetes, vasos de superfície, aeronaves e até mesmo barcos de pesca, sendo capazes de realizar um bloqueio de proporções massivas. Os tipos de minas variam, indo desde as minas de contato até às inteligentes, onde os dispositivos eletrônicos de preparação e detonação permitem que elas sejam extremamente sensíveis na fase de localização do alvo, altamente seletivas e precisas na diferenciação e robustas o suficiente para suportar grandes pressões por períodos extensos de tempo (BERNITT e TANGREDI, 2002).

3.2.1.3. Defesa nos Mares Distantes

Em síntese, os sistemas relacionados à defesa além dos 1.800 km consistem basicamente em mísseis balísticos antinavio; mísseis balísticos de grande alcance; sistemas antissatélite (ASAT); sistemas de reconhecimento e observação de longo alcance (satélites); submarinos nucleares; ciberguerra; e operações especiais baseadas em mobilidade estratégica. Para efeitos

de análise, considera-se a noção de antiacesso como uma parte central dos sistemas de defesa nos mares distantes. O objetivo do antiacesso é impedir a entrada do inimigo no teatro operacional, onde suas plataformas de armas podem projetar força sobre o território da China (DOD, 2012).

Destaca-se o míssil balístico antinavio DF-21D²⁷, um míssil balístico de médio alcance, equipado com um veículo de reentrada manobrável (MaRV). Com alcance aproximado de 2.000 km (Figura 2), alta precisão e difícil interceptação (devido a sua velocidade de reentrada hipersônica), tal míssil teria como alvo grandes vasos de superfície, incluindo porta-aviões, em boa parte do teatro de operações do Pacífico (HAGT e DURNIN, 2009). O míssil é condizente com o ISSSO, o qual busca um engajamento direto contra o centro de gravidade informacional do inimigo, no caso, o porta-aviões. Estima-se que o país possua 16 unidades do míssil, apresentadas à comunidade internacional recentemente no desfile dos 70 anos da II GM, embora só 6 sejam reconhecidas como operacionais (HEGINBOTHAM, 2015). Outra novidade do desfile foi a apresentação do DF-26, um outro míssil balístico antinavio, no entanto, com alcance de aproximadamente 3.500 km, capaz de expandir ainda mais o perímetro de segurança contra porta-aviões – representado na Figura 2. No entanto, acredita-se que o mesmo só venha a estar operacional nos próximos anos (ERICKSON, 2015).

Para que esses mísseis sejam capazes de adquirir e atingir efetivamente os alvos, no entanto, é preciso uma rede de C4ISR robusta. Por isso, um dos componentes mais importantes de todo o sistema A2/AD consiste na capacidade de vigilância e reconhecimento oceânico. O país possui 30 satélites de uso dual, mais 15 da série Yaogan de uso militar (8 deles com radar de abertura sintética), embora apenas um deles possua sensores de inteligência eletrônica (ELINT). Há um lapso de tempo de cerca de 70 minutos sem cobertura, no entanto, é compensado com o uso dos vários radares OTH, PAVE PAWLS e do uso *drones* e aeronaves de reconhecimento (DORNELLES, 2012).

Outro sistema de alto valor ligado ao ISSSO e central na estratégia de golpear o centro de gravidade inimigo é o míssil antissatélite (ASAT). Em 11 de janeiro de 2007, a China destruiu um satélite próprio a uma altura de 850 km (órbita baixa) utilizando um míssil balístico com ogiva de energia cinética (i.e. sem explosivo). Em 2013, a China lançou um míssil ao

²⁷ **DF-21D** – A história do DF-21D se confunde com a do próprio A2/AD. É praticamente consenso entre os analistas que a noção de impedir o acesso de porta-aviões dentro do entorno estratégico surgiu após a Crise dos Estreitos de 1996, quando dois grupos de porta-aviões estadunidenses adentraram a primeira cadeia de ilhas a fim de responder a demonstração de força da China – na ocasião, Pequim realizou testes de mísseis balísticos de curto alcance visando exercer pressão sobre Taipei (DORNELLES, 2012). Nesse sentido, o DF-21D, na medida que tem capacidade de desabilitar um porta-aviões estadunidense, simbolizaria a capacidade chinesa de manter a sua soberania e agir de forma independente no seu entorno.

espaço profundo, atingindo entre 10.000 e 35.000 km. Segundo especialistas, “o sistema parece designado para colocar um veículo para *kinetic kill* em uma trajetória profunda do espaço, podendo atingir a órbita média da terra (MEO), a alta órbita elíptica (HEO), e a órbita geoestacionária da terra (GEO)” (HEGINBOTHAM, 2015, p. 249). Portanto, as armas ASAT representam um importante fator de dissuasão na estratégia chinesa, visto que ameaçam todo o sistema informacional adversário.

Um sistema considerado como de projeção de poder pelos especialistas é o porta-aviões. O recente comissionamento do porta-aviões chinês Liaoning frequentemente serve como argumento para as hipóteses de que o país vem desenvolvendo uma marinha de águas azuis voltada para projeção de poder extrarregionalmente (FISHER, 2008). Na verdade, pelo menos no curto prazo, a força de porta-aviões da China estará contida na área operacional da Defesa em Alto Mar. Isso ocorre pela inexistência do sistema de catapultas do Liaoning, que possibilitaria o lançamento de aeronaves de asas fixas de alerta antecipado (AEW), como o E-2 Hawkeye nos EUA. Essas aeronaves são essenciais para a cobertura aérea da frota em regiões distantes dos radares em terra, o Liaoning e seus helicópteros não seriam ideias para essa função (LI, 2014). Nesse sentido, o porta-aviões chinês é mais relevante como um elemento adicional do “sistema de sistemas”: uma frota sem um porta-aviões é incompleta dessa perspectiva, na medida que o vaso serve como núcleo da rede, recebendo e distribuindo dados para todos os outros sistemas (LI, 2014).

3.3 Considerações Parciais

Percebe-se que a estratégia chinesa é baseada na noção de assimetria, em que as forças chinesas assumiriam enfrentar um adversário dotado de superioridade militar. Isso pode ser verificada as noções estratégicas Defesa Ativa e na Guerra Popular. No entanto, isso parece ter-se adaptado à digitalização. O efeito horizontalizador (MARTINS, 2008) desta última sobre as capacidades chinesas é nítido na medida que os sistemas empregados se aproximam muito em efetividade dos seus semelhantes ocidentais, embora tenham um custo significativamente menor. É o caso dos radares de arranjo fásico, dos sistemas antinavio com tecnologia de disparo a frio, dos SAMS no estado da arte, dos submarinos com propulsão AIP, dentre outros. Isso possibilita que, a despeito da crescente complexidade dos sistemas, a massa e o poder de fogo não se dissociem: os sistemas ainda são produzidos em massa, e os que não o são, possuem esse potencial. Isso pode ser verificado no caso das minas inteligentes, das corvetas e FACs, dos mísseis balísticos de teatro extremamente precisos (como o DF-15B), dentre outros.

Esses sistemas, de fato, podem ser classificados como A2/AD. No entanto, a análise da doutrina (i.e. como e em que condições eles serão empregados) é menos cristalina. Realmente, não há uma doutrina operacional unificada voltada para antecesso, negação de área ou contraintervenção nas orientações estratégicas-operacionais do país. A análise sugere, no entanto, que o ELP buscará manter a dominância de informação, a superioridade aérea e a superioridade no mar. Operacionalmente, isso implica em: (i) desabilitar, com mísseis balísticos e cruzadores, as bases adversárias avançadas, enquanto busca evitar a entrada de vasos de alto valor (i.e. porta-aviões) no teatro de operações através do uso de submarinos, ataques aéreos e mísseis cruzadores ou balísticos antinavio; (ii) obter, com caças e SAMs, ao menos temporariamente, superioridade aérea sobre zonas críticas; (iii) manter a sua rede informacional de forma integral enquanto busca desabilitar a do adversário (HEGINBOTHAM, 2015).

Quanto à preemptividade, embora a possibilidade seja reconhecida no nível tático e operacional, a postura defensiva se mantém no nível estratégico. A linha entre preemptividade e Defesa Ativa, no entanto, parece ser cada vez mais tênue. É resultado principalmente das percepções sobre a guerra moderna – como visto, onde a iniciativa adquire centralidade. Questões centrais são notadamente a presença de potências extrarregionais no seu entorno estratégico, as disputas territoriais e às ameaças a sua estabilidade interna (“três guerras”).

A China reconhece suas limitações e considera o emprego de suas capacidades apenas em áreas restritas de seu entorno estratégico, descartando a projeção de força global. Nesse sentido, o objetivo primário da China seria garantir a soberania e integridade territorial do país – i.e. Taiwan e ZEE – através de uma defesa estratégica que mescle sistemas de baixa tecnologia com sistemas de alta tecnologia e que opere em guerras locais. Além dessas características em termos de inventário, a análise das orientações estratégicas da RPC demonstra que a inexpugnabilidade do país é baseada na sua postura de defesa em profundidade, na sua capacidade de mobilização dos recursos nacionais, materializados na Guerra Popular, e na dissuasão que essas combinações geram.

4. A BUSCA PELO ACESSO OPERACIONAL IRRESTRITO: A *AIR-SEA BATTLE* NOS EUA

Desde o início de seu mandato, em 2009, Obama declarou o retorno para a Ásia como foco da política externa estadunidense. Em 2011, a então Secretária de Estado, Hillary Clinton, elencou alguns pontos que deveriam ser implementados nessa direção: (i) o fortalecimento das alianças securitárias bilaterais; (ii) o aprofundamento das relações dos EUA com as potências emergentes da região, incluindo a China; (iii) o engajamento nas instituições multilaterais regionais; (iv) a expansão do comércio e do investimento; (v) o aumento da presença militar e modernização das capacidades no Nordeste da Ásia, além de maior atenção para o Oceano Índico e Sudeste Asiático (SAUNDERS, 2013).

A principal preocupação presente está relacionada com o balanceamento da ascensão chinesa. Nesse sentido, considerando a modernização militar chinesa exposta no capítulo anterior, a pergunta central do presente capítulo é: como os EUA buscam garantir o seu acesso à essa região contestada? Como braço armado da nova diretriz de política externa estadunidense foi adotado o conceito operacional de *Air-Sea Battle*. Tal abordagem se baseia no uso de ataques em profundidade de modo a desabilitar a rede informacional que sustenta as capacidades A2/AD chinesas. Dessa perspectiva, tem-se algumas perguntas auxiliares: quais as bases teóricas e os antecedentes do conceito? Quais são as suas demandas sobre o desenho de força dos EUA? Existem alternativas? Quais as implicações para as três esferas da guerra?

Argumenta-se que a escalada de um conflito baseado em tal conceito incorre em uma considerável probabilidade de confrontação nuclear, na medida que ele persegue ocultamente uma estratégia de primazia. Isso ocorre porque, na medida que não há uma grande estratégia estadunidense bem definida, os conceitos operacionais, suas técnicas e seus procedimentos adquirem uma autonomia excessiva, conduzindo de forma natural a política externa e de segurança dos EUA.

Como alternativa ao *Air-Sea Battle*, surgiu no meio acadêmico e militar o conceito de *Offshore Control*, a qual perseguiria uma estratégia de balanceamento externo. Este se baseia em um bloqueio naval à China, forçando-a à mesa de negociações em caso de crise. A preocupação fundamental é a de evitar uma escalada nuclear para o conflito. A ideia é, portanto, a de fortalecer os laços diplomáticos e institucionais com países aliados da região, provendo capacidades de defesa convencional crível para eles. O capítulo se divide em três partes: na primeira, é analisado o conceito de *Air-Land Battle*, antecessor do *Air-Sea Battle*, que por sua vez será visto na segunda parte, para, na terceira, refletir sobre suas implicações para o nível da estratégia e do equilíbrio internacional.

4.1 O Conceito Operacional de *Air-Land Battle*

A experiência dos EUA na Guerra do Vietnã, surpresa pela eficiência dos SAMs, demonstrou a dificuldade em se conquistar a superioridade aérea sobre uma área contestada. As táticas de atrito não foram capazes de obter uma decisão na batalha, pelo menos não sem perdas relevantes, levando a um período politicamente instável e de grandes cobranças pela sociedade (VISENTINI, 1988).

Adicionalmente, no contexto de uma possível confrontação com a URSS na Europa central, os EUA procuravam soluções para os problemas referentes à grande quantidade de reservistas e de capacidades convencionais do Pacto de Varsóvia. Então, ao final dos 1970, foi desenvolvido o conceito de *Air-Land Battle* (Batalha Aeroterrestre ou ALB). Baseava-se na possibilidade de derrotar grandes as formações terrestres soviéticas mesmo com as forças reduzidas da OTAN²⁸. Isso se daria pela superioridade tecnológica e organizacional. Nas palavras de Alvin e Heidi Toffler, o ALB descrevia:

[Um] conceito de “batalha profunda”, ou de “campo de batalha ampliado”, [que] significava que o combate não iria simplesmente acontecer na “frente”, mas também ao fundo, na retaguarda do inimigo, lá onde deveriam estar os escalões de apoio. Era necessário “interditar” o movimento de homens, suprimentos e informações, de modo que os escalões da retaguarda não pudessem apoiar as tropas invasoras (TOFFLER e TOFFLER, 1994, p. 70).

Esse ataque de interdição em profundidade seria primeiramente aéreo, baseado em munições guiadas de precisão e no que havia de mais moderno na Força Aérea estadunidense (F-15, F-16, E-3 e o no F-111), a fim de passar pelas defesas do Exército Vermelho com seus MiGs-25, MiGs-31, suas baterias de SAMs (9K37 Buk, 2k12 Kub) e as próprias aeronaves de alerta antecipado (AEW) soviéticas (TU-154 e Beriev A-50). Após isso, viriam os blindados acompanhados de forte apoio aproximado de fogo, que terminaria por cortar a ligação das forças de choque soviéticas com o resto de suas forças. Esse apoio aéreo seria centrado nos A-10 *Thunderbolt II* e seus misseis ar-terra AGM-65 *Maverick*, bem como nos helicópteros AH-1S *Cobra* e AH-64A *Apache*, também com munição guiada de precisão (os misseis antitanque

²⁸ A principal força motriz na evolução da ALB foi o general Donn Starry, que havia assumido o Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos (TRADOC) de Willian DePuy em 1977. De Puy foi o primeiro comandante do TRADOC, que surge em 1973, como parte dos esforços estadunidenses em avaliar e solucionar os erros cometidos por suas forças armadas na Guerra do Vietnã. Parte principal das atribuições do TRADOC veio a ser a formulação da doutrina do Exército, o treinamento e as tarefas de treinamento das tropas. É na gestão de De Puy que se implementa a chamada doutrina de Defesa Ativa, que sublinhava o poder de fogo sobre manobra e tinha como ideia central desgastar as forças de ataque até um ponto no qual elas parariam seu avanço. Resumidamente, era uma forma de guerra de atrito, mas com prenúncios do que seria o aprofundamento do campo de batalha, ao enfatizar que o segundo escalão de apoio da força invasora deveria ser atingido, por meio de sistemas de alta tecnologia (LONG, 1991).

Hellfire guiados com *laser*) (KOPP, 1990). Com isso, se não fosse garantida a superioridade aérea nessa área, pelo menos a pressão sobre as forças centrais aliadas seriam reduzidas, visto que os alvos seriam de alto valor, facilitando o apoio aproximado de fogo e o sobrevoo em geral. A aplicação de todos estes elementos representaria também a utilização de todas capacidades tecnológicas existentes no período.

Comparativamente às forças da OTAN, as Forças Armadas Soviéticas eram relativamente inferiores tecnologicamente, mas em compensação tinham como vantagem capacidade de atacar com concentração de forças e alta penetração na frente europeia. Por isso, os defensores da Air-Land Battle afirmavam que a estratégia vigente da OTAN, chamada de Defesa Avançada²⁹ e baseada no atrito, seria totalmente ineficiente em um conflito com o Pacto de Varsóvia. Assim, a solução para impedir o avanço das tropas soviéticas seria atacar profundamente entre o primeiro e o segundo escalão, buscando suprimir as forças escalonadas soviéticas e cortar o fluxo de tropas e abastecimento da frente vermelha (MEARSHEIMER, 1981, p. 106).

Dessa forma, o novo conceito visava ao controle de um maior espaço de batalha, a fim de reduzir a força e a eficácia do inimigo antes do momento de contato principal entre as forças terrestres. Essa iniciativa necessitava da interdição do fluxo de soldados inimigos, material e suprimentos, por meio aéreo e por artilharia de longo alcance. A ALB teve quatro princípios doutrinários: iniciativa, profundidade, agilidade e sincronização. Para executar esses princípios, os corpos precisavam se tornar o quartel-general primário de comando e controle, utilizando divisões no nível operacional de engajamentos, assim como também para conduzir a luta mais em profundidade (através da sincronização de artilharia com poder aéreo) (MCKNIGHT, 1981).

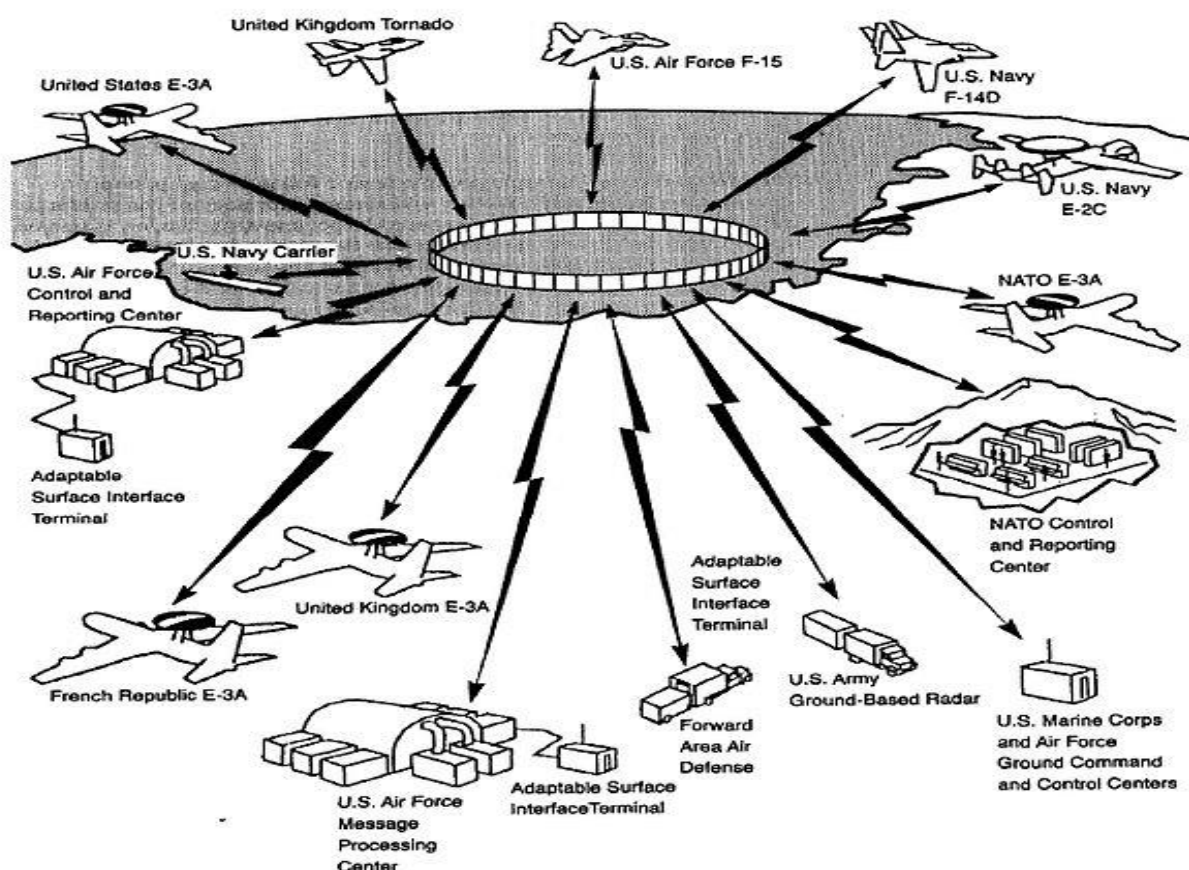
A edição de 1982 do Manual de Campo (*Field Manual*, FM) 100-5 estreou oficialmente a ALB e definiu a Interdição Aérea do Campo de Batalha como o principal meio de combater a batalha em profundidade a grandes distâncias. As operações deveriam ser rápidas, imprevisíveis, violentas e desorientadoras para o inimigo. A intenção primordial era a de evitar o envolvimento frontal na força principal do inimigo: primeiro, interromperia seus recursos de combate e, em seguida, quebraria a sua vontade de lutar. A interdição isolaria as forças inimigas, impedindo seu reforço e reabastecimento, assim como também restringindo a sua possibilidade de manobra. Ela também se propunha a destruir, atrasar e interromper as unidades

²⁹ Doutrina dominante no *front* central da OTAN até a década de 1980, baseada na dispersão de forças aliadas na fronteira das Alemanhas. Em caso de ataque, o objetivo seria bater de frente com as forças soviéticas e, em uma guerra de atrito, infringir danos tão altos para forçá-los à mesa de negociações (Mearsheimer. 1982b).

subsequentes de inimigos antes que eles pudessem entrar na próxima batalha (US ARMY, 1982).

Percebe-se que, à sua época, a ALB já demandava uma abrangente e eficiente rede de comando, controle e comunicação (C3I). Além disso, demonstra a evolução dos sistemas e a importância da digitalização, materializados na campanha do Vale do Bekaa (1982) e principalmente no Iraque (1991). A rede precisaria abranger uma área maior devido aos ataques em profundidade conjugados com o *front* central. A Figura 7 analisa as capacidades necessárias para a implementação do conceito, incluindo os sistemas C3I, visto que na época eram necessárias mudanças no perfil de forças da OTAN para sua implementação. Cabe lembrar que as forças de seis países (com idiomas, treinamento e percepções diferentes) integravam as forças aliadas na Alemanha, dificultando ainda mais a rede de comunicação e comando (MEARSHEIMER, 1981, p. 114).

Figura 7: As capacidades necessárias à *Air-Land Battle*



Fonte: US GAO , 1990 , p. 47.

Outro elemento importante trazido pela Batalha Aeroterrestre é a possibilidade de utilizar armamento nuclear e químico no nível tático para derrotar as forças soviéticas (DOA, 1981, p. 7). Deste modo, apesar de ser uma doutrina que no campo estratégico abre mão da

ideia de dissuasão nuclear em prol da dissuasão convencional, no campo tático ainda permite a utilização de armas nucleares de batalha como forma de impedir um avanço inimigo. Segundo Mearsheimer (1984, p. 38), em uma conjuntura de incertezas e grandes esforços de dissuasão por ambas as partes, essa possibilidade de uso de armas nucleares poderia ser um grave elemento desestabilizador em um momento de crise.

Por fim, é importante destacar a influência de John Boyd (1986), na época um coronel da reserva da Força Aérea e consultor do Pentágono, no desenvolvimento do conceito. A influência de Boyd pode ser observada no caráter de desestabilização, profundidade e rapidez propagados na Air-Land Battle. Esses elementos vão ao encontro com conceito de Ciclo OODA (Observar, Orientar, Decidir e Agir) desenvolvido por Boyd. Ao realizar o ciclo OODA de modo mais rápido e eficiente do que o adversário (e ainda influenciando no ciclo OODA do outro), objetivava-se mais do que derrotar o inimigo, mas também dificultar sua capacidade de ação e compeli-lo a parar de resistir. No caso da Batalha Aeroterrestre isso seria feito através dos ataques em profundidade, das manobras de envolvimento e da destruição dos escalões de reserva, afetando a linha de suprimentos até o campo de batalha.

No que diz respeito ao caráter de mobilidade da Batalha Aeroterrestre, a influência de Boyd pode ser vista através da ideia de *Counter-Blitz* (no sentido de uma resposta a *Blitzkrieg*), baseada na Defesa Móvel de Manstein e Liddel Hart. O atacante (no caso a OTAN) deveria realizar diversos movimentos contra as forças adversárias escalonadas, levando-a a responder a todos esses ataques, sem saber qual deles realmente possuía importância estratégica para o conflito. O objetivo disso, segundo Boyd era:

Esmagar as forças ofensivas do adversário utilizando forças de combate com maior rapidez/fluidez de ação como base para o deslocamento de forças e o foco de esforços aéreos e terrestres no momento de estrangulamento do combate, envolvendo-a, quebrando a coesão e colapsando a capacidade adversária de resistir (BOYD, 1986: 105)

Com a dissolução da URSS, as necessidades estratégicas estadunidenses se alteraram. A Guerra do Golfo de 1991 foi o ápice do poderio militar estadunidense e consolidou a *Pax Americana* (VISENTINI, 2005). O novo milênio e a ascensão da China, na opinião de muitos estrategistas dos EUA, deslocou o teatro principal de uma guerra central da Europa e para a região da Ásia-Pacífico (CLINTON, 2011).

4.2 O Conceito Operacional de *Air-Sea Battle*

Assim, em resposta às capacidades chinesas, suficientes para bloquear os estreitos da região (Malaca, principalmente) e para ameaçar a segurança dos aliados regionais estadunidenses (principalmente Coreia do Sul e Japão), além da própria reorientação do eixo econômico mundial em direção à região, os Estados Unidos desenvolveram o Air-Sea Battle (ASB) (DOD, 2012; GREENERT e WELSH, 2013).

O ASB foi elaborado por Andrew Marshall e por seu apadrinhado Andrew Krepinevich. O primeiro, um dos principais estrategistas dos EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial, liderou, de 1973 à 2014, o *Office of Net Assessment*, uma divisão do Pentágono focada em identificar ameaças à segurança dos EUA. Marshall foi o principal conselheiro estratégico-securitário dos chamados neoconservadores, principalmente George Bush, Dick Cheney, Donald Rumsfeld. Entretanto, mesmo no governo democrata de Obama, Marshall obteve sucesso em desenvolver seu trabalho. Em conjunto com Krepinevich, Diretor do *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA), Marshall interpretou a ascensão chinesa e sua modernização militar como agressiva aos interesses estadunidenses na região, na medida que contesta o acesso irrestrito do país ao novo centro econômico global. Portanto, seria, segundo eles, necessário o desenvolvimento de alguma estratégia a fim de garantir a supremacia dos Estados Unidos na região, bem como a segurança de seus aliados: é a gênese do Air-Sea Battle (JAFFE, 2012).

Guiado por Marshall, o Secretário de Defesa Robert Gates criou uma comissão secreta com os Chefes de Estado-Maior em 2009 para discutir o ASB, onde foi assinado um memorando apoiando o conceito. Em 2010, no *Quadriennial Defense Review*, o ASB é apresentado pela primeira vez em documento oficial aberto; no ano seguinte é criado um escritório no Pentágono encarregado exclusivamente de levar a ideia adiante. Em 2012, em conjunto com o *Strategic Guidance* e com o anúncio do rebalanceamento americano para a Ásia, é lançado um documento chamado *Joint Operational Access Concept*, tendo o ASB como núcleo. Recentemente, o Pentágono renomeou o Air-Sea Battle pelo novo *Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons* (JAM-GC). O novo nome busca responder às críticas, especialmente do exército, cujo papel estaria marginalizado em tal estratégia (LAGRONE, 2015). No entanto, nada além de uma mera mudança de nomenclatura parece ter ocorrido, uma vez que tal conceito operacional já está enraizado no planejamento de longo prazo do perfil de força dos EUA, como será visto. Primeiramente, no entanto, faz-se necessário explicar o núcleo conceitual do ASB.

4.2.1 A Ideia Central: NIA-D3

O objetivo do ASB é garantir o acesso operacional, caracterizado pela habilidade de projetar força em uma área operacional com liberdade suficiente para completar uma missão específica (DOD, 2012). É destacada a importância principalmente de garantir o comando das zonas comuns do planeta, considerados fortemente contestados pela primeira vez em razão do A2/AD, já que até então o acesso dos EUA era irrestrito (TOL, 2010).

O conceito se baseia na integração profunda da Marinha com a Força Aérea, bem como do ciberespaço e do espaço – materializada no conceito de sinergia de domínio cruzado (*cross-domain synergy*). Parte-se do princípio de que um domínio iria complementar o outro, o que seria necessário atualmente, devido justamente a contestação por parte do inimigo de um ou mais desses domínios (DOD, 2012, p. 23-24). Na prática, essa integração profunda seria uma expansão do C4ISR a um nível nunca antes visto, possibilitando realmente uma interoperabilidade entre os domínios, não ficando apenas nas operações combinadas que se dissolvem logo em seguida³⁰.

Em suma, boa parte da ASB pode sintetizado com o acrônimo NIA-D3³¹, esquematizado na figura abaixo: seria realizado um ataque em rede e integrado buscando desabilitar os satélites inimigos e destruir os centros de lançamentos de mísseis (AIR-SEA BATTLE OFFICE, 2013).

Figura 8: NIA-D3 como núcleo da Air-Sea Battle



Adaptado e traduzido de AirSea Battle Office (2013, p. 5).

³⁰ Dois testes recentes demonstraram essa interoperabilidade: no primeiro, um F-22 da Força Aérea providenciou a localização de um alvo a um submarino da Marinha, o qual lançou um Tomahawk; no segundo, um sistema antiaéreo do Exército guiou um SAM RIM-174 (SM-6) da Marinha e interceptou um míssil cruzador, demonstrando a capacidade de estender o alcance do sistema AEGIS (GRENEERT & WELSH, 2013).

³¹ **NIA-D3** – Networked Integrated Attack-in-Depth, to Disrupt, Destroy and Defeat.

Esse ataque deve ser feito em profundidade, tendo em vista que os centros de lançamentos de mísseis do inimigo estão devidamente protegidos pelos sistemas antimísseis, além de estar entronizados no seu território (DOD, 2012, p. 26). Mais que isso, devem ser feitos diversos ataques simultâneos e independentes, partindo de pontos dispersos na região. Ou seja, para que se torne operacional, o AirSea Battle demanda aliados na região (Indo-Pacífico) que sirvam de sede para as bases avançadas dos EUA.

4.2.2 *Air-Sea Battle*: Requisições Técnicas sobre o Perfil de força

Apesar de possuir o maior poderio militar do mundo, os Estados Unidos reconhecem que, devido às capacidades de A2/AD da China, a Air-Sea Battle ainda não é viável em termos técnicos. Portanto, é necessário que ocorram mudanças no perfil de forças dos Estados Unidos. Deve-se aumentar os investimentos tanto em pesquisa e desenvolvimento quanto em aquisição na Marinha e na Força Aérea tendo em vista a retirada do Afeganistão e Iraque e a extensão marítima que é a região da Ásia-Pacífico. Na Marinha: novos vasos de superfície, caças não-tripulados e embarcados de longo alcance, mísseis antinavio, dentre outros. Na Força Aérea: bombardeiro *stealth* de longo alcance, *drones* de reconhecimento e monitoramento, caças de 5ª geração, dentre outros. É necessário também o investimento em tecnologias inovadoras, capazes de superar as barreiras do A2/AD, como a propulsão hipersônica (DOD, 2012).

Todas essas tecnologias já vinham sendo desenvolvidas há algum tempo, mas ficavam em segundo plano, tendo em vista que não seriam tão essenciais em um cenário de Guerra Irregular Complexa. Uma guerra nos moldes do ASB seria do modo convencional, portanto, esses sistemas agora podem definir o vencedor de um conflito. Logo, espera-se que seus processos de desenvolvimento sejam acelerados.

Apesar de ainda possuírem superioridade numérica em caças de 4ª geração e serem os únicos a operarem caças de 5ª geração, os caças estadunidenses tem um alcance reduzido. O projeto do F-35 (5ª geração) tem o maior alcance (1000 km), mas é ainda insuficiente para atingir a China partindo de um ponto fora do alcance da maioria dos mísseis chineses de médio alcance. Os bombardeiros são os únicos com alcance suficiente para realizar tais missões. Entretanto, os principais, o B-52 e o B-2 parecem ser incapazes de passar pelas defesas antiaéreas chinesas (KOPP, 2008).

A necessidade de um novo bombardeiro *stealth* foi constatada como prioridade pelo Pentágono (DOD, 2012). O projeto principal é do *Long-Range Strike Bomber* (LRS-B), que seria uma versão melhorada do B-2, porém com 1/4 do seu preço unitário – US\$ 550 milhões. É importante lembrar que o F-35, o projeto militar mais caro da história dos EUA, também foi

concebido originalmente para ter um preço reduzido (FRENCH e EDGREN, 2015). Em outubro de 2015, a *Northrop Grumman* foi escolhida para levar o projeto do LRS-B adiante, cujo custo estimado inicial ultrapassa os US\$ 24 bilhões e pode chegar até US\$ 90 bilhões. As primeiras unidades operacionais, das 100 planejadas, estão previstas para o final da próxima década (HARRISON e COHN, 2014).

Com os cortes orçamentários de Obama em 2013, o orçamento do Exército dos EUA foi reduzido em 8,9%, enquanto que o da Força Aérea em 4,3% e o da Marinha em 5,8% (ETZIONI, 2013). Embora isso seja, em parte, reflexo da diminuição do efetivo no Afeganistão, esses números indicam prioridades coincidentes com as do ASB.

Em um comunicado de imprensa em agosto de 2012, o Departamento de Defesa anunciou que faria mudanças significativas no plano dos anos fiscais de 2014 à 2018. Esses novos investimentos seriam em armamentos antissubmarino, ataques e guerra eletrônica, guerra cibernética, o caça de 5ª geração F-35, aeronaves de patrulha marítima (principalmente o P-8A Poseidon), e o avião não-tripulado de monitoramento MQ-4C Triton (versão da Marinha do famoso MQ-9 Reaper), totalizando um valor aproximado de US\$ 1 bilhão (O'ROURKE, 2013, p. 58).

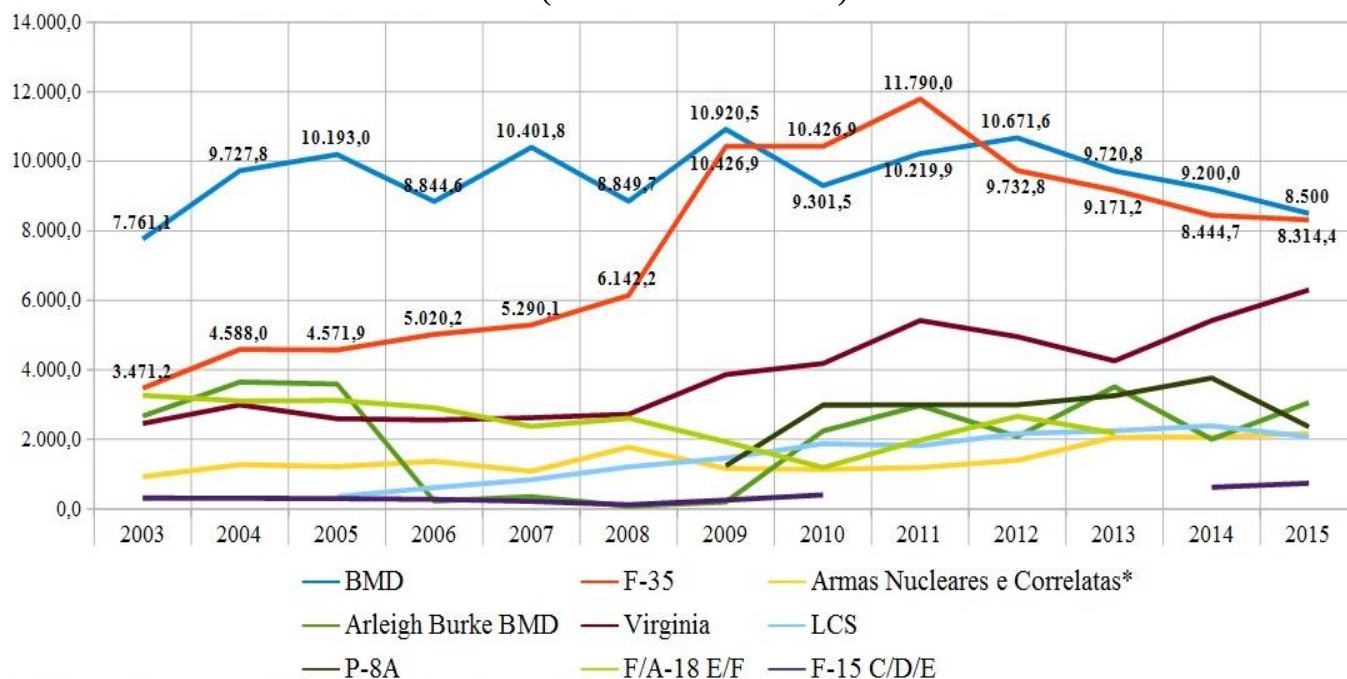
A própria cooperação entre Marinha e Força Aérea em questões orçamentárias, mesmo em um contexto de cortes, sinaliza na direção da ASB (MARSH e JONES, 2015). Segundo Marsh e Jones (2015), estima-se que ambas as forças combinadas irão gastar US\$ 520,5 bilhões em programas relacionados à Air-Sea Battle até 2023, ou seja, substancialmente mais do que os gastos estadunidenses com a tríade nuclear, que estão estimados em US\$ 355 bilhões. A Figura 8 ilustra esses argumentos, onde se destacam os gastos com o F-35 (um dos centros do conceito) e com o Escudo Antimíssil (ou BMD, uma das bases de sustentação da ASB).

Como se pode perceber, apesar dos cortes orçamentários, há diversas modificações favoráveis ao ASB na alocação dos recursos destinados à Defesa. Alguns sistemas já estavam previstos antes mesmo do conceito existir. Entretanto, é possível perceber que alguns se tornaram prioridades orçamentárias, bem como foram mais incentivados, ao mesmo tempo em que outros foram marginalizados. Além disso, é preciso lembrar que uma parte – cerca de US\$ 16 bilhões em 2013 – dos investimentos em aquisição e pesquisa são confidenciais (caso do LRS-B), dificultando a análise.

No que diz respeito à realocação na região dos recursos já existentes, os EUA também têm considerado a estratégia do ASB. Em discurso em 2012, o Presidente Obama anunciou uma parceria com o governo australiano, o qual receberia em Darwin (norte da Austrália) 2.500 Marines estadunidenses, fortalecendo a aliança com Canberra (EUA, 2011). A Austrália ganha

ainda mais destaque estratégico dentro da estratégia do ASB, uma vez que é o único país da região fora do alcance dos principais mísseis chineses.

Figura 9: Custos Programados de Aquisição para Sistemas de Armas (2003-2015)
(em milhões de dólares)



*Bombardeiros Estratégicos e Missil Balísticos Baseado em Submarino Trident II

Autores: Guilherme Simionato e Humberto Carvalho 2014 Fonte: DoD. Program Acquisition Costs by Weapon System. 2003-2015.

URL: <http://comptroller.defense.gov/budgetmaterials/budget2015>

Também foi anunciado em abril de 2013 que mais um submarino nuclear de ataque da classe Los Angeles seria deslocado para a base de Guam, após outros 3 já terem sido deslocados para lá nos últimos anos. Além disso, a Marinha já demonstrou desejo em mandar navios e aeronaves de reconhecimento em bases nas Filipinas, dentro do plano da Marinha – anunciado em 2012 – de deslocar 60% de sua frota para o Pacífico, em consonância com o rebalanceamento à região, onde atualmente já se encontra 55% da frota estadunidense (O'ROURKE, 2013, p. 53).

É visível que as mudanças no perfil de forças dos Estados Unidos e na realocação de suas forças na região da Ásia-Pacífico estão ocorrendo, embora de forma mais lenta do que desejavam os defensores do ASB. Essas modificações apontam na sua direção, tornando-o aos poucos mais que um mero conceito desprovido de capacidades matéricas, mas já fazendo parte da realidade operacional dos EUA, sendo incluído inclusive em exercícios interforças e até mesmo com parceiros internacionais, caso da Inglaterra (MARSH e JONES, 2015).

4.2.3 *Air-Land Battle* e *Air-Sea Battle* em Perspectiva Comparada

As interseções entre os dois conceitos se encontram em todos os níveis de análise da guerra: estratégico, operacional e tático. Começando pelo último, alguns aspectos relacionados à transição tecnológica devem ser destacados: ambos os conceitos se baseiam na ideia de que a tecnologia, materializada na produção de sistemas de armas inovadores, revolucionaria a natureza da guerra de tal maneira que a massa seria eliminada e o atrito seria substituído pela manobra, fazendo com que a guerra ofensiva supere a defensiva e possibilitando vitórias fulminantes e sem grandes perdas.

Entretanto, Biddle (2004), Mearsheimer (2007) e Kennedy (2014) demonstram que a tecnologia *per se* é incapaz de revolucionar de tal maneira o resultado das guerras. Como visto, pelo menos dois fatores tendem a ser mais relevantes, o ambiente geográfico e a postura do adversário. Nesse sentido, Paul Kennedy, a partir de uma análise histórica, identifica que os sucessos militares obtidos por meio de ataques-relâmpago se constituem em casos excepcionais.

Nos antecedentes imediatos da II GM, por exemplo, o surgimento de novas tecnologias bélicas, como a aviação e o tanque, ressurgiu a crença em vitórias militares rápidas³². No entanto, novamente os dois fatores citados parecem ter sido esquecidos, como a própria Segunda Guerra viria a demonstrar. O geográfico, especialmente o topográfico: a obtenção de uma vitória decisiva parece ser impraticável se o combate for travado através de extensas cadeias de montanhas, vide guerras do Afeganistão, grandes formações aquáticas, vide guerra no Pacífico, ou através de outros obstáculos topográficos, como selvas, pântanos, grandes rios, etc (MEARSHEIMER, 2007; BIDDLE, 2004). Nesse sentido, “circunstâncias físicas difíceis tendem a igualar o confronto, mesmo que um dos lados disponha de um poder de luta muito superior ao do oponente” (KENNEDY, 2014, p. 192).

Quanto ao segundo fator: um adversário que valorize a guerra defensiva, construindo uma rede robusta de defesa com SAMs, minas, ou mesmo bunkers subterrâneos, além de montar forças armadas pesadas e numerosas, não teria tanta dificuldade em impedir ofensivas baseadas na mobilidade (BIDDLE, 2004). Esse é o caso da China e de sua crescente complexidade em termos de defesa aérea integrada, túneis subterrâneos, minas e mísseis antinavio. Por fim, um

³² Paul Kennedy demonstra que, na gênese das estratégias militares do período (inclusive da blitzkrieg), estava o pensamento de muitos estrategistas da época que se deslumbraram com o contexto da guerra moderna, acreditando que a combinação de industrialização, máquina de combustão interna, veículos armados e blindados, ferrovias e aeronaves transcendia as limitações geográficas descritas acima, gerando uma forma de combate completamente nova (KENNEDY, 2014, p. 193). Dessa forma, a tecnologia, parecia triunfar sobre a geografia, “novos sistemas de armas poderiam ir a qualquer lugar, e se a vanguarda não fosse detida, o sistema nervoso do inimigo ficaria paralizado” (p. 194).

terceiro fator seria o da profundidade estratégica e das imensidões geográficas, onde o atacante fica cada vez mais distante de suas bases, estendendo suas linhas de suprimentos em excesso e diminuindo crescentemente a densidade de tropas no campo (KENNEDY, 2014, p. 193).

Embora todas essas características sejam pouco contestadas no estudo da guerra, é recorrente na história a interpretação de fenômenos novos como revolucionários, especialmente no caso do surgimento de sistemas tecnológicos que prometem uma vitória rápida e sem derramamento de sangue (as chamadas “balas de prata”). Nesse sentido, essas tendências à valorização das inovações tecnológicas também podem ser verificadas no Air-Land Battle, principalmente, na sua crença de que as Munições Guiadas de Precisão (*Precision Guided Munition*, PGM) favoreciam, acima de tudo, uma estratégia de aniquilamento, uma vez que seriam capazes de interditar e cortar as linhas de avanço e de suprimentos do inimigo com grande facilidade (US ARMY, 1982). Então, as PGMs, conjugadas com o surgimento da aeronave AWACS E-3 *Sentry* e do F-15A/B³³ e, posteriormente, de sua versão de interdição F-15E, seriam capazes de produzir uma definição militar rápida e praticamente sem custos (em todos os sentidos: humano, militar, político e econômico). No entanto, por mais que essa combinação de sistemas fornecesse uma vantagem substancial à OTAN, as máximas clausewitzianas de atrito, da superioridade da defesa e da massa certamente não seriam eliminadas.

John Mearsheimer, à época do debate sobre a ALB, já demonstrava que as PGMs, na verdade, favoreciam mais a defesa do que o ataque, visto que uma ofensiva baseada em blindados poderia ser parada com a utilização de mísseis antitanque portáteis, tendo um custo unitário menor do que o de um tanque (MEARSHEIMER, 1979). O exemplo mais claro disso é dado pelos próprios estadunidenses e seus famosos mísseis FIM-92 *Stinger* usados pelos rebeldes afegãos na guerra contra a URSS (1979) a partir de 1986, cuja consequência direta foi impossibilitar a ofensiva aérea soviética e, por fim, inviabilizar o triunfo de Moscou. Tal característica é tão marcante que foi um dos pontos centrais na própria gênese do conceito de Guerra Irregular Complexa, através da noção de empoderamento do homem comum, que, com um míssil portátil em seu ombro, é capaz de destruir sistemas milionários (NEVES JR, 2015). Desde então, os exemplos são muitos: Kargil em 1999, Afeganistão em 2001, Iraque em 2003 e Líbano em 2006.

³³ Principalmente devido a seu radar, seu teto máximo e sua capacidade de carregar enorme tonelagem em bombas e mísseis, tornavam a sua habilidade de *Look Down/Shoot Down* mortal. Isso possibilitava que os F-15 destruíssem os caças adversários de um plano superior, permanecendo fora do alcance do fogo inimigo.

Quanto aos sistemas com supercomputadores embarcados, caso do AWACS, e radares de pulso doppler ou de arranjo fásico de última geração, elementos centrais da Revolução em Assuntos Militares (RMA)³⁴, estes forneceram uma capacidade de combate nunca antes vista aos Estados Unidos. No entanto, parece que devido ao processo de digitalização e difusão das inovações tecnológicas em curto tempo, outras grandes potências rapidamente foram capazes de equiparar alguns desses sistemas (caso dos radares de arranjo fásico) e, conjuntamente com estratégias assimétricas (caso dos exemplos acima e do próprio A2AD chinês), colocaram em questionamento a supremacia militar estadunidense (MARTINS, 2008; MARTINS & CEPIK, 2014; NEVES JR, 2015).

Nesse sentido, parece ocorrer uma interpretação parcialmente equivocada do processo de Revolução em Assuntos Militares, materializado pela experiência estadunidense na Primeira Guerra do Golfo (1991). A princípio, tal evento foi considerado como exemplo do triunfo da Air-Land Battle e, posteriormente, do Novo Modo Americano de Fazer a Guerra (BOOT, 2003), cujo cerne seria a superioridade tecnológica, a mobilidade, o poder aéreo e a possibilidade de se eliminar a massa. No entanto, uma análise mais detalhada da guerra nos mostra que realmente houve um emprego nunca antes visto de sistemas diretamente ligados à digitalização, caso dos supercomputadores, radares e PGMs, porém, a massa não foi eliminada, ao contrário, segundo Edson Neves Jr:

[Os] Estados Unidos combinaram plataformas e operações características do novo tipo de fazer a guerra com o emprego massivo de tropas terrestres e de plataformas aeroespaciais e navais. As Divisões Pesadas do Exército e Divisões de Infantaria dos Fuzileiros e as centenas de embarcações e aeronaves de gerações e para missões variadas são exemplos da guerra de massa planejada. Além disso, o esforço logístico preparado para as Operações Escudo e Tempestade no Deserto indicavam uma guerra que poderia ser longa e custosa em termos financeiros e humanos. Não o foi justamente pela combinação dos dois tipos de guerra coexistentes ao longo das campanhas. Tais recursos possibilitaram às forças de superfície orientação relativamente fácil pelo Deserto da Arábia e destruíram grande parte dos meios militares iraquianos que poderiam oferecer atrito às Divisões da Coalizão (NEVES JR, 2015, p. 50).

Nesse sentido, com base nas evoluções pós-Golfo 1991, Neves Jr. identifica o surgimento de um modelo híbrido, baseado na utilização da alta tecnologia conjugada com o emprego da massa. No entanto, algumas interpretações desconsideram esse segundo fator, gerando as mais diversas consequências, indo desde a redução crescente dos efetivos e dos

³⁴ **Revolução em Assuntos Militares (RMA)** – Segundo Edson Neves Jr (2015), “Diferentes autores têm elaborado noções distintas de periodização de gerações ou fases de evolução da guerra a partir dos impactos das transições tecnológicas. A RMA (*Revolution in Military Affairs*) pode ser compreendida como uma transformação na forma de se fazer a guerra com a adaptação de inovações tecnológicas combinada com a elaboração de uma doutrina militar adequada para as Forças Armadas. (...) A noção de RMA tem sido a mais difundida após a Guerra do Golfo (1991) e propõe que as inovações tecnológicas deslanchem saltos na doutrina e práticas militares” (NEVES JR, 2015, p. 36).

sistemas pesados, passando pelo desenvolvimento de sistemas bilionários percebidos como verdadeiras “balas de prata”, levando até às intervenções militares com efetividade cada vez mais contestadas – Afeganistão (2001), Iraque (2003) e mesmo o Estado Islâmico (2014) (MARTINS e CEPIK, 2014; FALLOWS, 2015).

A *Air-Sea Battle*, por sua vez, também compartilha algumas dessas opiniões supracitadas: além dessas características da RMA já contidas na Batalha Aeroterrestre (radares, supercomputador embarcado, rede C4ISR e PGM), surge a centralidade dos caças *stealth* na aventura de penetrar o espaço aéreo fortemente defendido da China e desabilitar, destruir e derrotar os sistemas adversários (TOL, 2010). Novamente, surge a ideia destes elementos como uma “bala de prata” estadunidense, ou seja, sua existência garantiria uma vitória sem grandes custos, baseada apenas na superioridade tecnológica, na mobilidade e na iniciativa. No entanto, diversos estudos põem em questionamento a efetividade de penetração de aeronaves *stealth*: mostram que a utilização de radares de banda VHF levemente modificados da década de 50 podem colocar em cheque o seu uso, como o caso do F-117A derrubado sobre a Sérvia em 1999. Além disso, parece bastante evidente que, pelo menos, China e Rússia não tenham grandes dificuldades em detectar essas aeronaves (KOPP, 2008).

No nível operacional e estratégico, ambos os conceitos tem um alto potencial de gerar instabilidade na balança de poder regional e global, pois ambos se baseiam na iniciativa e na ofensiva, tendo como centro os ataques em profundidade nas forças inimigas (MEARSHEIMER, 1984; HAMMES, 2012). Tendo em vista o dilema securitário, ambos causam reações semelhantes do seu adversário, forçando-o em últimos casos a um ataque preemptivo. A ALB, por exigir um crescimento exponencial em capacidades ofensivas, a fim de realizar o ataque em profundidade, levaria a URSS a temer pela própria segurança da Alemanha Oriental, tornando um ataque preemptivo às forças da OTAN como uma possível opção (MEARSHEIMER, 1981, p. 120). O ASB, ameaçando a capacidade de segundo ataque chinesa, levaria o país a considerar um ataque preemptivo às bases aliadas estadunidenses na região (HAMMES, 2012).

Nesse sentido, é interessante notar a opinião de dois críticos das doutrinas. John Mersheimer (1984, p. 121) alertou à época do debate entre Defesa Avançada, Defesa Móvel e Air-Land Battle que dificilmente seus aliados da OTAN (principalmente a Alemanha) aceitariam a adoção de algum tipo de estratégia agressiva perante a URSS, visto que os mesmos se veriam diretamente envolvidos em um conflito. Thomas Hammes (2012, p. 7), por sua vez, afirma que a Air-Sea Battle repele a maioria dos aliados regionais pelo mesmo motivo: tornar-se parte do campo de batalha de China e Estados Unidos gera um efeito intimidador.

Nesse mesmo sentido, outro ponto em comum é que ambos os conceitos carregam um alto potencial escalatório. Na Air-Land Battle, a possibilidade de uso pelos EUA de armas nucleares e químicas de teatro era explícito; pelo lado da URSS não era diferente (LOCK-PULLAN, 2004). Na Air-Sea Battle, uma vez que o ASB tenha sido bem sucedido em “cegar” completamente a China, desabilitando sua capacidade convencional (que é baseada na rede), Pequim poderia se ver obrigada a lançar seus mísseis balísticos nucleares restantes³⁵, na medida que seriam a última chance de evitar a sua derrocada (HAMMES, 2012).

4.2.4 Uma Possível Alternativa: o Caso do *Offshore Control*

As possíveis consequências da implementação do conceito de Air-Sea Battle apresentadas anteriormente foram levantadas por *think-tanks* e analistas de defesa nos Estados Unidos. Foram várias as críticas à subordinação do planejamento orçamentário e estratégico do Pentágono a um conceito puramente operacional, com suas implicações para a política externa e de defesa do país (PES) (HAMMES, 2012; ETZIONI, 2013).

Nesse sentido, buscando elaborar uma estratégia alternativa ao Air-Sea Battle, surgiu o conceito de *Offshore Control* (Controle de Alto-Mar). Proposto por T.X. Hammes, parte-se da ideia de que é necessário elaborar uma estratégia para um confronto militar com a China, porém não assumir essa possibilidade como a única possível, evitando um escalonamento vertical da guerra e mantendo em aberto a possibilidade de uma solução diplomática (HAMMES, 2012).

Operacionalmente, a ideia do Controle de Alto-Mar é realizar um bloqueio econômico à China, isolando-a na primeira cadeia de ilhas. O bloqueio seria executado por uma combinação de submarinos de ataque, vasos de superfície e mísseis antinavio baseados em terra. É tomada como premissa fundamental a de que a China atacaria primeiro, colocando os EUA em posição defensiva. Porém, ao invés de buscar atacar de maneira preemptiva para evitar isso (como propõe o ASB), pretende-se evitar o escalonamento e os ataques diretos ao território chinês. Assim, busca-se desacelerar o confronto e se preparar para uma guerra de longa duração, onde a economia chinesa seria exaurida lentamente. Ressalta-se o fato de que essa estratégia, apesar dos problemas que possa apresentar, contrapõe o melhor das capacidades estadunidenses à fraqueza da China em projetar forças. Afinal, ele coloca os Estados Unidos numa posição defensiva, forçando a China a projetar forças contra o bloqueio. Ao mesmo tempo, evita um ataque ao território chinês, o que implicaria também em uma possibilidade real de escalada nuclear para o conflito (HAMMES, 2012).

³⁵ Isso se dá porque a maior parte dos mísseis balísticos não demanda guiagem via satélite.

Para ser implementada, a estratégia do Offshore Control, assim como a ASB, deve vir seguida de algumas modificações no perfil de forças atual dos Estados Unidos. Entretanto, no geral elas são mais simples, mais baratas e mais palpáveis tanto para a própria aprovação do congresso estadunidense quanto para os aliados regionais.

A fim de realizar o bloqueio naval na primeira cadeia de ilhas, existem diversas opções, cada uma com vantagens e desvantagens: a interdição pode ser realizada tanto com sistemas mais caros, como submarinos de ataque, vasos de superfície em geral (destróieres, cruzadores, corvetas), os quais poucos países da região possuem ou se disponibilizariam a utilizar (além dos EUA, talvez Japão ou Coreia apenas). Por isso, esse bloqueio é de difícil execução apenas pela frota estadunidense, mesmo que tenham vasos suficientes, os países da região devem liberar as operações militares estrangeiras na sua Zona Econômica Exclusiva.

Uma opção mais barata e mais tangível para os países da região são os mísseis antinavio de curto alcance baseados em terra, no território de aliados regionais (KELLY *et al.*, 2013, p. 8). Seria basicamente o desenvolvimento de capacidades A2/AD nos aliados regionais, o que acabaria negando a área próxima a seu território, impedindo as embarcações chinesas de transitarem livremente, e também negando o acesso pelos estreitos (Malacca, Sunda, Lombok e Luzon). Nesse sentido, seria mais palpável o aprofundamento das alianças securitárias com os países da região, visto que os mesmos estariam desenvolvendo capacidades de defender o seu próprio território.

Outras políticas que vão na direção do Offshore Control são o incentivo (com financiamento, transferência de tecnologia ou joint-ventures) aos aliados regionais para desenvolverem suas próprias capacidades de negação de aérea, dessa vez mais sofisticadas, como submarinos de ataque, caças de 4ª ou 5ª geração (F/A-18F, F-35), aeronaves de monitoramento (como o P-8A Poseidon), vasos de superfície de alta tecnologia dentre outros. Capacidades essas desejadas pela maioria dos aliados na região e que podem ser essenciais em

períodos de crise. Além de fortalecer a indústria nacional desses próprios países em alguns casos, quando há transferência de tecnologia.

Percebe-se que, diferentemente da abordagem do ASB, há um elemento estratégico a nível de política externa. Por essas dificuldades militares que seriam impostas à China, e pelo fato de incorporar um esforço de vários países do entorno regional, é uma estratégia mais dissuasória, que busca fundamentalmente evitar que ocorra uma guerra. E, em uma eventual conflagração, pretende-se evitar a escalada rápida.

4.3 Estratégia e Equilíbrio Internacional: Perspectivas e Cenários

A definição de estratégia estabelecida pelos EUA no governo Obama ignora em boa parte as características políticas que condicionam e são condicionadas por ela. Estratégia, segundo essa definição, é a esfera da guerra “em que uma nação (...) determina objetivos e orientação de segurança estratégica nacional (...), em seguida desenvolve e usa os recursos nacionais para alcançar aqueles objetivos” (DOD, 2014, p. 251). Segundo Martins e Cepik (2014, p. 40), “trata-se de uma definição puramente técnica e procedimental”, onde a dissociação entre estratégia (meios) e política (fins: interesse nacional) gera uma inversão entre os fatores, transformando os EUA, seus valores, sua identidade e seus interesses, em meros instrumentos, ao invés de condicionantes, da estratégia (CEPIK e MARTINS, 2014).

Muitos autores, inclusive, não veem diferenças substanciais nas escolhas em nível de Grande Estratégia³⁶ entre o governo Obama e seus antecessores (RAHAWESTRI, 2010; GOURE, 2012; PORTER, 2013). Diversos fatos corroboram a análise de que a estratégia atual permaneça sendo a da Primazia, não havendo, portanto, uma Grande Estratégia de Obama. Em termos securitários, os dois principais estariam relacionados a implementação do já referido Air-Sea Battle e do aprofundamento da Defesa Antimíssil, tanto na Europa quanto na Ásia, incluindo uma maior presença da Marinha estadunidense no pacífico ou de bases avançadas, principalmente Okinawa, Cingapura e Darwin. Embora não seja o escopo do trabalho, a estratégia de Primazia também se verifica no plano econômico, especialmente na busca cada

³⁶ **Grande Estratégia** – É o nível mais alto de planejamento no âmbito dos Estados Nacionais modernos, orquestrando – no curto prazo, na guerra e na paz – os fins, os caminhos e os meios no contexto de um possível conflito armado pela própria sobrevivência do Estado (PORTER, 2013). Mais que isso, “é a teoria de como perseguir a segurança nacional e garantir um modo de vida pela combinação de poder e interesses” (PORTER, 2013, p. 5). Nesse sentido, Porter (2013, p. 5) adiciona que grande estratégia é “o gerenciamento de uma cadeia de relacionamentos entre meios e fins em vários níveis, um esforço elusivo para unir objetos diferentes”. Portanto, “busca moldar um ambiente externo no qual as instituições políticas e os valores de uma comunidade, sua integridade territorial e seu modo de vida possam permanecer seguros no longo prazo” (PORTER, 2013, p. 5).

vez mais acelerada pela implantação de tratados de livre comércio assimétricos, como é o caso do TPP. Porter (2013) reconhece alguns esforços, mesmo ainda incipientes, no sentido de dividir o fardo da região na PES de Obama (aproximação com a Índia, por exemplo). No entanto, considera-a, em grande medida, altamente intervencionista, tendo como objetivo primário a primazia através da presença permanente: mantêm-se a característica mistura de supremacia militar, dissuasão, reafirmação e promoção da democracia (PORTER, 2013, p. 24-25).

O Escudo Antimíssil de Obama³⁷ só é compatível com a estratégia a primazia, visto que os EUA possuem capacidades nucleares muito superiores do que Rússia e China (qualitativamente em especial) e capacidade de segundo ataque já garantida (CEPIK e MARTINS, 2014). Goure (2012) defende que, diferentemente do que se esperava, o governo Obama, “ao invés de minimizar a importância dessas capacidades, [...] buscou enfatizar os meios nos quais a nova abordagem [ao Escudo], na verdade, aumentasse as perspectivas de se instalar um sistema defensivo robusto no curto prazo” (GOURE, 2012, p. 19). Como resultado da alocação de vasos dotados de capacidade AEGIS (através do míssil SM-3), cada vez mais avançados, espera-se que, logo ao fim dessa década, a nova arquitetura do Escudo na Europa e na Ásia irá prover uma proteção mais robusta, mais inteligente e com capacidade de mobilidade (GOURE, 2012). Nesse sentido, entende-se o porquê do reset com a Rússia não ter dado certo antes mesmo da crise ucraniana.

Por isso, compreende-se mais facilmente as impressões dúbias da China a respeito da política de Obama, cuja aproximação com a multipolaridade se resume a um modelo assimétrico e pouco convidativo às potências emergentes. A nova ordem mundial proposta é ainda a da primazia, centrada nos EUA, anulando qualquer tipo de paridade ou mesmo autonomia estratégica (PORTER, 2013). Segundo a China, “Washington deseja cooperação em seus próprios termos, buscando deter Pequim de desenvolver capacidades militares para defender seus próprios interesses e pretende promover mudanças no próprio caráter do regime Chinês” (NATHAN e SCOBELL, 2012).

Diretamente relacionado à falta de uma definição clara de grande estratégia, ou mesmo de mecanismos institucionais, capazes de costurar a segurança nacional, política interna, externa e de segurança com os valores e com as instituições estadunidenses, está a implementação do Air-Sea Battle. Descolado de preocupações políticas, o ASB parece ser a

³⁷ A proposta do governo Obama era declaradamente suavizar o Escudo Antimíssil, a fim de evitar gerar instabilidade nas relações com a Rússia. Para isso, as bases em terra foram descartadas e o Escudo passou a se basear em interceptadores embarcados em destróiers e cruzadores Aegis (PICCOLLI, 2012).

operacionalização de algumas ansiedades dominantes nos EUA, relacionadas à crescente austeridade, na qual o emprego da massa (*manpower*) vem se tornando cada vez mais custoso e na preferência duradoura por tecnologias “anestésicas” sobre formas mais pesadas de poder militar (LIEBERT *et al*, 2014).

Segundo Czege (2014), há uma confusão no pensamento estratégico estadunidense que não faz diferenças entre força e poder. Poder militar é diferente do simples emprego de força destrutiva em estado bruto. Para o autor, “poder militar, na verdade, é a habilidade de influenciar as decisões e o comportamento humano; utiliza-se a força de maneira focal e construtiva, conjuntamente com outros instrumentos de poder” (CZEGE, 2014, p. 129). Na Air-Sea Battle, nesse sentido, ignora-se toda uma série de mediações necessárias para atingir a vitória, o próprio núcleo do conceito, resumido pelo NIA-D3, é extremamente incoerente, uma vez que, mesmo que fosse possível a realização de ataques em profundidade em território chinês, não há nenhuma garantia de que a China se renderia após ter seus radares e seus sistemas de mísseis destruídos. O contrário, justamente, é o esperado: a história demonstra que a tendência nesses casos é que o governo e a opinião pública do país atingido se tornem ainda mais coesos e decididos a não capitular facilmente, é o caso da Blitz de Hitler sobre Londres, por exemplo (CZEGE, 2014). Nesse caso, a dissociação entre poder militar e força fica explícita, na medida que os objetivos estratégicos não seriam atingidos mesmo que o conceito funcione.

Decorrência dessa confusão entre força e poder, é a já citada obsessão com as revoluções tecnológicas e as promessas de extinguir a fricção e a “névoa” da guerra a partir do emprego de tecnologias de ponta em C4ISR, em furtividade e em precisão. Tais crenças ganham ainda mais força no contexto de desgaste do poder terrestre pesado (Afeganistão e Iraque) e a preocupação crescente com os custos excessivos de tais empreitadas (austeridade). “O apelo parece tão grande que, de fato, [o conceito] ascendeu rapidamente como uma estratégia nacional *de facto*” (WILSON III, 2014, p. 85).

Como visto, no entanto, trata-se apenas de um conceito operacional. Estaria ele a serviço de uma grande estratégia de primazia? O governo Obama e sua abordagem multilateral, parece não perceber, ou, pior, ignorar, as implicações do ASB. Na prática, ocorre que, na ausência de uma grande estratégia própria definida, Obama desenvolve um comportamento errático, adotando conceitos operacionais completamente incompatíveis com os valores pregados pelo presidente. Quase que profetizando o momento atual, Posen e Ross (1997, p. 51), destacam que “quem sonha com segurança cooperativa, mas pratica a primazia, deve entender que está gradualmente erodindo as instituições internacionais na qual os seus sonhos se baseiam”.

Acrescentam que “uma nova retórica e diplomacia com uma estratégia de contenção não permite relações particularmente amigáveis com os objetos de tal política” (POSEN e ROSS, 1997, p. 51).

Ignorar a necessidade de uma grande estratégia, ainda, implica fornecer uma autonomia desproporcional a esses conceitos operacionais e aos militares responsáveis por eles, deixando em suas mãos, na prática, o desenrolar das relações securitárias (MARTINS e CEPIK, 2014). Ignora-se a política, focando-se apenas na tática e nas operações. Pensa-se apenas em vencer a primeira batalha da próxima guerra, ao invés de desenvolver sistemas de dissuasão robustos, estáveis e realmente defensivos (CZEGE, 2014). Essa perspectiva pode gerar consequências imprevisíveis em eventuais crises, passando ao largo da busca pela concertação política.

Portanto, as alternativas ao AB parecem ser mais benéficas, tanto para os EUA, quanto para a própria estabilidade do SI. Conceitos como o de Offshore Control, conectam o nível tático e o operacional com o nível estratégico, da política. Afinal, esses níveis são interdependentes (CLAUSEWITZ, 2007), devendo haver mecanismos de controle recíprocos (*checks and balances*), onde a sociedade, seus anseios e seu futuro seja representada nas decisões de política externa e de segurança, na medida que as ações desregradadas na última geram consequências sérias sobre a população e sua segurança.

Quanto à influência na polaridade internacional, o modelo da Air-Land Battle serviu claramente aos propósitos do pós-Guerra Fria, do unilateralismo e foi uma das bases da unipolaridade. Embora não tenha servido ao propósito declarado, o de conter o Exército Vermelho na frente central da OTAN, o conceito foi aplicado contra países periféricos, como o Iraque (1991) e a Iugoslávia (1992-1995), conflitos que marcaram o auge do poderio estadunidense (VIZENTINI, 2005; POSEN, 2003).

Por sua vez, na Air-Sea Battle, os EUA enfrentariam sérias limitações para aplicar o conceito, especialmente para penetrar nas defesas chinesas. Aparentemente, nesse caso, a doutrina estaria precedendo a inovação tecnológica e criando uma demanda pela propulsão hipersônica, a qual poderia tornar o conceito realidade. De todo modo, assim como a ALB, um cenário em que a ASB seja aplicada contra países periféricos deve ser considerado. Nesse caso, o alvo prioritário parece ser o Irã, visto que também desenvolve capacidades assimétricas de A2/AD no Golfo (caso do Estreito de Ormuz), empregando principalmente minas e mísseis antinavio (GUZINGER, 2011).

Na China, no entanto, o Air-Sea Battle e o Escudo Antimísseis já vem gerando reações. O país tem melhorado seus mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), implementando a

tecnologia MIRV³⁸, como no caso do DF-41 e DF-5A (baseados em terra) e do JL-2 (baseado em submarino) (KHOO e STEFF, 2014). Segundo Khoo e Steff (2014), o desenvolvimento de contramedidas adequadas para garantir a capacidade de retaliação nuclear da China frente ao Escudo Antimíssil se tornou um elemento significativo no esforço com relação às capacidades estratégicas.

No entanto, no contexto de ameaça a essas capacidades de segundo ataque, o país parece estar disposto a repensar a sua política de *no first use*. Extraoficialmente, parece haver um debate dentro da cúpula do partido, havendo oficiais importantes sinalizando que a política do *no first use* pode ser alterada e/ou ter seu limiar de resposta nuclear diminuído durante uma crise regional” (KHOO e STEFF, 2014, p. 23-24).

O mais recente Livro Branco de Defesa Nacional (2015), embora mantendo a Defesa Ativa e seus preceitos³⁹, reconhece a necessidade de algumas mudanças ou melhoras importantes em alguns aspectos de suas forças armadas: o Exército, “elevará suas capacidades para operações precisas, multidimensionais, transteatro, multifuncionais e sustentáveis”; a Marinha, “irá gradualmente mudar seu foco de ‘defesa de alto-mar’ para uma combinação entre ‘defesa de alto mar’ com ‘proteção de mar aberto’”; a Força Aérea “mudará o foco de defesa aérea territorial para defesa e ataque”; por fim, a Segunda Artilharia “irá fortalecer suas capacidades de dissuasão estratégia e contra-ataque nuclear, e ataque precisos de longo e médio alcance” (CHINA, 2015, p. 4).

Alguns pontos são aprofundamentos de preceitos já existentes, enquanto outros indicam mudanças. No primeiro caso, tem-se uma maior preocupação com a capacidade de contra-ataque nuclear e convencional (especialmente buscando interditar a linha logística adversária) e com a capacidade da Segunda Artilharia destruir aeródromos fora do perímetro imediato da China, caso de Guam, por exemplo. No segundo caso, tem-se o reconhecimento da importância da mobilidade tática das forças terrestres (transteatro), podendo indicar que a defesa ativa envolveria não apenas a saturação com mísseis sobre bases avançadas adversárias, mas também com poder terrestre.

Nesse contexto, acredita-se ser útil a reflexão sobre possíveis cenários para um futuro próximo. A utilização de cenários é um mecanismo útil de análise, permitindo reunir uma série

³⁸ **MIRV** – Do inglês, *multiple independently targetable reentry vehicle*, são mísseis que se dividem em múltiplos veículos de reentrada independentes. Quando um ICBM MIRV é lançado, sua cabeça se fragmenta em diversas partes logo antes de adentrar a atmosfera, tornando sua interceptação muito difícil.

³⁹ “O conceito estratégico de Defesa Ativa é a essência do pensamento estratégico-militar da RPC (...) que se resume a: aderência à união entre defesa estratégica e ofensiva operacional e tática; adesão aos princípios da defesa, autodefesa e ataque pós-preventivo [*post-emptive strike*]; e adesão à postura de que ‘Nós não vamos atacar a menos que sejamos atacados, mas nós certamente iremos contra-atacar caso formos atacados’” (CHINA, 2015, p. 3).

de ideias complexas, compreender suas interações e traçar possíveis resultados. Evita-se, entretanto, qualquer forma de determinismo ou fatalismo: mesmo o futuro próximo é incerto e indeterminado, por isso, busca-se apenas projetar o desenvolvimento da relação entre uma série de indicadores estudados anteriormente e o equilíbrio internacional. São eles: as díades ISSSO ou TADS⁴⁰; iniciativa na estratégia ou na tática/operações; Air-Sea Battle e Offshore Control.

Melhor Cenário - Offshore Balance/Offshore Control

Aqui, a China aprofundaria o desenvolvimento do ISSSO como forma de complementar o TADS, complexificando-o informacionalmente e aumentando sua efetividade defensiva dentro da estratégia de defesa em camadas (em profundidade), especialmente dentro do perímetro da Defesa em Alto Mar; Pequim continuaria se baseando na assimetria entre a China e um possível agressor.

Os Estados Unidos, por sua vez, na busca por alternativas de enfrentamentos às ameaças de A2/AD, pode conduzir a modificações menos ofensivas, na postura dos EUA, como o Offshore Control, inclusive na sua atuação em outras partes do globo. Teatros secundários para a sua Grande Estratégia, como o Atlântico Sul, passariam a ser palco de novas possibilidades de condução de suas operações de segurança marítima, buscando uma assertividade positiva como, por exemplo, a segurança cooperativa. Especialmente através de parcerias construtivas com nações aliadas como um caminho para desenvolver capacidades regionais para combater as ameaças em nível local e evitar escalada em eventuais crises. Nesse contexto, a Defesa Ativa da China permaneceria defensiva em nível estratégico, amenizando a crença na iniciativa no nível operacional e tático, uma vez que os rearranjos em termos doutrinários dos EUA e dos atores regionais passa a transmitir mais confiança no entendimento político em eventuais crises.

Cenário Intermediário: Primazia/Air-Sea Battle

Dualidade ISSSO e TADS permaneceria inconstante: há um forte movimento em direção ao ISSSO, puxando recursos para sistemas cada vez mais complexos e expandindo seus núcleos de inovação buscando criar as condições para travar uma guerra de igual para igual com um provável agressor. Ao mesmo tempo, no entanto, a TADS também se aprofundaria e a noção da massa permaneceria dominante: busca-se evitar a todo custo um confronto frontal, aumentando os vasos leves e sistema de alta mobilidade, capazes de engajar-se e desengajar-

⁴⁰ Como visto, são duas faces da estratégia operacional chinesa, enquanto o ISSSO envolve grandes batalhas frontais focadas no centro de gravidade da rede adversária, o TADS é mais dinâmico, baseando-se em uma postura mais assimétrica e indireta que visa uma série de pequenas batalhas sobre os pontos fracos inimigo.

se, concentrar força e conquistar a superioridade temporária para amontar pequenas vitórias táticas a fim de equilibrar o jogo na estratégia. Nesse sentido, a prioridade do país ainda é o entorno estratégico, ações fora da região se darão de forma cooperativa em missões antipirataria e em outras operações militares além da guerra (OOTW).

Os EUA, por sua vez, manteriam sua política difusa e desprovida de estratégia para a região: ao mesmo tempo que aprofundariam laços político-econômicos com a China bilateralmente e com os outros países na forma do TPP, permitiriam o aprofundamento do Air-Sea Battle e do Escudo Antimíssil através de alianças militares ou transferência de sistemas relacionados a esses conceitos. A primazia seguiria por inércia como o objetivo oculto, gerando inseguranças em crises sobre as zonas marítimas disputadas ou mesmo sobre Taiwan. Em resposta, consoante com o novo Livro Branco da China, Pequim reconheceria como cada vez mais necessária a iniciativa na estratégia da Defesa Ativa, incluindo o planejamento de operações atrás das linhas adversárias – i.e. das bases avançadas dos EUA na região – e da preempção na esfera operacional e tática.

Pior Cenário: Primazia/Air-Sea Battle

O ISSSO se tornaria dominante sobre o TADS: o investimento chinês seria direcionado praticamente em sua totalidade para sistemas intensivos em capital e tecnologia, comprometendo a capacidade de produção em escala e de mobilização de massa, tão caros à Guerra Popular. Passaria a planejar o esforço de guerra em termos simétricos, buscando engajar o centro de gravidade do agressor e vencê-lo em uma grande batalha que definirá não só a vitória tática, mas também estratégica.

Com a Air-Sea Battle sendo aprofundando em ritmo acelerado, bem como o Escudo Antimíssil sendo consolidado através do contínuo desenvolvimento conjunto com o Japão e possivelmente a Coreia do Sul, a primazia se consolida como política de estado nos EUA. A China, temendo pela sua capacidade de reação a isso, expande não só a iniciativa para o nível estratégico, mas também abandona a política nuclear de *no-first use* e adota a preemptividade em sua totalidade.

Os países da região, expostos a essa relação, entrariam em uma espiral de ofensividade, alinhando-se com Washington ou com Pequim, adaptando suas doutrinas no sentido da ofensiva (caso do Japão) e aprofundando a corrida armamentista. Esse cenário torna as crises imprevisíveis e cada vez mais constantes, provavelmente envolvendo as áreas territoriais e marítimas disputadas. Em caso de Guerra Local, a escalada pode ser incontrollável.

4.4 Considerações Parciais

Portanto, ao nível da estratégia, na *Air-Sea Battle*, percebe-se a busca pela unipolaridade, na medida que colocaria em cheque as capacidades nucleares chinesas de segundo ataque, podendo levar a China a lançar suas ogivas por antecipação na iminência de perdê-las. No entanto, o ASB parece beirar a fantasia: mesmo possuindo caças de 5ª geração dotados da tecnologia de ponta em furtividade, os EUA enfrentariam sérias limitações para aplica-lo, especialmente para penetrar nas defesas chinesas. Aparentemente, nesse caso, a doutrina estaria precedendo a inovação tecnológica e criando a demanda pela propulsão hipersônica, a qual poderia tornar o conceito realidade.

O Offshore Control parece mais realista, na medida que absorve a importância noção do atrito, da política e demais consequências de uma possível conflagração entre China e EUA para a estabilidade do sistema internacional. Além disso, aproxima-se de uma grande estratégia definida e, mais importante, explícita: o balanceamento externo. Nesse sentido, não nutre ilusões baseadas na vitória rápida, mas desenvolve mediações militares e políticas capazes de gerenciar devidamente as crises para evitar a guerra.

Obama, no entanto, embora declaradamente multilateral, adotou o ASB. Nesse sentido, isso parece ter ocorrido devido à ausência de uma grande estratégia bem definida. Diferentemente de outras administrações, a gestão Obama parece ser errática em termos de política externa e de segurança, não definindo objetivos claros. Embora busque a multipolaridade, acaba abraçando a primazia e a busca pela unipolaridade na medida que adota o *Air-Sea Battle* e aprofunda o Escudo Antimíssil na Europa e na Ásia. Assim, concede uma autonomia desproporcional aos meios operacionais, táticos e procedimentais. Isso gera resultados potencialmente perigosos, indo desde disputas cotidianas envolvendo interceptações de aeronaves nas Zonas de Identificação Aérea até potenciais escaladas em futuras crises, na medida que os incentivos à iniciativa e à preempção se tornam crescentemente sedutores.

As consequências desta escolha dizem respeito ao processo de recomposição hegemônica em curso no Sistema Internacional e de como está se dará. As implicações da adoção do conceito de *Air-Sea Battle*, ao assumirem como certa a confrontação com a China, podem gerar uma espiral de insegurança, levando a China e os outros países a se prepararem para o pior. Por outro lado, esse caminho não é inevitável: existem alternativas que oferecem o potencial de garantir uma recomposição hegemônica pacífica em um sistema internacional multipolar, talvez seja o caso do Offshore Control ou de outras estratégias baseadas no balanceamento externo e no abandono da primazia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de pesquisa teve como objetivo analisar a polaridade sob a perspectiva da esfera operacional da guerra. Isso foi feito a partir da noção de inexpugnabilidade, ou seja, a capacidade de resistir a uma agressão externa e manter a soberania, verificada no caso da China enquanto potência em ascensão e dos EUA enquanto polo consolidado. A pergunta central que o trabalho buscou responder foi: qual o papel dos conceitos operacionais de A2/AD e de *Air-Sea Battle* para a polaridade? A fim de respondê-la, percorreu-se três objetivos específicos: (1) analisou-se as esferas do planejamento da guerra, relacionando com o conceito de inexpugnabilidade; (2) investigou-se as orientações estratégicas Chinesas e a composição de seu inventário sob a perspectiva do A2/AD; (3) avaliou-se o conceito operacional de *Air-Sea Battle* e suas consequências para o equilíbrio internacional.

Argumentou-se que análise da polaridade sob a perspectiva da esfera operacional da guerra oferece um método de evitar diagnósticos estáticos e deterministas que conduzem a soluções simplificadoras. Para tanto, buscou-se relacionar a contribuição teórica de Mearsheimer (2007), Posen (2003), Biddle (2004), Martins (2008) e Cepik (2013). Em suma, e respectivamente: (i) a primazia do poder terrestre e das linhas interiores na projeção de força devido ao poder parador da água; (ii) as zonas contestadas como elementos centrais a serem transpostos nesse processo; (iii) a forma de emprego da força como condicionante principal do sucesso militar e a supremacia da defesa e da massa nessas ações; (iv) o papel da digitalização como horizontalizadora das capacidades; e (v) a confluência desses entendimentos no conceito de inexpugnabilidade – um dos fiadores da condição de um país enquanto polo do sistema.

Dessa perspectiva, analisou-se o caso chinês e suas principais capacidades relacionadas à inexpugnabilidade e ao estabelecimento de uma zona contestada no seu entorno estratégico. Reconheceu-se que a estratégia chinesa é baseada na incorporação de estratégias assimétricas, no sentido de instrumentalizar meios de complexidade tecnológica média, como mísseis balísticos de teatro, minas, tuneis e vasos leves, conjuntamente com meios de alta complexidade como mísseis balísticos antinavio baseados em uma rede de C4ISR complexa e redundante. Não parece haver, no caso chinês, a dissociação entre a massa e o poder de fogo.

O A2/AD, dessa perspectiva, é útil para a análise das capacidades do país, embora elas por si só não configurem a inexpugnabilidade do país. Nesse sentido, não há uma doutrina operacional unificada voltada para antiacesso ou negação de área nas orientações estratégicas-operacionais do país. A análise sugere, no entanto, que o ELP buscará manter a dominância de informação, a superioridade aérea e a superioridade no mar. Operacionalmente, buscar-se-ia:

(i) desabilitar, com mísseis balísticos e cruzadores, as bases adversárias avançadas, enquanto busca evitar a entrada de vasos de alto valor (i.e porta-aviões) no teatro de operações através do uso de submarinos, ataques aéreos e de mísseis cruzadores ou balísticos antinavio; (ii) obter, com caças e SAMs, ao menos temporariamente, superioridade aérea sobre zonas críticas; (iii) manter a sua rede informacional de forma integral enquanto busca desabilitar a do adversário.

Portanto, nessas condições, o inventário chinês parece ser adequado. A projeção de força global, no entanto, não é vislumbrada em um futuro próximo, o grosso de suas capacidades estão restritas ao seu entorno estratégico. Nesse sentido, o objetivo primário da China seria garantir a soberania e integridade territorial do país – i.e. Taiwan e ZEE – através de uma defesa estratégica que mescle sistemas de baixa tecnologia com sistemas de alta tecnologia e que opere em guerras locais.

A inexpugnabilidade do país parece ser baseada na sua postura de defesa em profundidade, na sua capacidade de mobilização dos recursos nacionais, materializados na Guerra Popular, e na dissuasão gerada por esses fatores. Para além disso, o país foi capaz de expandir substancialmente sua zona contestada. Esse processo é resultado, primeiro, da incorporação pela China de tecnologias complexas (radares e supercomputadores), disponíveis antes apenas a um grupo restrito de países, mas difundidas mais facilmente na era da digitalização. Segundo, da sua instrumentalização nas estratégias apresentadas acima.

Percebe-se, pelo menos no caso chinês, uma expansão das zonas contestadas de Posen (2003) a uma velocidade não prevista por ele: o espaço aéreo chinês passou a ser completamente contestado a despeito das tecnologias de furtividade (devido ao sistema integrado de defesa área); o espaço-sideral não só não é mais domínio exclusivo estadunidense, como pode vir a ser contestado no futuro (tecnologias ASAT); a negação do uso do mar e do acesso operacional ao entorno estratégico chinês limitaram a aproximação dos EUA para além dos 1.800 km, inviabilizando, por exemplo, uma reedição da solução imposta na Crise do Estreito em 1996.

Portanto, embora o comando dos comuns, entendido como uma condição relativa e não absoluta, ainda seja uma característica dos EUA, ele não parece mais ser suficiente para fazer valer sua vontade no entorno estratégico da China. Isso se reflete no poder dissuasório, cujo efeito parece ter-se invertido, se antes bastava o deslocamento de um grupo de batalha nucleado por um porta-aviões para a região a fim de obter os resultados políticos, agora a China não só é capaz de fazer valer sua soberania territorial, mas também a sua zona econômica exclusiva.

Os reflexos dessa nova condição sobre o planejamento estadunidense se materializaram no conceito de *Air-Sea Battle*, tema do último capítulo. A incapacidade de acessar a região ou reter a liberdade de movimento esperada pareceu aflorar algumas ansiedades dominantes nos

EUA, que estão relacionadas à crescente austeridade, na qual o emprego da massa (*manpower*) vem se tornando cada vez mais custoso e na preferência por tecnologias 'anestésicas' sobre formas mais pesadas de poder militar. Por isso, o conceito se baseia no ataque em profundidade e preemptivo, buscando, através das operações militares, obter a vitória o mais rápido possível.

Nota-se que a solução não é política, confundindo a força militar (os meios) com o poder de influenciar as decisões e o comportamento adversário (os fins). Isso ocorre pela falta de uma grande estratégia capaz de guiar as relações entre tática, operações e estratégia. Os meios detêm autonomia excessiva que, combinado com o caráter preemptivo da ASB, gera resultados potencialmente perigosos para o equilíbrio internacional. Assim, percebe-se na *Air-Sea Battle* novamente uma busca pela unipolaridade, na medida que suas implicações colocariam em cheque as capacidades chinesas de retaliação nucleares.

Ainda assim, mesmo o estado da arte em capacidades militares, os EUA enfrentariam sérias limitações para aplicar o conceito. Por isso, a ASB demanda uma complexidade ainda maior de sistemas, precedendo a sua própria existência, como o caso da propulsão hipersônica. Os efeitos de uma eventual corrida armamentista combinada com a ofensividade do conceito parece ser disfuncional para o equilíbrio internacional. Alguns efeitos já podem ser percebidos – caso da incorporação da tecnologia MIRV aos mísseis chineses e da possível revisão de sua doutrina de *no-first use*, por exemplo. Junta-se a isso, inclusive, a crescente agressividade por parte dos atores. No entanto, há alternativas: é o caso do *Offshore Control*, que se baseia em uma solução política, evitando uma escalada na esfera militar.

As consequências destas escolhas dizem respeito ao processo de recomposição hegemônica em curso no Sistema Internacional: se está se dará através de uma guerra central ou não. Henry Kissinger (2015), ao comparar as relações sino-estadunidense com as relações entre a Grã-Bretanha e a Alemanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial, demonstrou como assumir a confrontação entre os dois países como necessária e certa, resultou na exclusão de outras possibilidades aos governos esses países, que não o conflito. No momento de tensionamento das relações e acionamento dos sistemas de alianças, acabou sendo acionado o mecanismo que ele chamou de “máquina do juízo final”, que mergulhou o mundo na maior guerra vista até então. Frente a isso, é premente o acompanhamento da relação entre A2/AD e *Air-Sea Battle* pela comunidade acadêmica e pelos tomadores de decisão, na medida que, embora conceitos operacionais, carregam efeitos potencialmente profundos para a estrutura do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- AIR-SEA BATTLE OFFICE. Air-Sea Battle: Service Collaboration to Address Anti-Access & Area Denial Challenges. **United States Navy**, Washington, 2013.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: FUNAG, 2002.
- BERNITT, T. R.; TANGREDI, S. J. Mine Warfare and Globalization: Low-Tech Warfare in a High-Tech World. In: TANGREDI, S. **Globalization and Maritime Power**. Washington: NDU Press, 2002. p. 389-404.
- BIDDLE, S. Rebuilding the Foundations of Offense-Defense Theory. **The Journal of Politics**, v. 63 no. 3 2001. 741-774.
- BIDDLE, S. **Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- BLASKO, D. J. The Evolution of Core Concepts: People's War, Active Defense, and Offshore Defense. In: KAMPHAUSEN, R.; LAI, D.; TANNER, T. **Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era**. Carlisle: SSI/US Army War College, 2014. p. 81-128.
- BOOT, M. The New American Way of War. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 4, p. 41-58, 2003.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.
- BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.
- CEPIK, M. Segurança Internacional: Da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: SORIA, A. B.; ECHANDI, I. A. **Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo CELAC e Iberoamérica**. San José: FLACSO, 2013. p. 307-324.
- CEPIK, M.; MACHADO, F. O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a Ordem Internacional Contemporânea. **Carta Internacional**, Vol. 6 No. 2 2011. 112-130.
- CHENG, D. Zhanyixue and Joint Campaigns. In: MULVENON, J.; FINKELSTEIN, D. M. **China's Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People's Liberation Army**. Alexandria/Virginia: CNA Corporation, 2005. p. 101-118.
- CHENG, D. Chinese Lessons from the Gulf Wars. In: SCOBELL, A.; LAI, D.; KAMPHAUSEN, R. **Chinese Lessons from Other Peoples' Wars**. Carlisle: SSI/US Army War College, 2011. p. 153-200.
- CHINA. China's Military Strategy. **The State Council Information Office of the People's Republic of China**, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/F8IV67>>. Acesso em: 14 Junho 2015.
- CLAUSEWITZ, C. V. **On War**. New York: Oxford University Press, 2007.
- CLINTON, H. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/DssNmU>>. Acesso em: 26 Maio 2015.
- CORDESMAN, A. H.; KLEIBER, M. **Chinese Military Modernization and Force Development**. Center for Strategic and International Studies. Washington. 2006.

COUTAU-BÉGARIE, H. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

CZEGE, H. W. D. The Military Power to Deter, Defend, Enforce, and Pacify. In: SILVA, J. D.; LIEBERT, H.; WILSON III, I. **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: U.S. Army War College, 2014. p. 95-132.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington. 2014.

DIAKIDIS, N. **An Assessment of China's Defense Strategy in the post-Cold War Era: What Role for Bilateral Defense Cooperation with Russia?** Aténas: Panteion University, 2009.

DOA. **Operational Concepts for the Air Land Battle and Corps Operations**. Fort Monroe: Department of the Army, v. 525-5, 1981.

DOD. **(Department of Defense) Joint Operational Access Concept**. United States Department of Defense. Washington. 2012.

DORNELLES, A. C. **China e Estados Unidos na Balança de Poder do Leste Asiático: comparações econômicas e militares**. Tese de Doutorado em Ciência Política. ed. Porto Alegre: PPGCPol/UFRGS, 2012.

DUNNIGAN, J. F. **How to Make War**. New York: HarperCollins, 2003.

ECHEVARRIA II, A. J. **Clausewitz and Contemporary War**. New York: Oxford University Press, 2007.

ERICKSON, A. Showtime: China Reveals Two 'Carrier-Killer' Missiles. **The National Interest**, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/3IXu2c>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ERICKSON, A.; GOLDSTEIN, L.; MURRAY, W. **Chinese Mine Warfare: A PLA Navy 'Assassin's Mace' Capability**. Newport: US Naval War College, 2009.

ETZIONI, A. Air-Sea Battle: a Dangerous Way to Deal with China. **The Diplomat**, Setembro 2013.

EUA. **Joint Publicaton 3-0: Doctrine for Joint Operations**. Office of the Joint Chiefs of staff. Washington. 2001.

EUA. Remarks By President Obama to the Australian Parliament. **The White House**, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/bfeJv4>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FALLOWS, J. The Tragedy of the American Military. **The Atlantic**, Janeiro/Fevereiro 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/qBkTUf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

FINKELSTEIN, D. M. Thinking About the PLA's "Revolution in Doctrinal Affairs". In: MULVENON, J.; FINKELSTEIN, D. **China's Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People's Liberation Army**. Alexandria/Virginia: CNA Corporation, 2005. p. 1-28.

FINKELSTEIN, D. M. China's National Military Strategy: An Overview of the "Military Strategic Guidelines". In: KAMPHAUSEN, R.; SCOBELL, A. **Right Sizing the People's Liberation Army: Exploring the Contours of China's Military**. Carlisle: SSI/US Army War College, 2007. p. 69-140.

FISHER, R. D. **China's Military Modernization: Building for Regional and Global Reach**. Westport: Praeger, 2008.

FISHER, R. F. Less is Not Enough: Reflections on China's Military Trajectory and the U.S. Pivot. **International Assessment and Strategy Center**, 2012.

FRAVEL, M. T.; TWOMEY, C. P. Projecting Strategy: the Myth of Chinese Counter-intervention. **The Washington Quaterly**, Winter 2015. 171-187.

FRAVEL, T. The Evolution Of China's Military Strategy: Comparing the 1987 and 1999 Editions of Zhanlüexue. In: MULVENON, J.; FINKELSTEIN, D. M. **China's Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People's Liberation Army**. Alexandria/Virginia: CNA Corporation, 2005. p. 79-100.

FRENCH, B.; EDGREN, D. **Thunder without Lightning: The High Costs and Limited Benefits of the F-35 Program**. National Security Network. Washington. 2015.

GAUTAM, P. K. **Operational Lessons Of the Wars of 21st Century**. New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses, 2013.

GLOBAL SECURITY. People's Liberation Navy - Offshore Defense. **Global Security**, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/3pvFR>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

GOLDSTEIN, L. China's Falklands Lessons. **Survival: Global Politics and Strategy**, vol. 50, no. 3. 2008. 65-82.

GORMLEY, D. M.; ERICKSON, A. S.; YUAN, J. **A Low-Visibility Force Multiplier: Assessing China's Cruise Missile Ambitions**. Washignton: NDU Press, 2014.

GOURE, D. The Obama administration's phased-adaptive architecture: technological, operational and political issues. **Defense & Security Analysis**, vol. 28 n. 1 2012. 17-35.

GREENERT, J.; WELSH, M. Breaking the Kill Chain: How to keep America in the game when our enemies are trying to shut us out. **Foreign Policy**, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/vbkS0v>>. Acesso em: 11 14 2015.

HAGT, E.; DURNIN, M. China's Antiship Ballistic Missile: Developments and Missing Links. **Naval War College Review** , v. 62 n. 4 2009. 87-115.

HAMMES, T. X. Offshore Control: A proposed Strategy for an Unlikely Conflict. **Strategic Forum, Insitute for National Security Studies.**, v. 278, p. 01-14, Junho 2012.

HARRISON, T.; COHN, J. **FY 2015 Weapon Systems Factbook**. Washington: CSBA, 2014.

HEGINBOTHAM, E. **The U.S.-China Military Scorecard: Forces Geography, and the Evolving Balance of Power 1996-2017**. Calif: RAND Corporation, 2015.

IISS. **The Military Balance**. International Institute for Strageic Studies. London: Routledge, 2013.

IISS. **The Military Balance**. International Institute for Strategic Studies. London: Routledge, 2015.

JAFFE, G. U.S. model for a future war fans tensions with China and inside Pentagon. **The Washington Post**, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/pkIJuv>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

JOMINI, A.-H. **The Art of War**. Nova Iorque: Dover Publications, 2007.

KAPLAN, R. **The Revenge of Geography**: what the map tell us about coming conflicts and battle against fate. New York: Random House, 2012.

KARBER, P. **Strategic Implications of China's Underground Great Wall**. Georgetown University. Washington. 2011.

KELLY, T. K. et al. **Employing Land-Based Anti-Ship Missiles in the Western Pacific**. RAND Corporation. Washington. 2013.

KENNEDY, P. **Engenheiros da Vitória**: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KHOO, N.; STEFF, R. "This program will not be a threat to them": Ballistic Missile Defense and US relations with Russia and China. **Defense & Security Analysis**, Vol. 30 No. 1 2014. 17-28.

KISSINGER, H. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KLEIN, J. J. **Space Warfare**: Strategy, Principles and policy. London: Routledge, 2006.

KOPP, C. The Air Land Battle: USAF Close Air Support and Battlefield Air Interdiction. **Air Power Australia**, 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/LAal7R>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

KOPP, C. Active Electronically Steered Arrays: A Maturing Technology. **Air Power Australia**, 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/Il0NIF>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

KOPP, C. China's Air Defence missile systems. **Defence Today**, v. Março, p. 22-24, 2008.

KREPINEVICH, A. **Why Air-Sea Battle?** Washington: CSBA, 2010.

KREPINEVICH, A.; WATTS, B.; WORK, R. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington: CSBA, 2003.

LAGRONE, S. Pentagon Drops Air-Sea Battle Name, Concept Lives On. **USNI News**, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/g0h0B2>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

LAURIE, P. An Eye on the Enemy over the Horizon. **New Scientist**, v. 64, n. 922, p. 420-425, Vol. 64 Novembro 1974.

LI, N. China's Evolving Naval Strategy and Capabilities in the Hu Jintao Era. In: KAMPHAUSEN, R.; LAI, D.; TANNER, T. **Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era**. Carlisle: SSI/US Army War College, 2014. p. 257-300.

LIDELL HART, B. H. **Strategy**: the indirect approach. London: Faber & Faber, 1967.

LIEBERT, H.; SILVA, J. D.; WILSON III, I. **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: U.S. Army War College, 2014.

LOCK-PULLAN, R. How to Rethink War: Conceptual Innovation and AirLand Battle Doctrine. **Journal of Strategic Studies**, vol. 28 n. 4 2004. 679-702.

LONG, J. **The Evolution of U.S. Army Doctrine: From Active Defense to AirLand Battle and Beyond**. Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College. United States. 1991.

MARSH, K.; JONES, C. M. From rivals to partners: AirSea Battle and the US air force–navy relationship. **Defense & Security Analysis**, Vol. 31 No. 3 2015. 246-259.

- MARTINS, J. M. Q. **Digitalização e Guerra Local**: Como Fatores do Equilíbrio Internacional. Tese de Doutorado em Ciência Política. ed. Porto Alegre: PPGCPol/UFRGS, 2008.
- MARTINS, J. M.; CEPIK, M. A. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: A lógica da Preempção e Suas Implicações Internacionais. In: ARTURI, C. **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 14-47.
- MATTOS, M. **Estratégias Militares Dominantes**: sugestões para uma estratégia militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
- MCGREY, D. The Marshall Plan. **The Wired**, 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/1O6Pcv>>. Acesso em: 14 nov. 2015.
- MCKNIGHT, C. he AirLand Battle: Understanding the concept, Communicating to win. **The Army Communicator**, 1981.
- MEARSHEIMER, J. Maneuver, Mobile Defense, and the NATO Central Front. **International Security**, Vol. 6 No. 3 1981. 104-121.
- MEARSHEIMER, J. Nuclear Weapons and Deterrence in Europe. **International Security**, Vol. 9 No. 3 1984. 19-46.
- MEARSHEIMER, J. J. Precision-guided Munitions and Conventional Deterrence. **Survival**, v. XXI, p. 68-76, Vol. XXI No. 2 1979.
- MEARSHEIMER, J. J. **A Tragédia Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.
- MILEVSKI, L. Grand Strategy and Operational Art: Companion Concepts and Their Implications for Strategy. **Comparative Strategy**, vol. 33, n. 4 2014. 342-353.
- NATHAN, A.; SCOBELL, A. How China Sees America: the Sum of Beijing's Fears. **Foreign Affairs**, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/QjYEup>>. Acesso em: 11 14 2015.
- NEVES JR, E. **A Modernização Militar da Índia**: as virtudes do modelo híbrido. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais. ed. Porto Alegre: PPGEI-UFRGS, 2015.
- O'ROURKE, R. **China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities - Background and Issues For Congress**. Congressional Research Service. Washington. 2013.
- O'ROURKE, R. **China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities - Background and Issues for Congress**. Congressional Research Service. Washington. 2015.
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in 2002**. PRC Information Office of State Council. Beijing. 2002.
- PICCOLLI, L. **Europa Enquanto Condicionante da Política Externa e de Segurança da Rússia**: O Papel da Defesa Antimíssil. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. ed. Porto Alegre: PPGEI/UFRGS, 2012.
- PORTER, P. **Sharing Power? Prospects for a U.S. Concert-Balance Strategy**. Carlisle: U.S. War College Press, 2013.
- PORTER, P. **The Global Village Myth**: Distance, War and the Limits of Power. Washington: Georgetown University Press, 2015.
- POSEN, B. The Sources of Military Doctrine. In: ART, R.; WALTZ, K. **The Use of Force**: Military Power and International Politics. 7ª. ed. Lanhan: Rowman & Littlefield, 2009. p. 23-43.

POSEN, B. R. The Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, Summer 2003. 5-46.

POSEN, B. R.; ROSS, A. L. Competing Visions for U.S. Grand Strategy. **International Security**, vol. 21 no. 3 1997. 5-53.

PROENÇA JR., D.; DINIZ, E.; RAZA, S. G. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

RAHAWESTRI, M. Obama's Foreign Policy in Asia: More Continuity than Change. **Security Challenges**, vol. 6 n. 1 2010. 109-120.

RAPOPORT, A. **The Origins of Violence**: Approaches to the Study of Conflict. New York: Paragon House, 1989.

SAUNDERS, P. The Rebalance to Asia: US-China Relations and Regional Security. **INSS Strategic Forum**, Agosto 2013.

SCOBELL, A.; LAI, D.; KAMPHAUSEN, R. **Chinese Lessons from Other People's Wars**. Carlisle: U.S. Army College/Strategic Studies Institute , 2011.

SHAMBAUGH, D. **China Goes Global**: the Partial Power. New York: Oxford University Press, 2013.

SILVERSTONE, S. American Grand Strategy and the Future of Lanpower in Historic Context. In: SILVA, J. D.; LIEBERT, H.; WILSON III, I. **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: U.S. Army War College, 2014. p. 55-80.

SIMIONATO, G. H.; BAPTISTA, M.; FERRAZZA, V. The Missile Defense Systems. **UFRGS Model United Nations**, 2015. 279-310.

SNYDER, J. The Culf of the Offensive in 1914. In: ALT, R.; WALTZ, K. **The Use of Force**: Military Power and International Politics. 7^a. ed. Lanhan: Rowman & Littlefield, 2009. p. 135-166.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial**: História Completa. São Paulo: Contexto, 2013.

TANGREDI, S. J. **Anti-Access Warfare**: Countering A2/AD Strategies. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

TILL, G. **Seapower**: A Guide for the Twenty-First Century. London: Frank Class, 2004.

TILL, G. **Asia's Naval Expansion**: An arms race in the making? New York: Routledge, 2012.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. **Guerra e Anti-Guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

TOL, J. V. **Air-Sea Battle**: a Point-of-Departure Operational Concept. Washington: CSBA, 2010.

TWOMEY, C. P. What's in a Name: Bulding Anti-Access/Area Denial Capabilities without Anti-Access/Area Denial Doctrine. In: KAMPHAUSEN, R.; LAI, D.; TANNER, T. **Assessing the People's Liberation Army in the Hu Jintao Era**. Carlisle: SSI/US Army War College, 2014. p. 129-170.

US ARMY. **Field Manual 100-5 (Operations)**. Washington : Department of the Army, 1982.

US GAO. **Defense Acquisition Programs: Status of Selected Programs**. U.S. Government Accountability Office (US GAO). Washington. 1990. (GAO/NSIAD-90-159).

USN. **2020 Vision: A Navy for the 21st Century**. Washington: United States Navy, 2007.

VISENTINI, P. **O mundo pós-Guerra Fria: O desafio do (ao) "Oriente"**. Porto Alegre: Século XXI, 2005.

VISENTINI, P. G. F. **Guerra do Vietname**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

WILSON III, I. Reconsidering American Power. In: SILVA, J. D.; LIEBERT, H.; WILSON III, I. **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: U.S. Army War College, 2014. p. 81-94.

WILSON, C. **Network Centric Operations: Background and Oversight Issues for Congress**. Congressional Research Service. Washington. 2007.

WISHIK, A. L. An Anti-Access Approximation: The PLA's Active Strategic Counterattacks on Exterior Lines. **China Security**, v. 19, p. 37-48, 2011.

YUNG, C. D. Sinica Rules the Waves? The People's Liberation Army Navy's Power Projection and Anti-Access/Area Denial Lessons from the Falklands/Malvinas Conflict. In: SCOBELL, A.; LAI, D.; KAMPHAUSEN, R. **Chinese Lessons from Other Peoples' Wars**. Carlisle: SSI/US Army War College, 2011. p. 75-114.

ZUCATTO, G. E. et al. Política Externa e de Segurança da República Popular da China. In: MARTINS, J. M. Q. **Estudos de Caso em Política Externa e de Segurança 2012/2**. Porto Alegre: ISAPE, 2013. p. 31-47.

APÊNDICE A – AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS-OPERACIONAIS

Uma maneira complementar de se pensar a ligação entre fins e meios nas estratégias militares é através da tipologia de Couteu-Bégarie (2010). Como se verá nos organogramas que se seguem, a opção por uma ou outra estratégia não significa a adoção a todos os seus preceitos⁴¹. A apresentação de tal tipologia não busca caracterizar uma série de ações que se vinculam de forma absoluta, mas apenas ilustrar a cadeia de interações entre opções estratégicas, operacionais e táticas. A tabela abaixo sintetiza essa visão superficialmente, enquanto os organogramas seguintes detalham a rede de opções.

As Opções Estratégicas		
Estratégia Convencional		Estratégia Alternativa
01	Estratégia de guerra total	Estratégia de conflito limitado
02	Estratégia de aniquilação	Estratégia de desgaste
03	Estratégia de destruição	Estratégia de interdição
04	Estratégia direta	Estratégia indireta
05	Estratégia ofensiva	Estratégia defensiva

Fonte: Adaptado de COUTEU-BÉGARIE 2010, p. 270.

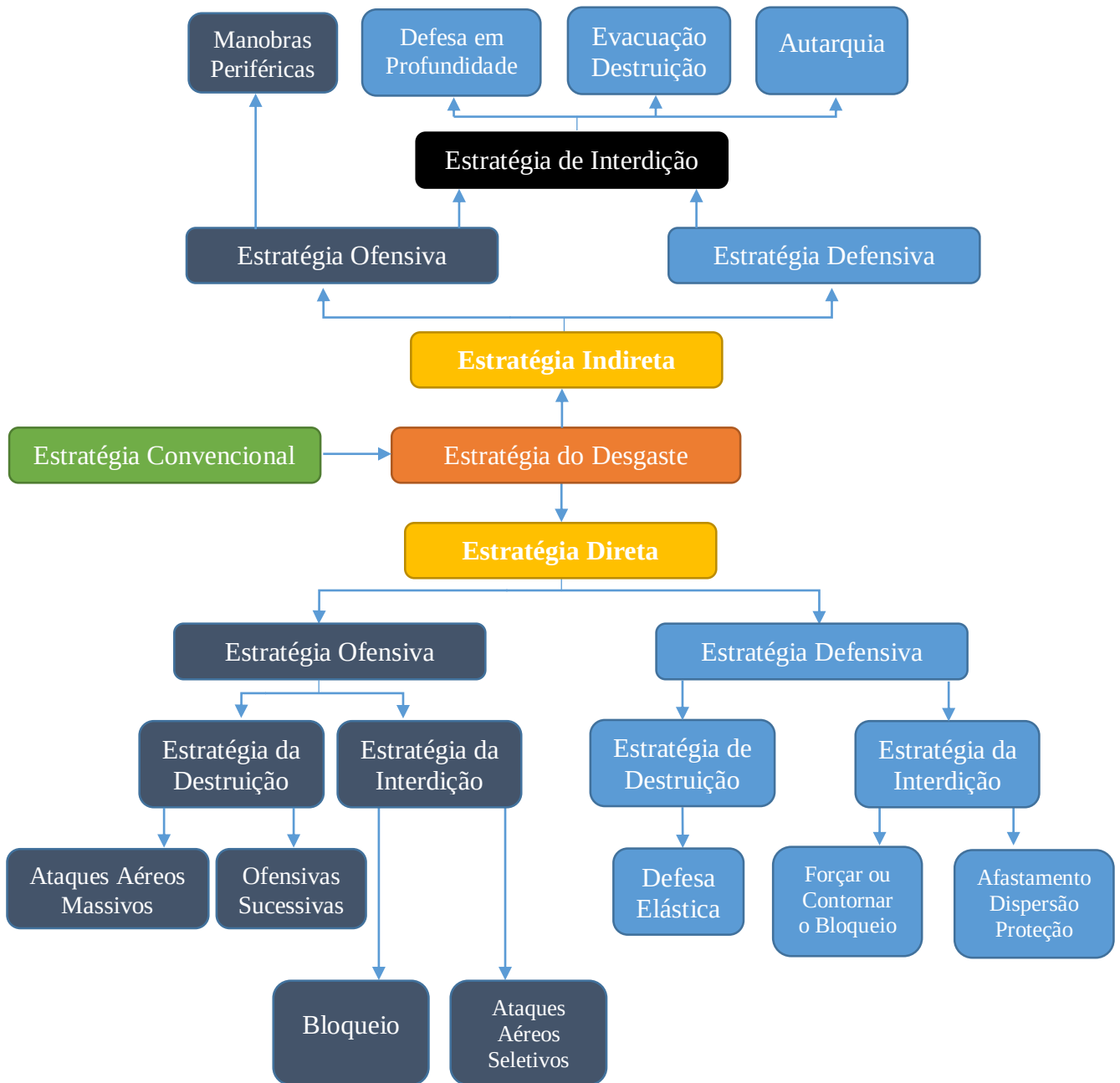
Estratégia Convencional: Aniquilamento



Fonte: Adaptado de COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 282.

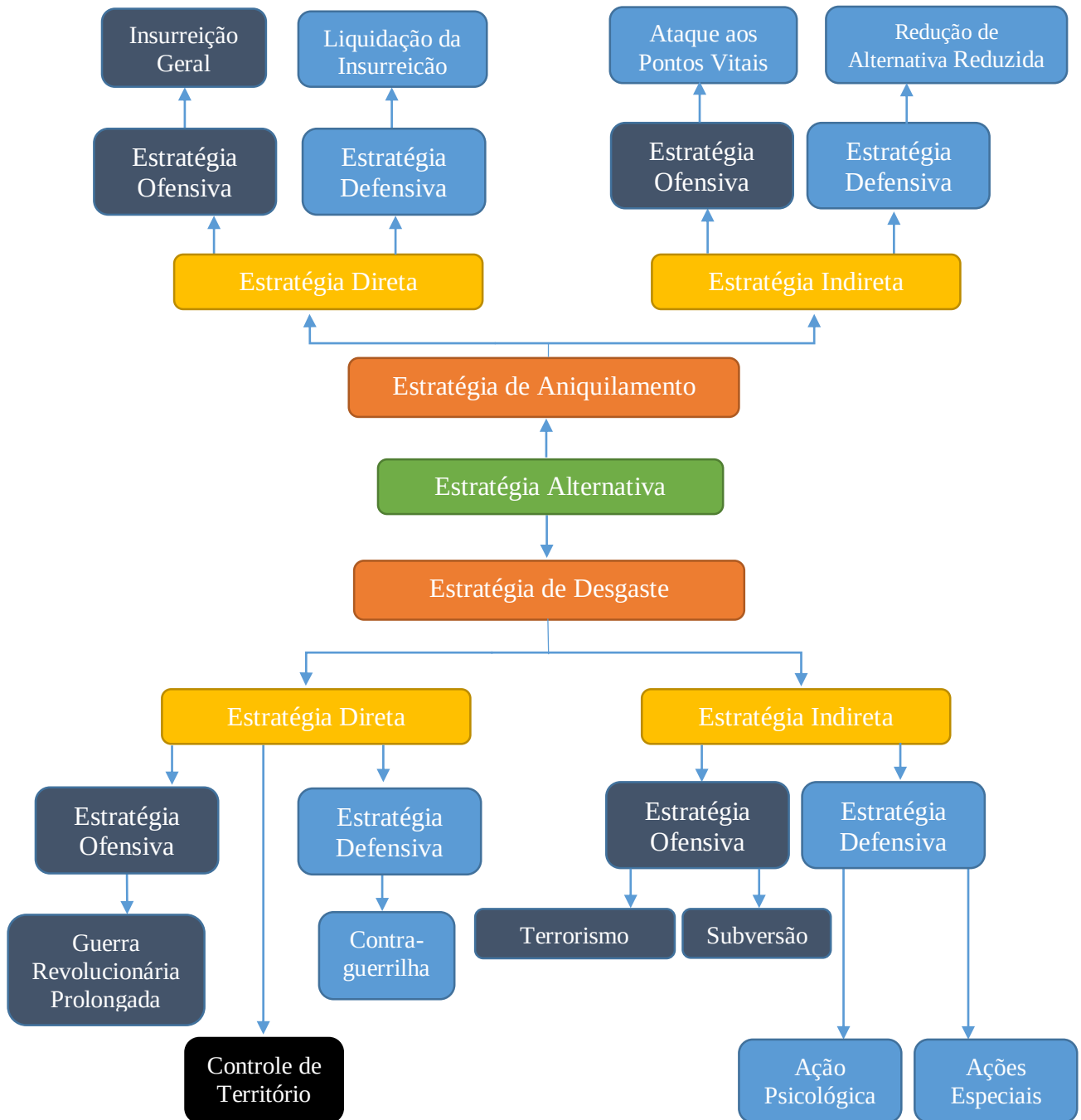
⁴¹ Então, por exemplo, embora a estratégia direta, assim como a estratégia ofensiva, esteja alocada como uma estratégia convencional, não significa que toda estratégia direta seja ofensiva. Por outro lado, também como exemplo, embora uma estratégia de desgaste/atrimento seja, assim como a estratégia indireta, uma estratégia alternativa, não significa que toda estratégia de desgaste envolva ações indiretas.

Estratégia Convencional: Desgaste/Atrito



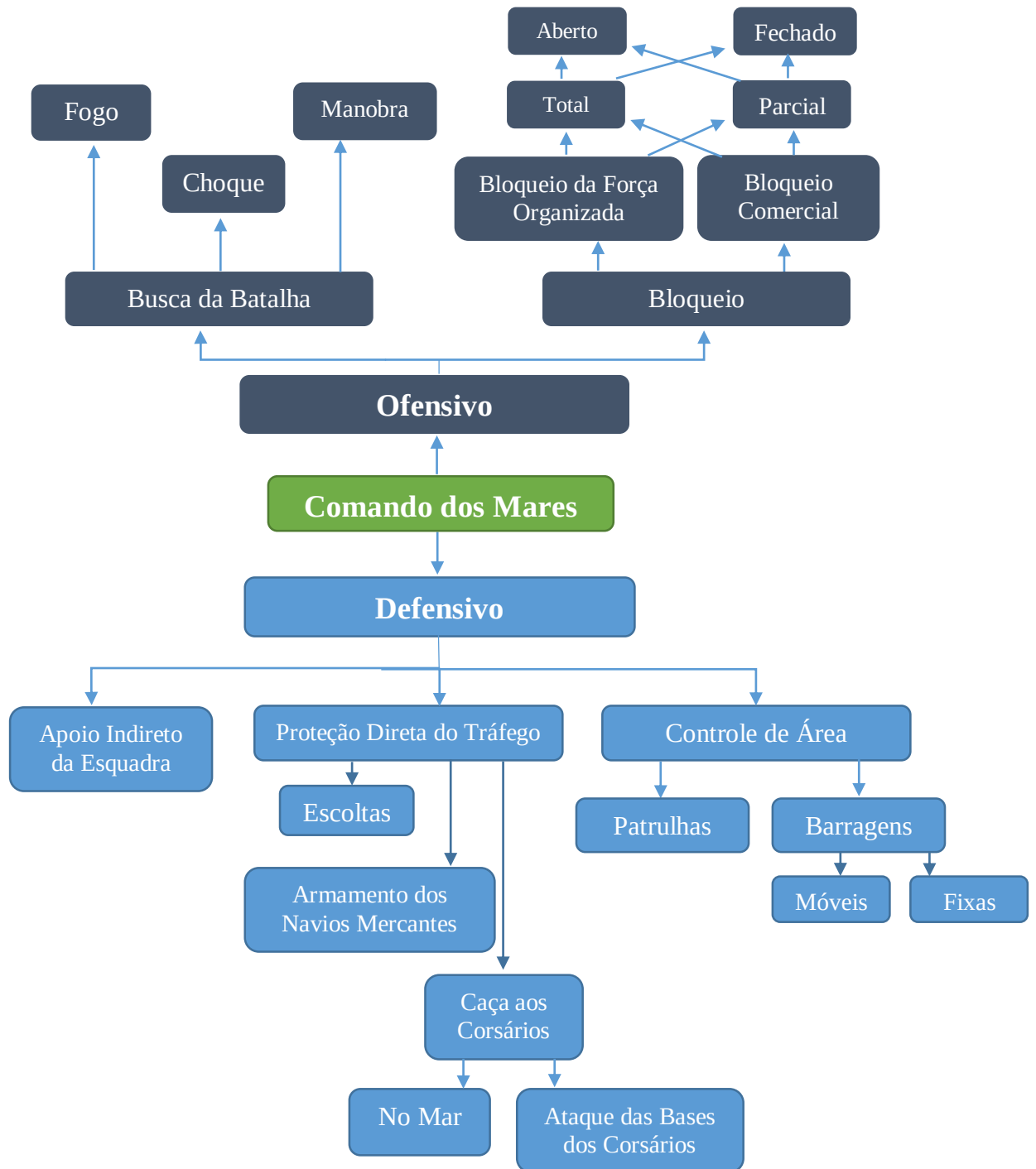
Fonte: Adaptado de COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 283.

Estratégia Alternativa



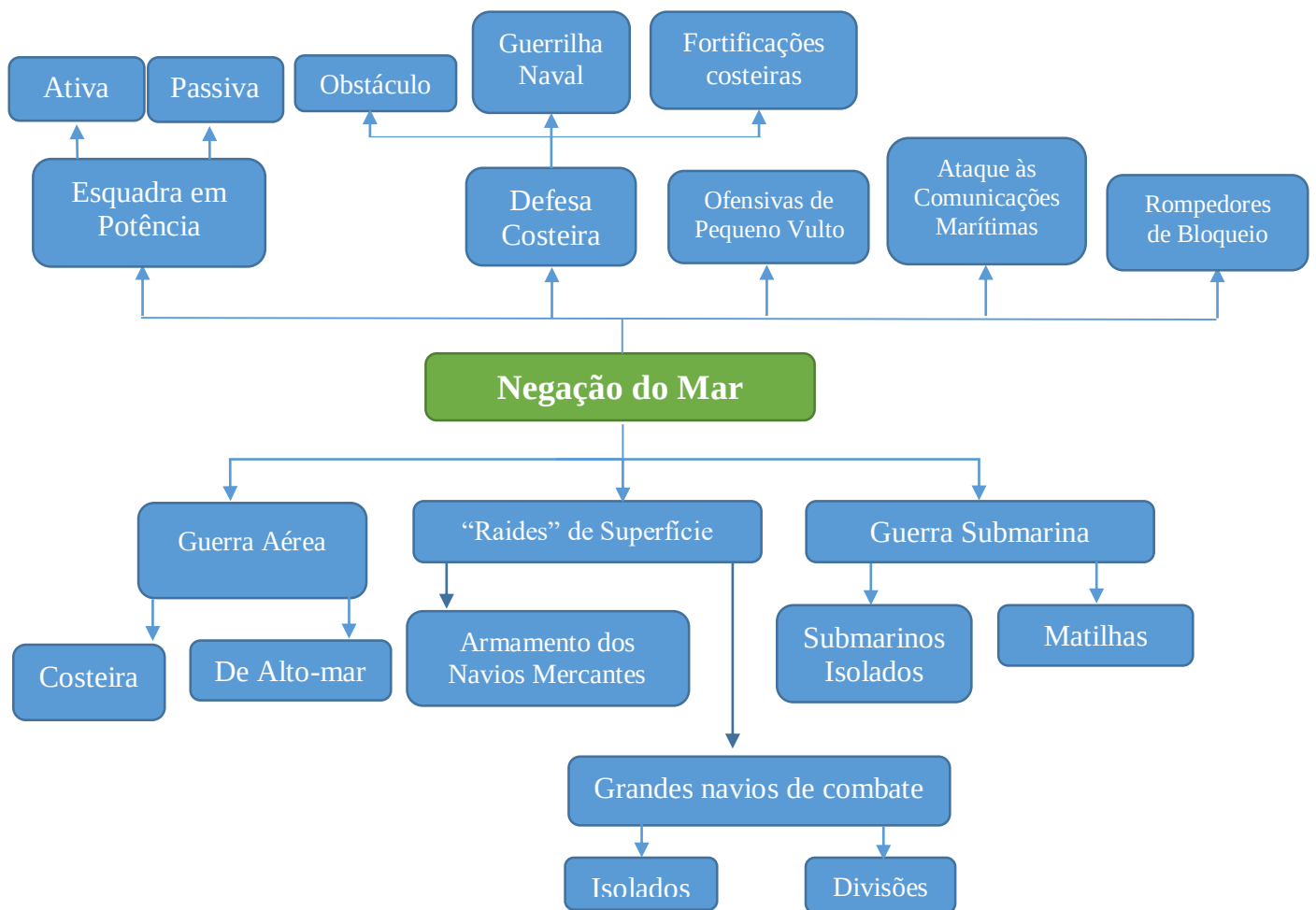
Fonte: Adaptado de COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 283.

Controle das Comunicações e de Áreas Marítimas: Comando dos Mares



Fonte: Adaptado de COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 470.

Controle das Comunicações e de Áreas Marítimas: Interdição dos Mares



Fonte: Adaptado de COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 471.

ANEXO A – MÍSSEIS CRUZADORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Type	Manufacturer	Launch Platform	Range (km)	Payload (kg)	Speed	Guidance (Inertial/terminal)
YJ-7 (C-701) ²	CASIC Third Academy	Ground, ship air	25	30.5	Subsonic	Electro-optical/active radar
YJ-62 (C-602) and YJ-62A ³	CASIC Third Academy	Ship—Luyang II, ground	280 400 (YJ-62A)	210	Subsonic	Inertial/active terminal guidance
YJ-8 series (CSS-N-4 Sardine/C-801) ⁴	CASIC Third Academy	Ship, submarine (YJ-82), air (YJ-81)	42	165	Subsonic	Inertial/active terminal guidance
YJ-83 (CSS-N-8 Saccade/C-802) multiple variants ⁵	CASIC Third Academy	Ship, ground, air	120 (ground/ship), 130 (air)	165	Subsonic	Inertial/active radar
YJ-83A/J (C-802A) multiple variants ⁶	CASIC Third Academy	Ship, submarine (?), ground, air	180 (ground/ship), 250 (air)	165	Subsonic	Inertial/active radar
YJ-91/KR-1 (Kh-31P) ⁷	Zvezda-Strela, Russia; indigenized by China	Ship, air (PLAAF/PLAN)	15-110	87-90 kg HE blast/fragmentation	Supersonic	Passive/Anti-radiation
AS-13 Kingbolt (Kh-59MK) ⁸	Raduga, Russia	PLAAF Su-30MKK	45-115	320 kg AP HE or 280 kg cluster	Subsonic	Inertial and TV/electro-optical
SS-N-22/Sunburn 3M80E Moskit; 3M80MVE (improved variant) ⁹	Raduga (Russia)	Ship; Project 956 Sovremenny destroyers; 3M80MVE on Project 956EM Sovremenny destroyers	120 240 (3M80MVE)	300	Supersonic	Inertial/active/passive
SS-N-27B/Sizzler ¹⁰	Novator (Russia)	Submarine—Kilo Project 636M	200	200	Supersonic	INS/active
CH-SS-NX-13 ¹¹		Submarine—Song, Yuan, Shang, to be deployed on Tang ¹²	?	?	?	?

Fonte: GORMLEY, ERICKSON e YUAN, 2014, p. 18.